



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

STATISTICS PORTUGAL



Revista de Estudos Demográficos

n.º 54

Edição 2015

FICHA TÉCNICA

Título

Revista de Estudos Demográficos

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

150 exemplares

ISSN 1645-5657

Depósito legal nº: 185856/02

Periodicidade Semestral

Preço

€ 11,00 (IVA incluído)

DIREÇÃO EDITORIAL

Editora Chefe:

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Editores Adjuntos:

Fernando Casimiro - Ex-Instituto Nacional de Estatística I.P.

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa - Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

António Barreto - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

Fernando Casimiro - Ex-Instituto Nacional de Estatística I.P.

Gilberta Rocha - Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth - Centro de Estudos da População,
Economia e Sociedade (CEPESE), Porto

Jorge Arroiteia - Universidade de Aveiro

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da
Empresa (ISCTE), Lisboa

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Secretária:

Liliana Martins - Instituto Nacional de Estatística I.P.

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística.

Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.



808 201 808

(rede fixa nacional)

+ 351 218 440 695 (outras redes)

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2014

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição e a referência Lisboa-Portugal.

Apresentação

O declínio e o adiamento da fecundidade, o aumento da longevidade, a intensidade e a diversidade dos fluxos migratórios, o progressivo envelhecimento demográfico, os novos modelos familiares, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, o acesso dos jovens à educação, à formação e ao mercado de emprego, os grupos populacionais mais vulneráveis a situações de discriminação e pobreza são áreas que preenchem, de modo direto ou indireto, a agenda política nacional e a internacional devido às consequências e aos desafios que colocam às sociedades.

A Revista de Estudos Demográficos (RED) tem, desde 2002, dois números anuais, sendo um número temático, o do primeiro semestre, e outro generalista.

O número 54 da RED, 2º semestre de 2013, inicia-se com um artigo que procura retratar a situação dos jovens portugueses e identificar as principais tendências no campo demográfico, escolar e laboral ocorridas no período compreendido entre os Censos de 2001 e 2011. A retração deste grupo populacional, a sua progressão no sistema escolar e as dificuldades que enfrentam no acesso ao mercado de trabalho são aspetos realçados. Segue-se um estudo sobre a surdocegueira que caracteriza as pessoas afetadas por esta deficiência em Portugal e tenta conhecer as suas necessidades específicas a partir de um inquérito conduzido junto de uma amostra de pessoas portadoras desta deficiência rara, identificadas por instituições nacionais. Com base nos resultados encontrados é traçado um perfil das pessoas surdocegas. Apresenta, ainda, um estudo sobre o aumento do número de estudantes estrangeiros em Portugal que descreve a evolução das inscrições destes alunos no ensino superior entre os anos letivos 2005/6 e 2012/13, com enfoque nas primeiras inscrições. A análise, assente nos dados oficiais disponíveis, incide sobre quatro agrupamentos de nacionalidades que compreendem os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, o Brasil, a Europa e os restantes países. Finalmente, divulga a situação demográfica do país, com base em informação atualizada, destacando as mudanças mais relevantes e os fatores que as determinam, sendo este um artigo sistemático no segundo semestre de cada ano.

Os nossos agradecimentos endereçam-se às autoras e aos autores dos artigos que integram este número da revista, estendem-se aos membros do Conselho Editorial que connosco colaboraram, dando sugestões que permitiram melhorar os trabalhos divulgados.

Maria José Carrilho
Editora Chefe
novembro 2014

Índice

Artigo 1º

Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011 5

A portrait of youth condition in Portugal: highlights and trends in the 2001 and 2011 censuses

Maria Manuel Vieira

Vítor Sérgio Ferreira

Jussara Rowland

Artigo 2º

A Surdocegueira em Portugal: caracterização da população segundo a idade e sexo 27

Deafblindness in Portugal: characterization of the population according to age and sex

Gaspar, T.

Rebelo, A.

Antunes, M.

Martinho, F.

Liques da Silva, P.

Oliveira, A.

Branquinho, C.

Artigo 3º

Estudantes Estrangeiros em Portugal: Evolução e Dinâmicas recentes (2005/6 a 2012/13) 39

Recent Trend Concerning Foreign Students in Portugal (2005/6 to 2012/13)

Isabel Tiago de Oliveira

Madalena Ramos

Ana Cristina Ferreira

Sofia Gaspar

Artigo 4º

A Situação Demográfica Recente em Portugal 57

Demographic Changes in Portugal

Maria José Carrilho

Maria de Lourdes Craveiro

Lista dos artigos divulgados

Lista de artigos divulgados nos números 32 a 53 da Revista de Estudos Demográficos 111

Demographic Studies Review from no. 32 to 53



**Retrato da juventude
em Portugal: traços e
tendências nos censos de
2001 e 2011**

Autores: Maria Manuel Vieira,

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
mmvieira@ics.ul.pt

Vítor Sérgio Ferreira

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
vitor.ferreira@ics.ul.pt

Jussara Rowland

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
jussara.rowland@ics.ul.pt

**A portrait of youth condition
in Portugal: highlights and
trends in the 2001 and
2011 censuses**

Resumo:

O artigo pretende retratar a situação dos jovens portugueses na atualidade, bem como identificar as principais tendências de permanência e mudança ocorridas nesta população na última década, em três domínios relevantes – demográfico, escolar e laboral. Para tal, optou-se por reter como arco temporal o período compreendido entre 2001 e 2011, tomando como referência os dados relativos aos recenseamentos da população desses mesmos anos.

A análise de tais dados permite discernir três grandes tendências longitudinais, estruturantes da situação social dos jovens de hoje, em Portugal. Em primeiro lugar, a sua compressão demográfica, revelando uma tendência de decréscimo da população jovem em todos os grupos etários, mais acentuada nos escalões entre 20 e 24 anos e entre 25 e 29 anos. Uma segunda tendência identificada é a notável progressão da população jovem portuguesa no sistema escolar, evidenciada não apenas na “alunização” dos jovens adolescentes, como também no aumento da proporção de estudantes entre os jovens adultos. Por último, os dados permitem ainda verificar dificuldades acrescidas no

acesso dos jovens portugueses ao mercado de trabalho. Por um lado, observa-se que a inserção laboral dos jovens se encontra dificultada não só à entrada do mercado de trabalho, mas também na sua permanência e continuidade dentro deste. Como consequência o processo de inserção profissional dos jovens tem vindo a ser cada vez mais tardio, crescendo e prolongando-se as situações de dependência financeira da família.

Palavras-chave: População juvenil – Censos – Demografia – Educação – Trabalho – Meios de vida

Abstract:

The aim of this article is to portray the social situation of Portuguese youth nowadays, and identify the main trends of permanence and change that have occurred in this population over the past decade, in three important domains - demography, education and work.

To this end, we focused on the period between 2001 and 2011, when population censuses took place. The analysis of these data enables us to discern three main longitudinal trends. Firstly, its demographic compression, revealing a tendency towards a decrease in young population, more accentuated in ages between 20 and 24 years and 25 and 29 years. A second trend identified is the remarkable progression of Portuguese youth in the school system, as evidenced not only in the considerably high enrollment rates among young adolescents, but also in the increasing number of students among young adults. Finally, the data reveals increased difficulties for Portuguese young people in the access to the labor market. In fact, the process of transition to the labour market is hindered not only at the entry, but also in its permanence and continuity. As a consequence the process of transition to the labour market has been increasingly delayed, extending the situations of financial dependence on the family.

Key words: Youth – Census – Demography – Education – Work – Livelihoods

Introdução

Sujeitos em rarefação demográfica, mas com visibilidade social acrescida, os jovens são protagonistas de um conjunto assinalável de dinâmicas que têm marcado profundamente a sociedade portuguesa.

Por um lado, contrariamente à pujança demográfica que até há bem pouco tempo caracterizava a população jovem portuguesa, assiste-se nos últimos anos – e de forma acelerada – ao seu contínuo decréscimo, quer em número, quer em peso relativo, no conjunto total da população. Tal fenómeno assume, de resto, múltiplas facetas. Para além de um desequilíbrio inter-geracional evidente que afeta, desde logo, a sustentabilidade do contrato social em que se apoia o Estado Providência, a redução do número de crianças e de jovens provoca, igualmente, outros impactos sociais negativos. A contração de equipamentos e serviços destinados aos mais novos - de que a recente reorganização da rede escolar, com o encerramento de um número significativo de escolas é, apenas, disso um exemplo - é, justamente, uma faceta do (re)ajustamento demográfico acelerado ocorrido em Portugal.

Simultaneamente, esta intensa contração demográfica assume facetas de sinal contrário. A rarefação da população juvenil tem sido concomitante com a significativa valorização social e simbólica conferida aos mais novos, na sociedade portuguesa - e de que é, em parte, produto (Almeida, 2005; Cunha, 2007; Wall, 2005). A representação tendencialmente instrumental das crianças e dos jovens como “adultos em miniatura” e, por isso, como mão-de-obra indispensável à sobrevivência económica da família, cede agora lugar a uma representação predominantemente expressiva e fonte de investimento afetivo parental, que equaciona as crianças e jovens como “adultos em devir”, na qualidade de seres vulneráveis a requerer proteção e a necessitar de preparação para poderem aceder à plena adultícia. Nessa medida, o diferimento progressivo do acesso ao mercado de trabalho e à independência económica, decorrente do período de moratória formativa tutelada, ou seja, da escolaridade prolongada, tem vindo a remeter os jovens à condição (exclusiva) de consumidores e estimulado a proliferação de um inédito mercado de produtos e serviços a eles consagrados.

Um dos reflexos da forte valorização social das gerações mais novas é, justamente, o acrescido investimento realizado na sua preparação formativa. Partindo de níveis de escolaridade e de formação confrangedoramente baixos, fortemente ancorados na predominância “naturalizada” do modelo de inserção profissional precoce, os jovens têm vindo a protagonizar uma verdadeira revolução escolar silenciosa propiciada pela conjunção de políticas educativas promotoras da democratização escolar, da alteração sensível da estrutura produtiva nacional e melhoria das condições económicas da população portuguesa, com a conversão das famílias à bondade da escolarização dos filhos enquanto passaporte para um futuro melhor (Almeida e Vieira, 2006).

Não obstante, os jovens constituem uma das categorias sociais mais vulneráveis às recentes alterações no mercado de trabalho, em função das dificuldades acrescidas de inserção profissional com que se têm confrontado¹. Na convergência de transformações recentes como a compressão do emprego e a proliferação de diferentes estratégias de flexibilização laboral, consubstanciadas em modelos de organização do trabalho baseados em formas cada vez mais precárias e intermitentes de emprego, os itinerários de inserção socioprofissional dos jovens têm sido bastante afetados, tornando-os menos lineares e padronizados, mais longos e intermitentes, sujeitos a maiores riscos e turbulências (Alves et al., 2011; Guerreiro e Abrantes, 2004; Pais, 2001).

Esses itinerários de inserção começaram a ser cada vez mais caracterizados por sucessivos adiamentos na entrada no mercado de trabalho, arrastando-se muitos jovens em carreiras escolares intermináveis, ou caindo em situações “nem-nem” – nem estudam, nem trabalham, sequer procuram ativamente emprego (não integrando, por isso, as estatísticas do desemprego). Depois da entrada no mercado de trabalho, os itinerários juvenis são cada vez mais marcados pela alternância entre a inatividade, o desemprego, o trabalho informal, o emprego precário e de curta duração, os estágios e cursos de formação profissional, confrontando cada vez mais jovens com a dificuldade em desenvolver projetos profissionais e pessoais a médio ou longo prazo.

¹ O conceito de inserção profissional dos jovens, em termos genéricos, dá conta do período que medeia a saída dos sistemas de ensino ou de formação e a obtenção de um emprego, durante o qual o jovem negoceia, no mercado de trabalho, os saberes, competências e qualificações sancionados por um diploma (Alves, 2008).

O artigo que aqui se apresenta pretende identificar, com base em três domínios relevantes – demográfico, escolar e laboral – a situação dos jovens portugueses na atualidade, em comparação com o passado recente. Para tanto, optou-se por reter como arco temporal o período compreendido entre 2001 e 2011, para evidenciar os principais traços evolutivos da sua situação ocorridos nos últimos dez anos.

A estabilização dos dados apurados no último recenseamento da população, em 2011 – e das estimativas demográficas que a partir dele foram atualizadas – permite cartografar com rigor as principais tendências de permanência e mudança ocorridas no espaço desta última década, tomando como referência comparativa os dados do recenseamento da população de 2001.

A análise realizada, na linha da tradição de trabalhos similares desenvolvidos pelo Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (OPJ) com base em apuramentos do INE (Ferreira, 2006; Ferreira et al. 1999), utilizou como fonte principal os dados censitários relativos especificamente à população inscrita no escalão etário dos 15 aos 29 anos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística.

POPULAÇÃO RESIDENTE JOVEM EM PORTUGAL

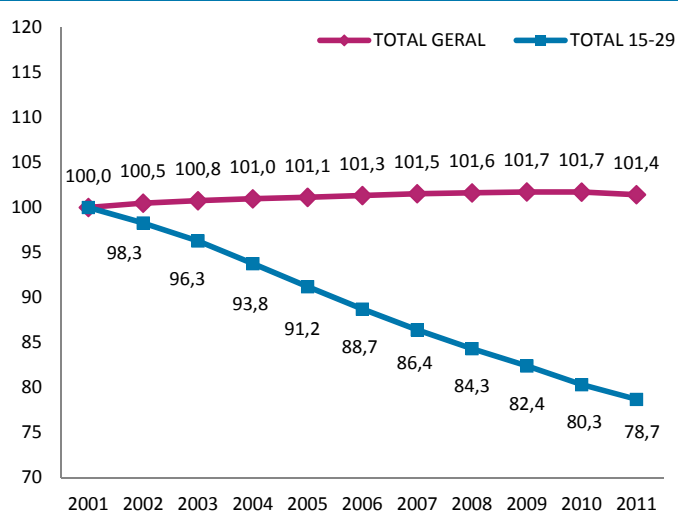
Jovens e menos jovens

Ao analisar as novas estimativas da população residente, atualizadas à luz dos resultados do último ato censitário de 2011, constata-se que entre 2010 e 2011, pela primeira vez desde os finais dos anos 80, verificou-se um decréscimo da população portuguesa, tendo esta perdido 30.323 habitantes. Este decréscimo deveu-se, por um lado, aos efeitos prolongados da diminuição das taxas de natalidade no nosso país, mas também, por outro lado, ao impacto da crise económica, que veio fomentar novos fluxos de emigração da população portuguesa para o estrangeiro e redução no número de imigrantes em Portugal (Peixoto, 2013).

Em parte, esta recente alteração de tendência de crescimento da população residente (que entre 2001 e 2010 tinha continuado a aumentar, mesmo que de forma ténue) vem acompanhar um outro fenómeno já em curso desde meados da década de noventa do século passado: a progressiva e acelerada diminuição da população jovem nacional (Ferreira, Figueiredo e Lorga da Silva, 1999; Ferreira et al., 2006). Entre 2001 e 2011 essa tendência confirmou-se, tendo a população portuguesa entre os 15 e os 29 anos decrescido 21,3% (figura 1).

Figura 1

Índice de Crescimento da população total residente e da população jovem residente por ano, Portugal, 2001-2011 (2001=100)(%)



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Considerando a representatividade da população jovem no conjunto da população geral portuguesa, verifica-se que o seu peso tem vindo a diminuir de forma progressiva. Em 2001 a população entre os 15 e os 29 anos representava 21,7% da população portuguesa; em 2011 esse valor situava-se nos 16,8%, indicando um decréscimo de 4,9 valores percentuais (figura 2). Estes dados vêm confirmar não só a diminuição progressiva do peso relativo da população jovem no total da população, como o acentuar dessa tendência. Recorde-se que na década anterior, entre 1991 e 2001, o decréscimo do peso da população jovem sobre o total da população residente tinha sido de 2% (de 23,7% em 1991 para 21,7% em 2001) (Ferreira et al., 2006). Isso significa que em 20 anos, entre 1991 e 2011, os jovens deixaram de representar quase $\frac{1}{4}$ da população, para passar a representar apenas $\frac{1}{6}$.

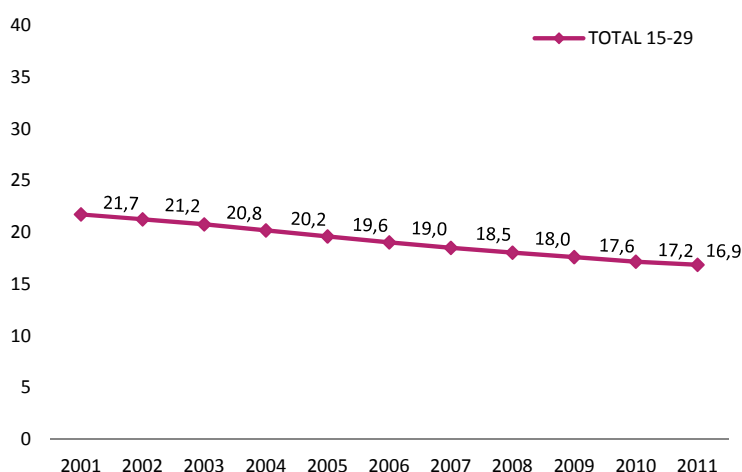
Jovens e subgrupos etários

A evolução demográfica da população jovem por grupos etários (figura 3) revela uma tendência de decréscimo para todos os grupos etários. Mas com algumas especificidades: o grupo dos jovens entre 15-19, que durante a década de noventa tinha sofrido uma diminuição do índice de crescimento mais acelerada, em torno dos 22% (Ferreira et al., 2006), teve uma quebra menos acentuada entre 2001 e 2011, perto dos 17%. Os escalões etários superiores (jovens entre os 20 e 24 anos e entre os 25 e 29 anos) sofreram uma descida maior do índice de crescimento: 24,8% para o escalão 20-24 e 23,6% para o escalão 25-29. Estes valores significarão, para o caso dos jovens entre os 15 e os 19 anos, um ligeiro abrandamento dos efeitos da redução da taxa de fecundidade sobre esta faixa etária.

No caso dos jovens mais velhos, devemos ter em conta os efeitos recentes da crise económica no aumento da saída de jovens portugueses e estrangeiros de Portugal. De facto, entre 1991 e 2001, estes grupos etários tinham visto o seu índice de crescimento manter-se relativamente estável (no caso do escalão 20-24), ou aumentar (no caso do escalão 25-29), devido, provavelmente, ao saldo migratório positivo e ao aumento considerável da taxa de imigração de origem estrangeira, que compensou a quebra da natalidade (Peixoto, 2013). Os efeitos do saldo migratório sentem-se no sentido inverso entre 2001 e 2011, sobretudo a partir do final da década. De facto, com a crise económica, e o aumento da taxa de desemprego, não só o número de imigrantes permanente em Portugal tem vindo a diminuir, como as taxas de emigração da população

Figura 2

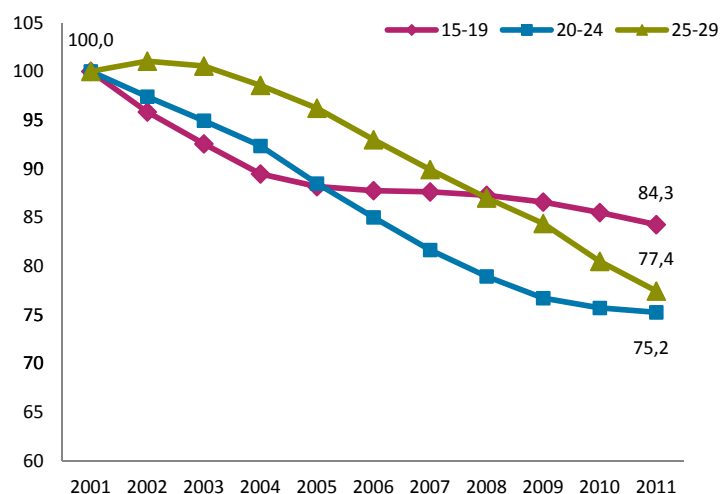
Peso da população jovem residente em relação à população total residente, por ano, Portugal, 2001-2011 (%)



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

Figura 3

Índice de crescimento da população jovem residente, por ano, segundo grupo etário, Portugal, 2001-2011 (2001=100)(%)



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente.

portuguesa dispararam, criando assim uma situação de saldo migratório negativo em 2011 (INE, 2013). Estas alterações terão um impacto acentuado número de jovens (portugueses e estrangeiros) dos escalões etários mais velhos, muitos dos quais em processo de inserção no mercado de trabalho, ou em processo de definição dos seus percursos profissionais.

Distribuição da população jovem pelo território nacional

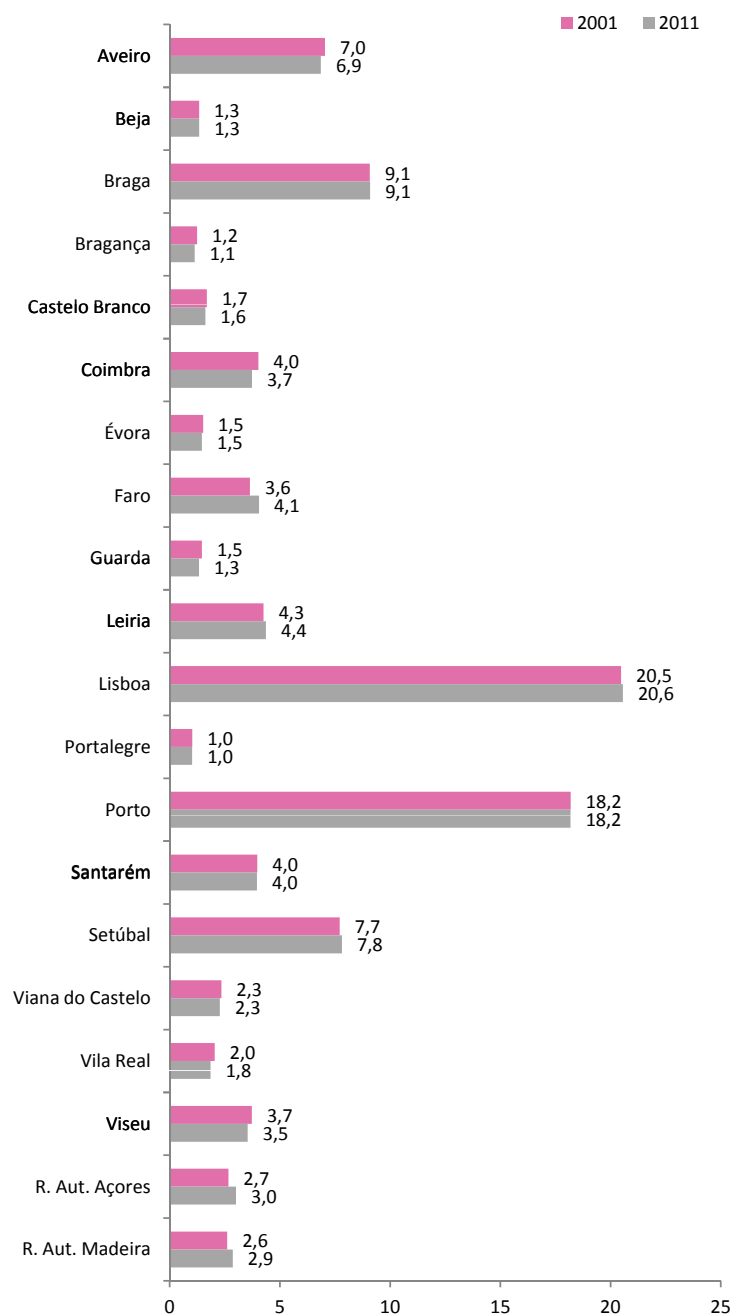
A distribuição dos jovens pelo território português em 2011 não apresenta grandes variações face a 2001, mas vem confirmar a tendência do reforço da concentração de jovens em distritos marcadamente urbanos, como Lisboa ou Porto. Em 2011, 38.7% da população jovem portuguesa residia nestas duas regiões, valores que se mantiveram estáveis ao longo da primeira década do novo século.

Os distritos de Faro, Leiria, Setúbal e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores foram os que, na última década, viram a sua representação no total da população jovem portuguesa aumentar. Na situação oposta estão os distritos de Coimbra, Vila Real, Viseu, Bragança, Castelo Branco e Aveiro (figura 4).

Apesar de as variações terem sido pequenas, estas vêm no entanto consolidar a tendência para a crescente urbanização e litoralização da população jovem portuguesa em curso desde pelo menos a década de 60 do século passado (Ferreira, Figueiredo e Lorga da Silva, 1999) – de facto, dos distritos do litoral, apenas Viana do Castelo e Aveiro viram a sua contribuição para a população jovem portuguesa diminuir.

Figura 4

População jovem residente por Distrito e Região Autónoma, 2001 e 2011
(% em relação ao total de jovens residentes em Portugal)



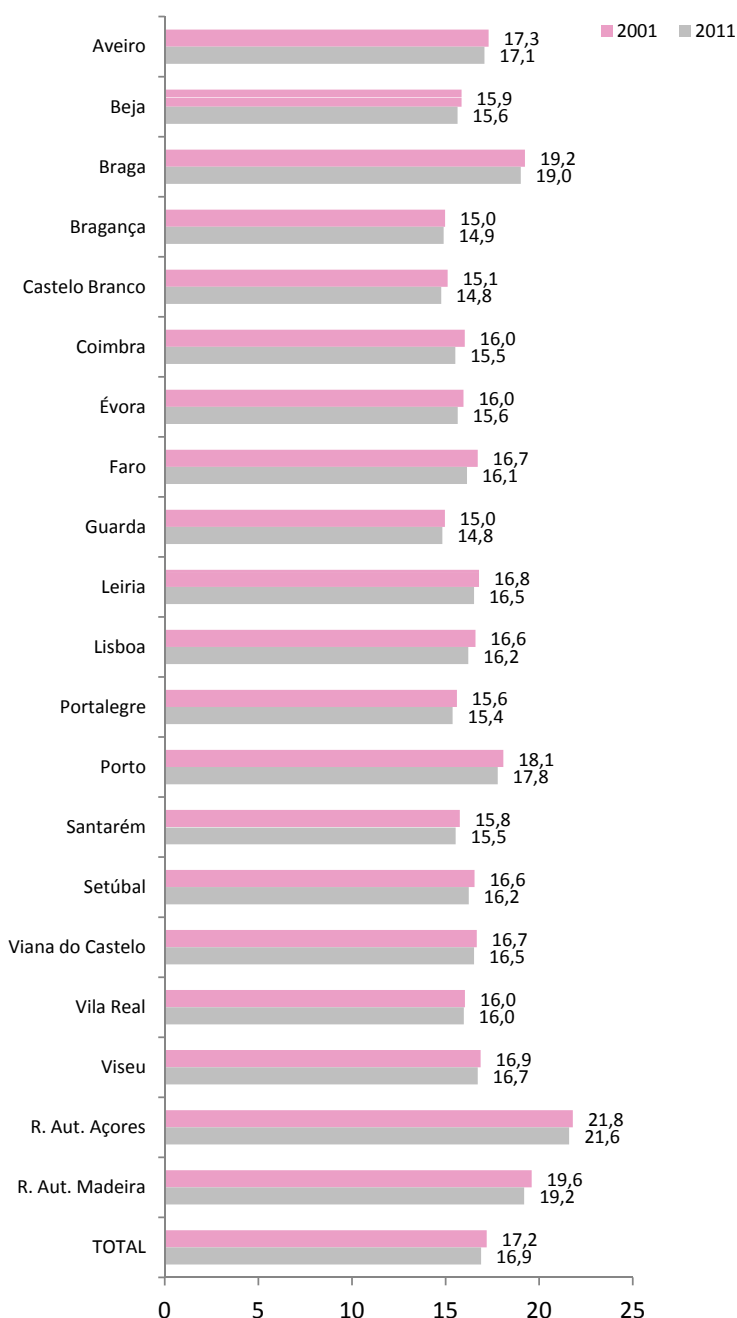
Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

No que se refere à representação juvenil na população distrital, verificamos que o processo de envelhecimento da população em curso é generalizado e reflete-se em todas as zonas do país (figura 5). Alguns distritos evidenciam-se, no entanto, por apresentar um decréscimo do peso da população juvenil acima da média nacional (-0,3% entre 2001 e 2011): Faro, Coimbra, Lisboa, a Região Autónoma da Madeira e Castelo Branco são os distritos onde o quociente de população entre os 15 e os 29 anos no total da população do distrito mais decresceu. De notar que as zonas que melhor resistiram a esta tendência de diminuição do peso da população juvenil foram os distritos do interior norte de Portugal, nomeadamente Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, para além da Região Autónoma dos Açores e do distrito de Viana do Castelo.

A Região Autónoma dos Açores evidencia-se, também, por ser a zona do país onde a população juvenil tem um peso maior sobre a população local (21,6%), situação que se mantém desde 2001. Seguem-se-lhe a Região Autónoma da Madeira, Braga, Porto e Aveiro, todos com uma representação de jovens na sua população acima da média nacional (16,9% em 2011).

Figura 5

População jovem residente sobre a população total residente, por ano segundo o Distrito e a Região Autónoma, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

OS JOVENS FACE À ESCOLA

A “alunização” da juventude

A análise dos indicadores relativos à escolaridade da população residente com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos confirma o lugar central que a escola detém nas trajetórias juvenis contemporâneas.

A taxa de escolarização segundo o grupo etário - definida como a relação percentual entre o número total de alunos de um dado grupo etário matriculados no sistema educativo e o número total de população residente desse mesmo grupo etário – mede justamente o grau de inclusão da população no sistema e, por conseguinte,

permite apurar a amplitude daquela centralidade. Como se observa no figura 6, para a generalidade dos adolescentes (neste caso, os que estão inscritos no escalão etário dos 15 aos 19 anos) ser estudante constitui uma atividade que impregna duradouramente a sua vida quotidiana. Se tal já era a norma em 2001, quando 71% dos portugueses desse grupo se encontrava no sistema de ensino, dez anos depois a tendência reforça-se: a condição estudantil abarca 83,9% dos jovens daquele escalão etário (figura 6). E, como alguns estudos têm sublinhado, esta “alunização da juventude” (Correia e Matos, 2001) não deixa de produzir importantes efeitos nos adolescentes: para além de a experiência escolar passar a estruturar decisivamente as suas vidas e a condição de aluno definir doravante a sua identidade social (Vieira, 2005), o contacto diário e duradouro com outros pares propiciado pela escola reforça a importância socializadora que o grupo de colegas e amigos – por vezes em oposição ao mundo adulto – adquire na configuração de valores, práticas e estilos de vida (Abrantes, 2003; Lopes, 1996; Pasquier, 2005; Rayou, 2000; Resende, 2010; Vieira, 2011). O mesmo já não sucede com os mais velhos. A condição estudantil rareia junto da população juvenil com mais de 20 anos – e sobretudo após os 25 anos – evidenciando os constrangimentos (nomeadamente económicos) a uma escolaridade prolongada que ainda subsistem junto de largos grupos da população portuguesa.

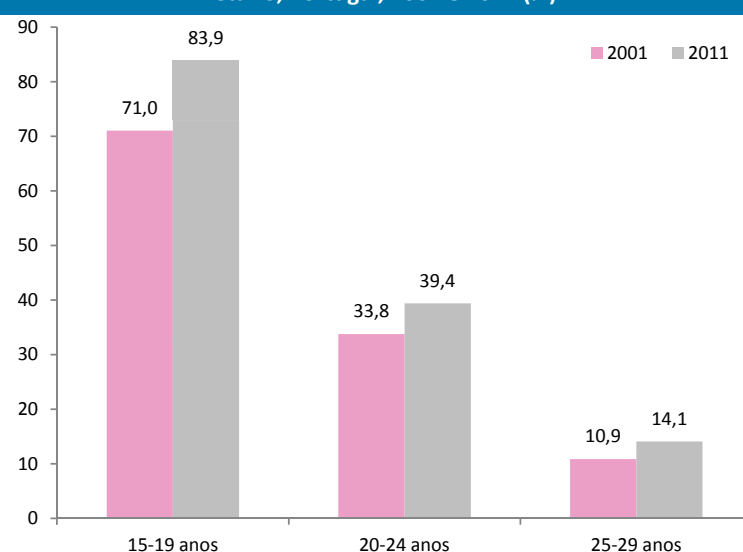
Não obstante, observam-se alguns progressos: a condição estudantil expande-se sempre que se compara 2001 com 2011, qualquer que seja o grupo etário considerado. Entre a população com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, a proporção de estudantes passa de 33,8%, em 2001, para quase 40% em 2011. Por sua vez, como seria de prever, no grupo etário mais velho (dos 25 aos 29 anos) os valores revelam-se mais tímidos, mas mesmo assim positivos: a proporção dessa população que se encontra a estudar passa de 10,9%, em 2001, para 14,1%, em 2011.

Tais tendências podem resultar da confluência de vários fatores que marcaram decisivamente esta década e que são propícios a um reforço

da componente escolar das trajetórias juvenis: por um lado, o efeito conjugado da ambição de aceder a patamares superiores de ensino com a constatação da crescente desvalorização dos diplomas, tenderá a empurrar alguns jovens para níveis mais avançados de ensino, como forma de manter a raridade relativa da sua formação e o seu valor de mercado (Duru-Bellat, 2006); por outro, as dificuldades acrescidas colocadas aos jovens no acesso ao emprego poderão potenciar o recurso ao sistema de ensino como “parque de estacionamento” por parte de populações em situação de desemprego real ou virtual. A esta conjugação de fatores alia-se, neste período, um conjunto de medidas de política educativa que potenciam a escolarização juvenil. Salientamos, entre outros, a redução do tempo de duração dos estudos superiores – e consequente acessibilidade a um número maior de candidatos – por força da generalização das prerrogativas do Processo de Bolonha ao conjunto das instituições de ensino superior português; e a aposta na diversificação das ofertas escolares para adultos, promotoras do seu regresso aos estudos – Programa Maiores de 23 Anos, Programa Novas Oportunidades, Cursos de Educação e Formação de Adultos, para só citar os mais populares.

Figura 6

Taxa de escolarização da população jovem residente, segundo o grupo etário, Portugal, 2001 e 2011 (%)

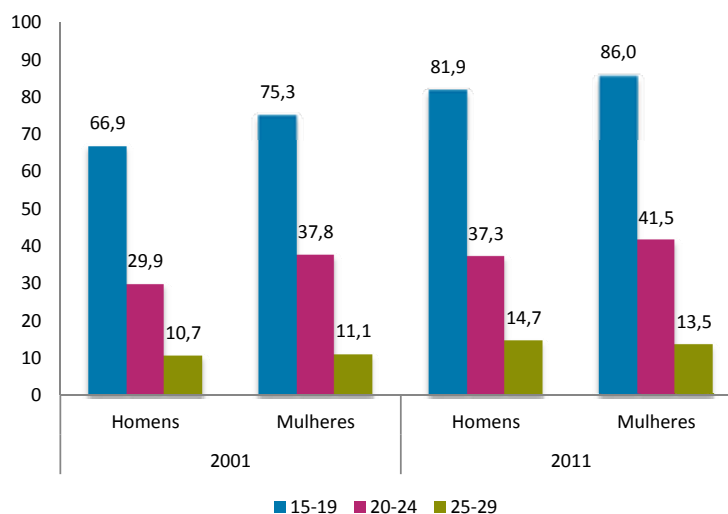


Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

O quadro genérico traçado refrata-se em variações por género: em ambos os anos censitários considerados as raparigas permanecem mais tempo na escola do que os rapazes (figura 7).

Figura 7

Taxa de escolarização da população jovem residente por grupo etário, segundo o sexo, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Sabe-se como a progressiva paridade entre géneros – em termos de práticas, representações e destinos sociais – exercitada cada vez mais pelas famílias junto dos filhos tem beneficiado particularmente as raparigas e a sua escolarização (Wall, 2005). Ultrapassando estereótipos que outrora as afastavam duradouramente da escola, as raparigas têm nas últimas décadas protagonizado uma silenciosa revolução escolar, ao progredirem velozmente no sistema educativo, suplantando em sucesso e em longevidade escolar os seus pares masculinos graças a um investimento mais eficaz nos estudos (Almeida e Vieira, 2006; Ferrand, 2005; Ribeiro, 2007).

As taxas de escolarização por sexo comprovam-no. Em 2001, a disparidade entre rapazes e raparigas era particularmente acentuada, ascendendo a 8% a diferença entre os dois sexos, no escalão etário dos 15 aos 19 anos: 75,3% das raparigas, contra apenas 66,9% dos rapazes, estava no sistema de ensino. Dez anos depois, e para o mesmo grupo etário, semelhante padrão atenua-se, mas não desaparece. A distância entre os dois sexos reduz-se para 4%, permanecendo as raparigas à frente dos rapazes, no que toca a escolarização: 86% das raparigas estão a estudar, contra 81,9% dos rapazes. O mesmo sucede no escalão etário seguinte. Em perfeita homologia com o grupo anterior, no grupo etário dos 20 aos 24 anos observa-se idêntica preponderância feminina e idêntica distância relativa entre os dois sexos – 8% em 2001 e 4% em 2011 – ainda que em atenuação, no período considerado. Apenas no grupo etário mais velho (25-29 anos) as taxas de escolarização, significativamente mais baixas, apresentam valores muito próximos para os dois sexos nos dois anos em referência - sendo mesmo mais favorável para os rapazes (com 14,7%), comparativamente com as raparigas (que atingem 13,5%) em 2011.

Estes dados parecem ir ao encontro dos estudos atrás mencionados, que assinalam uma dupla vantagem escolar das raparigas, uma vez que estas prosseguem os estudos até níveis mais avançados e obtêm mais sucesso, o que faz antever trajetórias escolares mais lineares, sem interrupções ou compassos de espera (via reprovações), não deixando “arrastar” os estudos para além da idade esperada.

No entanto, estes dados revelam também que, no espaço de uma década, as acentuadas disparidades escolares entre os dois sexos diminuíram. Tal parece confirmar as análises que sublinham o papel dos cursos de carácter profissionalizante (cursos de educação e formação, cursos profissionais, cursos de especialização tecnológica) – uma clara aposta de política educativa nesta década – na adesão e fixação à escola das populações escolares em risco de abandono (Capucha et al., 2009) – como sejam, nomeadamente, os rapazes.

Em suma, da leitura das taxas de escolarização da população juvenil constata-se que, em Portugal e pelo menos desde o começo do século XXI, o fim do período da adolescência coincide, para a maioria dos jovens, com o fim da sua condição de estudante.

Insiders e outsiders: escolaridade e separação das juventudes

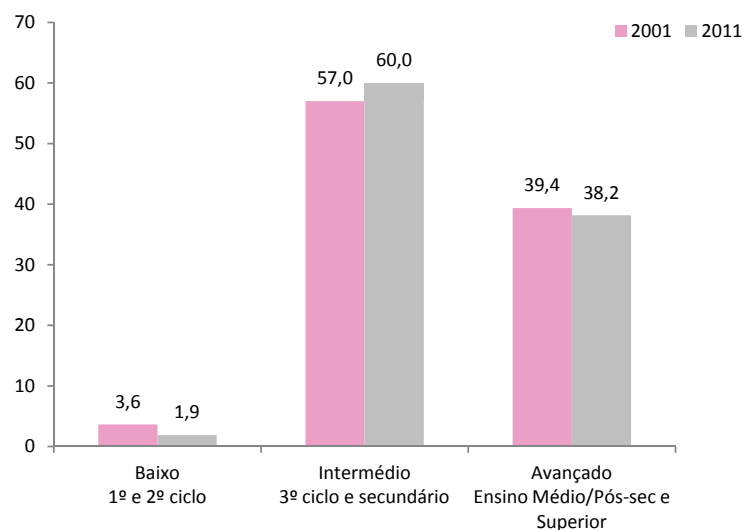
Como evidenciámos, a condição estudantil é hoje parte constitutiva da condição juvenil. Mas a experiência escolar, que consolida um grupo etário numa dada condição social (a juventude), também separa, desagrega, distingue – desde logo, entre os que continua a acolher e os que (mais ou menos precocemente) a abandonam.

Dos dados apurados através dos censos, dois grupos se destacam: a população residente que, à data do inquérito, ainda está a estudar e aquela que já não frequenta o sistema de ensino. Vejamos os contornos que cada grupo apresenta.

A figura 8 representa o grupo dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos *que se encontra a estudar*, por nível de instrução frequentado. No espaço de uma década observa-se uma retração da proporção de jovens com estudos atrasados relativamente à idade ostentada – ou seja, os que apresentam uma escolaridade “arrastada”² no 1º e 2º ciclo do ensino básico (por força de repetências ou intermitências de entradas e saídas do sistema) – e a concomitante progressão dos jovens para níveis ulteriores de ensino (ciclo terminal do básico e ensino secundário). De facto, de entre os jovens com idades compreendidas entre os 15 aos 29 anos que ainda se encontram a estudar, há um aumento da proporção daqueles que estão nos níveis intermédios do sistema de ensino: de 57%, em 2001, essa proporção passa para 60% em 2011. Este reforço da concentração da população jovem nos níveis intermédios de ensino faz neste período decrescer, em 1,2 pontos percentuais, a proporção daqueles que frequentam os escalões de topo do sistema. Em suma, verifica-se neste grupo uma tendência para trajetórias escolares mais longas e sequenciais.

Figura 8

População jovem residente a frequentar o ensino, por nível de instrução frequentado, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

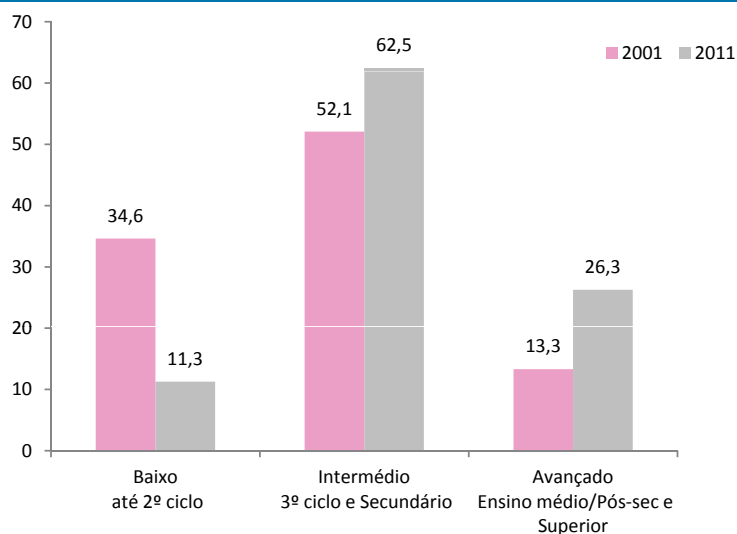
Por sua vez, a população residente do mesmo grupo etário (15-29 anos) que *já não se encontra a estudar* à data censitária, apresenta um perfil contrastante entre 2001 e 2011. Pode-se afirmar que, no espaço de dez anos, diminuiu fortemente a proporção dos jovens que saem do sistema de ensino com títulos escolares mais rudimentares, ou seja, até 6 anos de escolaridade (os valores caem de 34,6% para 11,3%) e eleva-se significativamente a proporção daqueles que saem da escola com diplomação intermédia e superior – de 52,1% para 62,5% no caso dos possuidores de 9 a 12 anos de escolaridade; de 13,3% para 26,3%, no caso dos que saem do sistema com títulos de ensino médio, pós-secundário ou superior (figura 9).

Apesar de o abandono escolar desqualificado (abandono da escola sem conclusão da escolaridade obrigatória) continuar a fazer parte da paisagem educativa portuguesa, é inegável que os jovens portugueses de hoje beneficiam de uma formação escolar mais longa e mais bem-sucedida.

² Expressão retirada de A. Sedas Nunes no seu clássico estudo sobre o ensino superior (NUNES, 1968). A população universitária portuguesa: uma análise preliminar. *Análise Social*, 22-23-24, pp. 295-385).

Figura 9

População jovem residente que não frequenta o ensino, por nível de instrução possuído, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

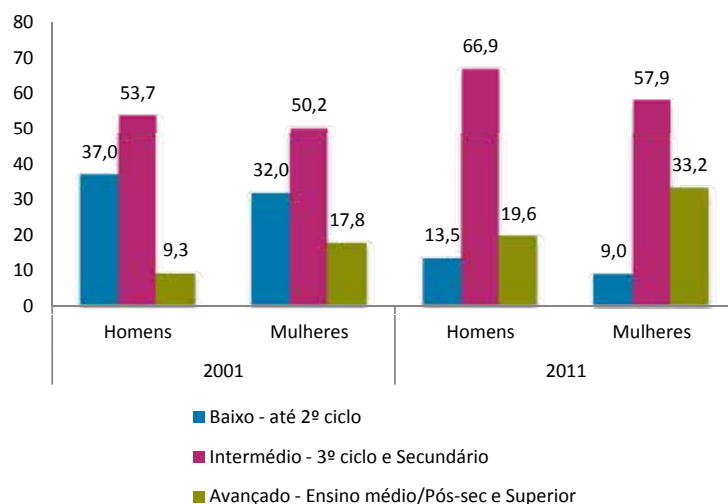
No entanto, e replicando tendências estruturais já enunciadas, de entre os jovens que já não se encontram a estudar registam-se diferenças de género notórias (figura 10). As raparigas tendem a sair mais tarde do sistema de ensino, munidas de melhor titulação do que os rapazes, como se comprova nos dois anos censitários considerados. Neste período, as raparigas reforçam significativamente o seu investimento escolar ao nível dos títulos de ensino médio, pós-secundário e superior, comparativamente com a proporção de rapazes que os obtêm.

Comparativamente, há uma maior proporção de rapazes que abandonam os estudos com baixos níveis de instrução, apesar dos progressos alcançados. Se entre 2001 e 2011, o abandono escolar desqualificado (até 6 anos de escolaridade) na população jovem masculina sofre uma significativa redução (cai de 37% para 13,5%), a elevação geral do nível de diplomação obtido pelos rapazes concentra-se nos níveis intermédios de ensino - e não tanto nos níveis superiores, como sucede com mais intensidade na população feminina.

Diferentemente qualificados, rapazes e raparigas encontrarão distintas oportunidades no mercado de emprego? Vejamos o que, a este respeito, os dados nos desvendam.

Figura 10

População jovem residente que não frequenta o ensino, por nível de instrução possuído, segundo o sexo, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

INSERÇÃO PROFISSIONAL E MEIOS DE VIDA DOS JOVENS

Quando comparada com as tendências desenhadas para o passado (Ferreira, Figueiredo e Lorga da Silva, 1999; Ferreira et al., 2006; DGEEP/MTSS, 2006), a década que mediou os censos de 2001 e de 2011 parece caracterizar-se pelo acentuar de situações de flexibilização e precarização laboral, expressos em itinerários de inserção socioprofissional mais longos, marcados pela intermitência e sujeitos a maiores riscos, o que determina, por sua vez, maiores constrangimentos à conquista plena de independência económica. É para este cenário que remetem os dados produzidos no âmbito desses momentos censitários, no que respeita à evolução da estrutura de condições perante o trabalho da população jovem portuguesa, e dos seus principais meios de vida.

Condição perante a atividade económica dos jovens

A estrutura da *condição perante a atividade económica*, repartida em função de duas grandes categorias - a população inativa e a população ativa -, permite a identificação de diferentes tipos de relação entre os jovens e a atividade económica, dando conta de diferentes etapas do seu processo de inserção profissional e, em última instância, das suas condições de emancipação social.

A partir desse indicador, fica-se a saber a dimensão e a composição da população jovem: 1) em situação de *inatividade*, ou seja, os jovens que, na semana de referência no momento censitário, não são considerados economicamente ativos, ou seja, que não estão empregados nem desempregados, englobando estudantes, domésticos, reformados, incapacitados e inativos noutras situações; 2) bem como em situação de *atividade*, ou seja, que trabalham ou estão no desemprego.

A primeira tendência que os dados relativos a estes indicadores revelam para a última década é uma crescente *desativação* dos jovens em relação ao mundo do trabalho, o que implica um progressivo *retardamento etário* do início do processo de inserção profissional.

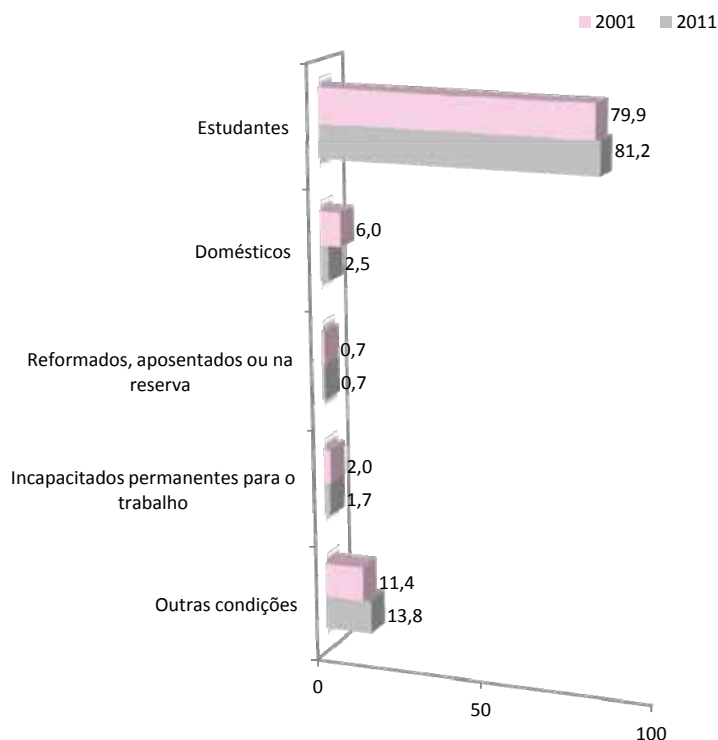
Jovens inativos

Considerando a progressiva escolarização das mais jovens gerações, não surpreende o crescimento da população jovem inativa na última década, que aumenta de 36.8 % para 44.1%. De fato, a grande maioria da população juvenil inativa continua, em 2011, na condição de estudante (81.2%) (figura 11). O crescimento da população jovem inativa acontece não apenas por via do aumento da condição de estudante, mas sobretudo com o aumento da categoria que remete para “outras condições perante a atividade económica”, que passa de 11.4% para 13.8%. Correspondendo a situações perante a atividade económica atípicas (segundo a classificação utilizada pelo INE no questionário censitário), estaremos aqui, provavelmente, face ao aumento dos jovens vulgarmente designados “nem-nem”, ou seja, que nem estudam, nem estão em formação, nem trabalham, nem se encontram à procura de emprego.

Observa-se um importante efeito de idade na condição de estudante, que decresce notoriamente à medida que a idade avança: ser estudante abrange 91.1% dos jovens inativos entre os 15 e os 19 anos, descendo para 29.4% para o grupo etário dos 25 e 29 anos. Esse decréscimo é mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens, estes tendendo a protagonizar mais do que elas uma dinâmica de «arrastamento» dos seus percursos escolares (entre os 25-29 anos, são ainda 40.3% os jovens inativos do sexo masculino, proporção que desce para 23.5% entre as mulheres).

Figura 11

População jovem residente inativa por condição perante o trabalho, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Constata-se também um efeito de idade na categoria “outras condições perante a atividade económica”, mas em sentido diverso ao da condição de estudante, aumentando de 7% dos inativos entre os mais jovens para 43.4% da população jovem inativa entre 25 e 29 anos. É também nesta faixa de jovens adultos que o conjunto de situações atípicas perante a atividade económica mais cresce na última década, praticamente para o dobro - em 2001 ficava-se pelos 29.4%. E se em 2001, nessa faixa etária, tal conjunto de situações atípicas predominava entre os jovens do sexo masculino (40.9%, contra apenas 23.1% entre o sexo feminino), em 2011 essa diferença de género tende a perder a sua força (atingindo 46.5% dos jovens adultos homens e 40.8% das jovens adultas mulheres).

Por último, e em linha com os resultados dos censos anteriores, a condição de doméstico volta a decrescer na última década, de 6% para 2.5%, continuando a englobar tipicamente as jovens do sexo feminino. No caso específico das jovens com idades compreendidas entre 25 e 29 anos, esta condição desce dos 45.3% (2001) para os 22.3% (2011) - indicador de um maior investimento nos estudos e/ou de inserção na vida profissional.

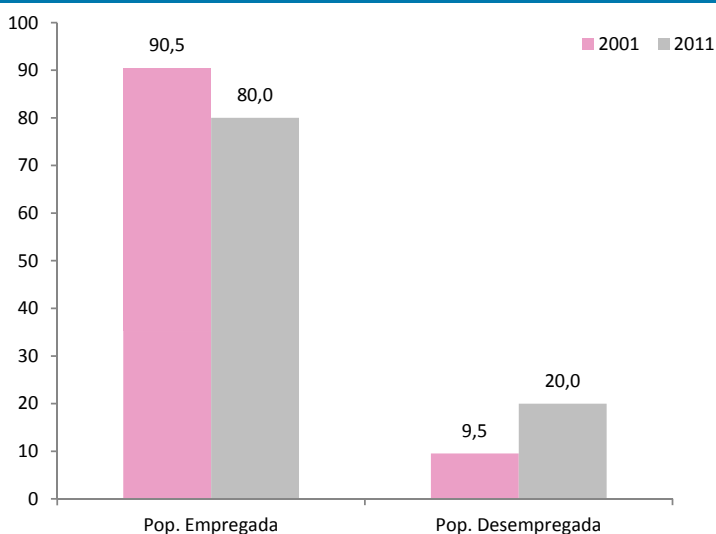
Jovens Ativos

A população ativa corresponde ao conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência no inquérito censitário, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. É, assim, constituída pelos indivíduos nas condições de *empregado* e de *desempregado*.

Entre 2001 e 2011, a população juvenil economicamente ativa em Portugal desceu de 63,2% para 55,9%. Dentro desta, e no mesmo período, destaque-se o aumento assinalável da população jovem desempregada (figura 12) de 9,5% para 20%. Este aumento é sentido sobretudo entre a faixa etária mais jovem: em 2001, 81,9% dos jovens ativos entre 15 e 19 anos encontravam-se empregados e 18,2% desempregados; em 2011 a proporção de jovens empregados cai para 54,7% e a de desempregados sobe para 45,3%. É, de facto, nesta faixa etária que a inserção profissional se demonstra cada vez mais difícil.

Figura 12

População jovem residente ativa por condição perante o trabalho, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Do ponto de vista das qualificações académicas dos jovens ativos desempregados, é de assinalar, na última década, a subida da proporção de jovens desempregados com o 3º ciclo do ensino básico (de 19,3% para 27,2%), mantendo-se, contudo, o lugar cimeiro dos jovens com o ensino secundário, com percentagens na ordem dos 34%. Por outro lado, ainda que, no cômputo geral, a proporção de jovens desempregados com ensino superior não tenha subido muito nesses dez anos (de 20,1%, em 2001, para 23,7% em 2011), verifica-se contudo uma crescente diferença de género: se em 2001 a população ativa desempregada com idades compreendidas entre 25 e 29 anos era muito equivalente entre homens e mulheres diplomados (respetivamente, 24% e 25,6%), em 2011 a diferença é assinalável: 34,2% de mulheres diplomadas desempregadas, contra 28% de homens nessa faixa etária. Constata-se, assim, que a tendência recente de feminização no ensino superior não foi acompanhada de equidade no processo de inserção profissional, penalizando as mulheres no acesso ao mercado de trabalho numa situação de compressão do emprego.

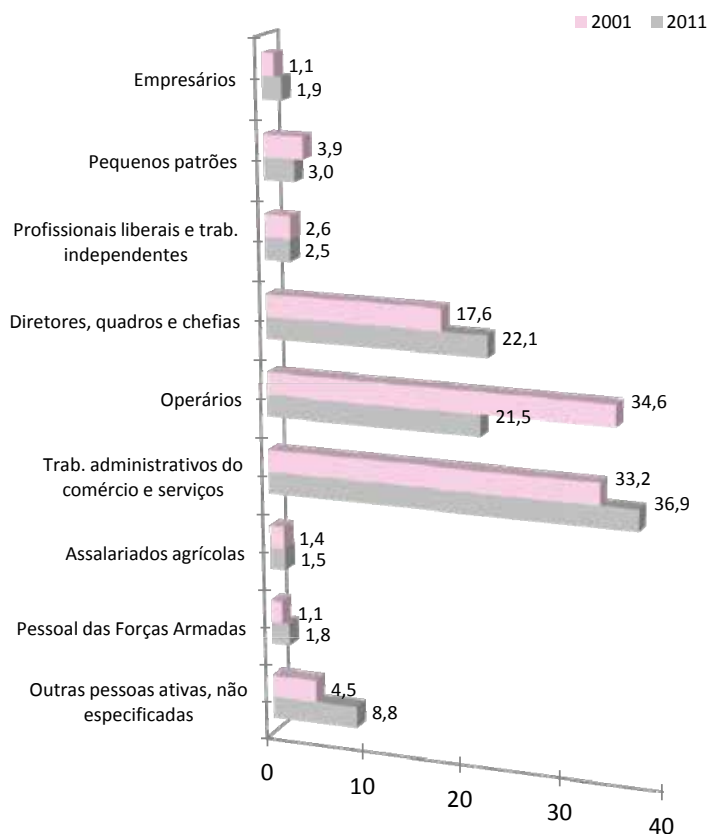
Os efeitos da crescente escolarização das mais jovens gerações sentem-se também ao nível da estrutura socioeconómica da população jovem ativa residente no país (figura 13). Considerando a variável *grupo socioeconómico*³, entre 2001 e 2011, é notório o decréscimo do peso dos jovens “operários” (de 34,6% para 21,5%). Esta tendência é acompanhada, por sua vez, pelo aumento pulverizado da proporção de jovens integrados nas categorias “diretores, quadros e chefias” (de 17,6% para 21,5%, sendo esse aumento mais significativo entre as mulheres na faixa etária 25-29 anos, de 27,5% para 33,4%) e “trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços” (de 33,2% para 36,9%, sendo esta categoria substancialmente mais frequente entre as mulheres - 47,5% - que entre os homens - 26,1%). A hipótese do crescimento destas categorias decorrer de efeitos da recente escolarização da mão-de-obra juvenil ancora-se no facto de, quando analisadas ao detalhe e não apenas em grandes grupos socioeconómicos, se perceber que o crescimento acontece sobretudo ao nível dos “empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas”, “profissionais intelectuais e científicos independentes”, e “quadros intelectuais e científicos”.

Por fim, nota-se ainda na composição da população jovem ativa residente em Portugal um aumento ligeiro da proporção de jovens “empresários” (de 1,1% para 1,9%). Aumentam igualmente os “outros ativos” não classificados – que, em 2011, chegam aos 35,2% entre os jovens de 15 aos 19 anos, indicando tratar-se de situações atípicas de emprego, eventualmente de natureza informal, próprias dessa faixa etária.

³ Segundo os critérios metodológicos dos Censos, a variável grupo sócio-económico é estabelecida através de vários indicadores que procuram refletir o universo da atividade económica, visto sob o ângulo da inserção profissional dos indivíduos. Estão presentes as seguintes variáveis primárias: profissão, situação na profissão e número de trabalhadores da empresa onde trabalha. Note-se que para efeitos de sistematização analítica a totalidade dos 28 grupos foi agregada em 9 grandes grupos.

Figura 13

População jovem residente ativa por grupo socio-económico (grandes grupos), Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Os jovens e seus meios de vida

Num contexto em que os processos de inserção profissional dos jovens tendem a complexificar-se, interessa identificar as suas modalidades de obtenção de rendimento, nomeadamente daqueles jovens que estão desempregados, bem como as eventuais transformações no seu principal *meio de vida* havidas na última década.

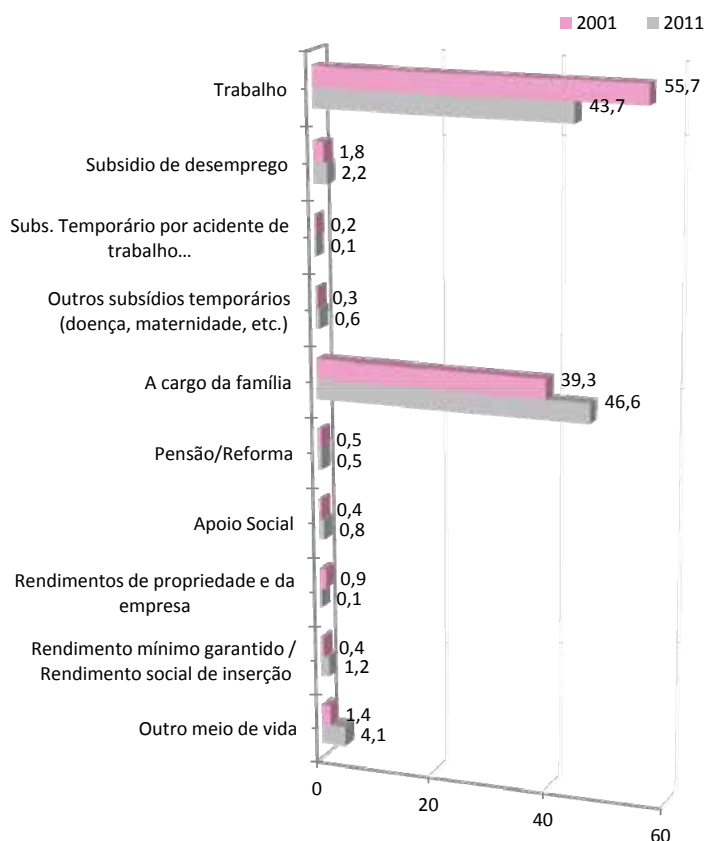
Entende-se por *principal meio de vida*, segundo o INE, a fonte principal de onde o indivíduo retirou os seus meios financeiros ou em géneros necessários à sua subsistência nos últimos doze meses anteriores ao momento censitário. No censo de 2001 este indicador era obtido com a pergunta “qual é o seu principal meio de vida”; no censo de 2011 a formulação da questão passou a ser mais específica no tempo que pretende abranger: “qual a sua principal fonte de rendimento nos últimos 12 meses” (anteriores ao momentos censitário).

Ora, os dados mostram que, em 2001, mais de metade da população jovem entre 15 e 29 anos tinha como principal meio de vida o *trabalho* (55.7%), sendo ainda muito significativa a proporção daqueles que viviam *a cargo da família* (43.7%) (figura 14). Na última década, todavia, observa-se uma inversão da tendência, diminuindo a proporção de jovens que têm o trabalho como principal meio de vida, e aumentando o peso daqueles que estão a cargo da família. Têm aumentado, portanto, os níveis de relativa dependência económica da população jovem portuguesa relativamente à família de origem.⁴

⁴ Relativizamos aqui a noção de dependência económica na medida em que nos limitamos a apresentar o principal meio de vida, não permitindo os dados censitários dar conta das várias formas de dependência/independência mitigada ou parcial subjacentes aos meios de vida dos jovens portugueses. Dados anteriores já chamavam a atenção para “que as situações híbridas de semidependência se tornam quase fases necessárias como consequência de um processo de inserção profissional moroso e atribulado e até por vezes regressivo, em que os jovens não dispõem as ajudas familiares” (Schmidt, 1990: 649).

Figura 14

População jovem residente por principal meio de vida, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

Como seria de esperar, à medida que a idade avança, aumenta a proporção de jovens cujo trabalho constitui o meio de vida prioritário. É de notar, contudo, a diminuição substancial de jovens entre 15 aos 19 anos que têm o trabalho como seu principal meio de vida (de 20.4% em 2001 passam a apenas 6.2% em 2011), passando a grande maioria desta faixa etária a ficar a cargo da família (de 76.3% em 2001 aumenta para 86.1% em 2011). Tal acontece, certamente, devido ao prolongamento das carreiras escolares e ao consequente adiamento das inserções profissionais no curso de vida dos jovens.

Esta ordem de fatores terá também produzido, na última década, uma certa homogeneização das diferenças de género no que respeita à situação de independência económica em relação à família, bem como à paralela substituição da família pelo rendimento do trabalho como principal meio de vida. Se em 2001 35% da população jovem masculina vivia a cargo da família, proporção essa que atingia 43.7% entre a população feminina, já em 2011 esse desfasamento quase não se nota, sendo praticamente equivalente a proporção de rapazes e raparigas que encontram na família o seu principal meio de vida (46% e 47%, respetivamente). Do mesmo modo, se em 2001 60.5% dos rapazes já tinham no trabalho a sua principal fonte de rendimento, sendo 50.3% a população jovem feminina em situação equivalente, em 2011 essa diferença de género diminuiu substancialmente (para 45.4% e 42%, respetivamente).

Os dados denotam, portanto, o progressivo desvanecer do cenário de autonomização financeira por via de uma inserção no mercado de trabalho mais tardia por parte das raparigas relativamente aos rapazes. O decréscimo da situação de dependência económica face à família, bem como de acréscimo no rendimento do trabalho como principal fonte de rendimento, é hoje, igualmente, proporcional entre rapazes e raparigas à medida que se avança na idade, ao contrário do que se passava há dez anos atrás. Aí, de facto, notava-se ainda os rapazes a começarem a viver do rendimento proveniente do trabalho mais cedo que as raparigas, que permaneciam na dependência da família até mais tarde e em maior escala.

Na análise das transformações recentes no principal meio de vida dos jovens portugueses, é ainda de considerar o facto de meios de vida residuais entre a população jovem até 2001 terem assumido maior importância na última década: o rendimento mínimo garantido, atualmente rendimento social de inserção, em 2001 abrangia apenas 0.4% da população entre os 15-29, passando a abranger 1.2% em 2011 (proporção que aumenta para 1.5% nos escalões etários entre 20-29 anos). Os jovens que vivem de apoios sociais também passaram de 0.4% para 0.8%, atingindo 1.4% no escalão etário entre 15-19 anos. Destaque-se ainda o notório aumento de jovens que têm “outras situações” como meio de vida, situações atípicas não previstas no inquérito censitário, as quais abrangiam 1.4% da população jovem em 2001, aumentando para 4.1% desta em 2011.

Quando se toma por referência o principal meio de vida da população jovem em situação de desemprego, seria plausível a hipótese de um aumento da sua dependência face à família considerando o franco crescimento do desemprego no atual contexto português. Ora, embora a maioria se encontre a cargo da família, o facto é que se verifica uma ligeira diminuição desta instância como principal meio de vida para esta população entre 2001 e 2011 (de 63.4% desce para 58.7%) (figura 15). Diminui também a proporção de jovens que têm no subsídio de desemprego a principal fonte de rendimento (de 20.8% em 2001 para 12.4% em 2011).

Em contraponto, é interessante verificar o aumento de população jovem que, embora em situação de desemprego, tem no trabalho o seu principal meio de vida, vislumbrando-se o crescimento de uma situação que assume contornos de trabalho informal: sobe de 8.1% em 2001 para 15.2% em 2011, atingindo os 20.2% na faixa etária entre os 25 e 29 anos. No espaço de uma década, esta situação de trabalho informal torna-se mais frequente que o recurso ao subsídio de desemprego, o que poderá sugerir que as crescentes dificuldades de acesso a este subsídio por parte dos jovens conduzem ao trabalho informal como forma de sobrevivência num mercado formal de trabalho em compressão.

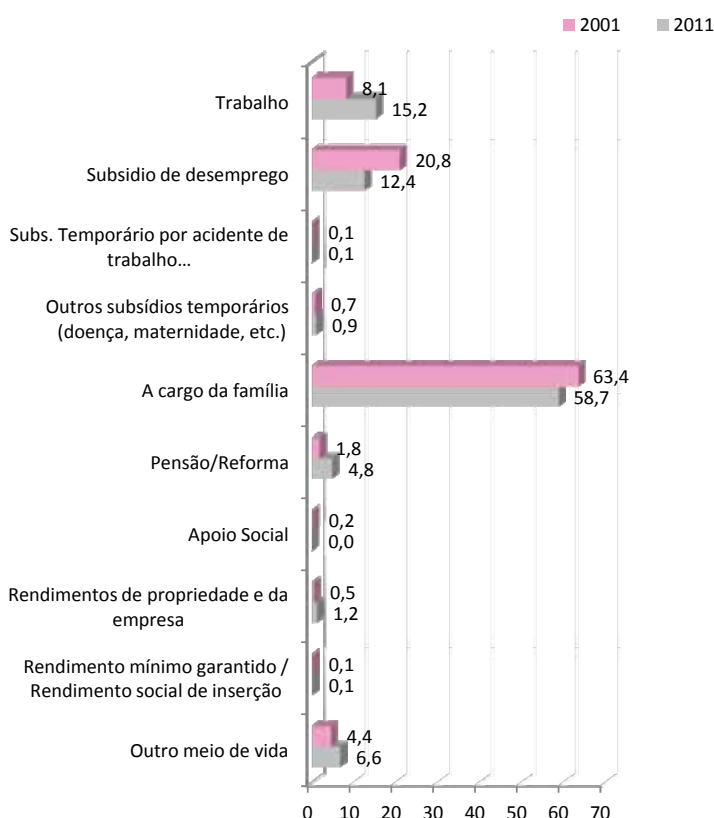
Conclusões

A análise realizada permite discernir três grandes tendências estruturantes da situação social dos jovens de hoje, em Portugal.

Em primeiro lugar, a sua compressão demográfica. Se é verdade que a análise das estimativas da população residente, atualizadas à luz dos resultados do último ato censitário de 2011, revelam que entre 2010 e 2011, pela primeira vez desde os finais dos anos 80, verificou-se um decréscimo da população portuguesa; não é menos verdade que esta quebra da população geral vem acompanhar um outro fenómeno já em curso desde meados da década de noventa do século passado: a progressiva e acelerada diminuição da população jovem

Figura 15

População jovem residente ativa, desempregada, por principal meio de vida, Portugal, 2001 e 2011 (%)



Fonte: INE, Recenseamentos da população 2001 e 2011.

nacional. Esta tendência confirmou-se nestes últimos censos, tendo a população portuguesa dos 15 aos 29 anos decrescido 21,3% entre 2001 e 2011. No mesmo sentido, assistimos à diminuição progressiva do peso da população jovem no conjunto da população geral portuguesa entre 2001 e 2011. Os jovens representam neste momento apenas 1/6 da população total geral.

Numa análise mais desagregada, verifica-se que a evolução demográfica da população jovem por grupos etários revela igualmente uma tendência de decréscimo para todos os grupos etários. Neste contexto, a forte quebra registada no índice de crescimento dos escalões entre 20 e 24 anos e entre 25 e 29 anos, poderá dever-se ao facto de possivelmente serem mais afetados pelos efeitos da crise económica na descida do saldo migratório do país. Finalmente, e no que toca à distribuição dos jovens pelo território português, os censos de 2011 não apresentam grandes variações face aos de 2001, mas vêm confirmar tendências já em curso há algumas décadas, nomeadamente a consolidação da crescente urbanização e litoralização da população jovem e do processo generalizado de envelhecimento da população portuguesa em todas as zonas do país.

Um segundo traço estruturante da evolução recente da população jovem portuguesa reside na sua notável progressão no sistema escolar. Os dados apurados atestam-no, inequivocamente. Neste período, não apenas se reforça a “alunização” dos jovens adolescentes – em 2011, eram já quase 84% os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos que continuavam no sistema de ensino – como aumenta também, embora a menor ritmo, a proporção de estudantes entre os jovens dos escalões etários subsequentes. A este respeito observam-se, como vimos, variações de género: no espaço de uma década, as raparigas progridem mais no sistema de ensino. Não obstante, os progressos também verificados no masculino conseguiram atenuar as acentuadas disparidades escolares que, no início da década, separavam rapazes e raparigas.

Por sua vez, os progressos na escolaridade juvenil neste período são atestados, quer pela qualidade das trajectórias educativas ostentadas pelos jovens que ainda frequentam o sistema de ensino – diminuição dos percursos de “atraso” nos estudos face à idade ostentada, avanço para níveis subsequentes de ensino – quer, ainda, pela melhoria do perfil de diplomação obtida pela população juvenil que já não se encontra a estudar-redução drástica do abandono escolar desqualificado, reforço dos diplomas de escolaridade intermédia e avançada. Mais uma vez, neste caso também, as diferenças entre os dois sexos evidenciam-se neste período: as raparigas reforçam significativamente o seu investimento ao nível dos títulos escolares avançados (ensino médio, pós-secundário e superior), ao passo que os rapazes tendem mais a abandonar os estudos após completarem o 3º ciclo do ensino básico ou o ensino secundário.

Por último, verificam-se dificuldades acrescidas no acesso dos jovens portugueses ao trabalho. Como pudemos verificar, a relativa generalização do acesso ao sistema educativo aumentou o contingente de jovens estudantes e prolongou a sua estadia na escola. Este contexto favoreceu a crescente desativação dos jovens em relação ao trabalho, sem dúvida, mas também o aumento de condições atípicas de inatividade entre os jovens, decorrente dos condicionalismos estruturais que determinaram a recente *compressão do mercado de trabalho*, dificultando o processo de inserção profissional de cada vez mais jovens.

O processo de inserção profissional dos jovens não se encontra apenas dificultado à entrada (é junto do grupo etário entre 15-19 anos que encontramos os maiores índices de crescimento de inatividade e de desemprego entre os jovens na última década), mas também na sua permanência e continuidade, considerando o aumento muito assinalável de situações atípicas de atividade e de inatividade nesse período de tempo (que poderão remeter para situações de informalidade laboral e/ou de “nem trabalhar, nem estudar”), bem como de situações de recurso a apoios sociais como meio de vida principal.

Os níveis de dependência financeira dos jovens em função da família de origem cresceram igualmente relativamente ao trabalho como meio de vida principal, verificando-se o crescimento deste último como meio de vida de muitos jovens desempregados, o que remete para o aumento das situações de trabalho informal e precário nos itinerários juvenis.

Desta caracterização, conclui-se que os jovens portugueses, no plano da inserção profissional, foram bastante vulneráveis às mutações económicas e sociais que ocorreram em Portugal nos últimos 30 anos. De facto, as camadas juvenis têm-se confrontado cada vez mais, nos últimos anos, com o prolongamento da sua situação

de dependência da família de origem, vendo-se simultaneamente complexificada e retardada a sua inserção estável e duradoura na vida ativa.

O cenário traçado indicia, assim, um retardamento etário na entrada no mundo do trabalho, bem como o prolongamento dessa condição social que se toma como *juventude*, considerando que aquele marcador é em Portugal um dos mais valorizados socialmente na passagem ao estatuto de adulto, implicando em outras dimensões da transição para a adultícia (Ferreira e Nunes, 2010).

Com efeito, as dificuldades acrescidas de inserção socioprofissional dos jovens, as novas modalidades de entrada no mercado de trabalho, mais flexíveis, precárias e até mesmo informais, a falta de proteção social a que estão sujeitos, têm consequências na sua vida quotidiana, afetando as formas de transição para a vida adulta nas suas várias esferas: as dificuldades de autonomia financeira por que passam resultam na dilatação temporal da sua situação de dependência da família de origem, no adiamento de projetos de conjugalidade e de parentalidade, na procura de alternativas laborais no estrangeiro, identificando, em suma, a ausência de condições favoráveis à sua emancipação e autonomia social.

Referências Bibliográficas

- ABRANTES, P. (2003). Os sentidos da escola. Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, A.N. (2005). O que as famílias fazem à escola - pistas para um debate. *Análise Social* Vol. XL, 176, 579-593.
- ALMEIDA, A.N. e VIEIRA, M.M. (2006). A escola em Portugal. Novos olhares, outros cenários. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- ALVES, N. (2008). Juventudes e inserção profissional. Lisboa: Educa | Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- ALVES, N.A., CANTANTE, F., BAPTISTA, I., CARMO, R.M. (2011). Jovens em transições precárias. Trabalho, quotidiano e futuro. Lisboa: Mundos Sociais.
- BYNNER, J. e PARSONS, S. (2002). "Social exclusion and the transition from school to work: the case of young people not in education, employment, or training (NEET)", *Journal of Vocational Behaviour*, n.º 60, pp. 289-309.
- CAPUCHA, L. (coord.), ALBUQUERQUE, J.L., RODRIGUES, N., ESTÊVÃO, P. (2009). Mais escolaridade - realidade e ambição. Estudo preparatório do alargamento da escolaridade obrigatória. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação.
- CORREIA, J.A. e MATOS, M. (2001); "Da crise da escola ao escolocentrismo", In STOERS S., CORTESÃO L. e CORREIA, J.A. (ORG.), *Transnacionalização da educação. Da crise da educação à "educação" da crise*, Porto: Edições Afrontamento.
- CUNHA, V. (2007). O lugar dos filhos. Ideais, práticas e significados. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DGEOP/MTSS (2006). Os jovens e o mercado de trabalho. Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas. DGEOP/MTSS: Lisboa.

- DURU-BELLAT, M. (2006). *L'inflation scolaire. Les désillusions de la méritocratie*. Paris : Éditions du Seuil.
- FERRAND, M. (2004). *Féminin, masculin*. Paris : La Découverte.
- FERREIRA, V.S. (org.) (2006). *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio. Um retrato longitudinal através de Fontes Estatísticas Oficiais: 1990-2005*. Lisboa: Instituto Português da Juventude.
- FERREIRA, V.S. e NUNES, C. (2010). “Transições para a idade adulta”, in PAIS, J.M. e FERREIRA, V.S. (orgs.). *Tempos e transições de vida. Portugal ao espelho da Europa*, col. *Atitudes Sociais dos Portugueses*, n.º 10. Lisboa: ICS, pp. 39-67.
- FERREIRA, V.S., FIGUEIREDO, A.L., LORGA DA SILVA, C. (1999). *Jovens em Portugal. Análise longitudinal de fontes estatísticas 1960-1997*. Oeiras: Celta Editora.
- GUERREIRO, M.D. e ABRANTES, P. (2004). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: DGEEP.
- INE (2013). *Estatísticas demográficas 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- LOPES, J. T. (1996). *Tristes escolas - práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Edições Afrontamento.
- NUNES, A. S. (1968). *A população universitária portuguesa: uma análise preliminar*. *Análise Social*, 22-23-24, pp. 295-385.
- PAIS, J.M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.
- PASQUIER, D. (2005). *Cultures lycéennes. La tyrannie de la majorité*. Paris: Éditions Autrement.
- PEIXOTO, J. (2013). *Migrações*. In CARDOSO, J.L., MAGALHÃES, P., PAIS, J.M. (eds.) *Portugal de A a Z: Temas em aberto*. Lisboa: Expresso/ICS-UL.
- RAYOU, P. (2000). *La citoyenneté lycéenne et étudiante*. In VAN ZANTEN, A. (ed.). *L'école, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte.
- RESENDE, J. (2010). *A sociedade contra a escola? A socialização política escolar num contexto de incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- RIBEIRO, A. M. (2007). *A vantagem escolar das raparigas no secundário: resultados escolares e identidades juvenis numa perspectiva de género*. In VIEIRA, M. M. (ed.). *Escola, jovens e media* (pp. 109-135). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHMIDT, L. (1990). “Jovens, família, dinheiro, autonomia”, *Análise Social*, vol. 25, n.º 108-109, pp. 645-673.
- VIEIRA, M.M. (2005). *O lugar do trabalho escolar – entre o trabalho e o lazer?* *Análise Social*, vol. XL, nº 176, 519-545.

VIEIRA, M.M. (2011). Retrato do jovem enquanto aluno: participar na escolaridade, preservar a privacidade. In DOMINGOS F. (org.). Avaliação em Educação: olhares sobre uma prática social incontornável. Pinhais (Brasil): Editora Melo. pp.135-154.

WALL, K. (Ed.) (2005). Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

YATES, S., PAYNE, M. (2006). "Not so NEET? A critique of the use of 'NEET' in setting targets for interventions with young people", Journal of Youth Studies, vol. 9, n.º 3, pp. 329-344.



A Surdocegueira em Portugal: caracterização da população segundo a idade e sexo

Autores: Gaspar, T.¹

tania.gaspar@edu.ulusiada.pt

Rebelo, A.^{1,2}

antonio.rebelo@casapia.pt

Antunes, M.²

madalena.antunes@casapia.pt

Martinho, F.²

maria.martinho@casapia.pt

Liques da Silva, P.²

paula.c.silva@casapia.pt

Oliveira, A.²

ana.s.santos.oliveira@gmail.com

Branquinho, C.¹

catia.branquinho@sapo.pt

Deafblindness in Portugal: characterization of the population according to age and sex

1 – Universidade Lusíada de Lisboa

2 – Casa Pia de Lisboa, I.P.

Agradecimentos: aos parceiros do projeto, Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.), Ministério da Educação e Ciência, Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) e Associação Presença. Esta investigação foi financiada pelo Programa Operacional de Assistência Técnica/ Fundo Social Europeu (POAT/FSE) (Projeto n.º 000401402011), Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Resumo:

A surdocegueira, uma deficiência que apesar de rara compromete a vida de milhares de pessoas no mundo, é ainda alvo de escassos estudos. Em Portugal, desconhecem-se as características e ignoram-se as necessidades específicas da pessoa surdocega.

Num estudo com uma amostra de 135 pessoas surdocegas entre os 2-99 anos constatou-se que esta população é maioritariamente do sexo masculino, adulta, solteira ou divorciada, não tem um nível de escolaridade e conta com o suporte de familiares. Sendo que grande parte destes indivíduos nasce ou fica surdocego até aos dois anos, e apresenta comprometimentos ao nível da cegueira e surdez profunda.

Palavras-chave: Surdocegueira, Deficiência, Identificação, Caracterização, Necessidades, Integração.

Abstract:

Deafblindness, a disability which although rare compromises the lives of thousands of people in the world, is still subject of few studies. In Portugal, it is unknown the number of cases of deafblind people and ignores their specific needs.

In a study with a sample of 135 deafblind people, aged 2-99 years found that this population is mostly male, adult, single or divorced, has no schooling and has the support of family. Most of these individuals born deafblind or becomes before age two, and have commitments at the level of blindness and profound deafness.

Keywords: Deafblindness, Deficiency, Identification, Characterization, Needs, Integration.

Revisão de literatura

A surdocegueira, a condição do *deficit* simultâneo da visão e da audição, apesar da sua baixa incidência, escassez de dados e números exatos, é uma deficiência que afeta milhares de pessoas em todo o mundo. Nos Estados Unidos estima-se que residam 70.000 a 100.000 pessoas surdocegas (NARUC, 2008), na Austrália 288.000 (Access Economics, 2007), alcançando os 500.000 na Índia (Sense International (Índia), 2010). Na União Europeia os números não são muito divergentes, estimando-se que residam no mínimo 150.000 pessoas surdocegas (European Deafblind Network, 2006). Em Portugal também não existe um número exato das pessoas surdocegas que vivem no país. No entanto, se considerarmos que no ano de 2005 de acordo com o Eurostat (2007), a União Europeia tinha 728 milhões de habitantes, a proporcionalidade é de 21 surdocegos em cada 100.000 habitantes. Caso se considere esta proporção para a atual realidade portuguesa, com um total 10.487.289 habitantes (Censos, 2011), a estimativa seria de aproximadamente 2.200 surdocegos no país. Todavia, este número é uma estimativa, uma vez que a realidade europeia pode ser muito divergente da portuguesa.

Um estudo europeu desenvolvido no ano de 2006 pela European Deafblind Network - organização que promove a melhoria da situação dos surdocegos da Europa, na defesa dos direitos igualitários e da participação na sociedade (<http://www.edbn.org/>) - mostrou que a surdocegueira: ainda não era reconhecida como uma deficiência única por 76% dos Estados-membro da Europa; que em 67% dos países não existia um programa específico para a identificação de crianças e adultos surdocegos; que as pessoas surdocegas viviam frequentemente isoladas nas suas próprias casas, impedidas de trabalhar ou de deslocar-se sem suporte, incapazes de realizar atividades diárias básicas e que não recebiam os serviços e apoios que necessitavam. Neste ano, a situação em Portugal não era muito diferente. Através do Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal participou neste estudo e verificou-se que no país: a surdocegueira não era reconhecida como uma deficiência única; não existia registo do número de pessoas surdocegas que viviam no país; o treino de profissionais apresentava lacunas; as famílias de surdocegos não tinham acesso a informação; só existiam programas de intervenção específicos para jovens; os apoios sociais específicos eram inexistentes e não era dado suporte para trabalhar. A educação era o único apoio do surdocego. Existindo no país uma escola especializada na Casa Pia de Lisboa (Deafblind Internacional, 2005).

Os indivíduos surdocegos com as suas perdas combinadas de visão e audição possuem grandes dificuldades na conquista de metas educacionais, vocacionais e de lazer (Arias, Zeferino & Barros Filho, 2006). A privação dos dois sentidos que possibilitam o reconhecimento do mundo à distância e que fornecem informações imediatas do ambiente impossibilita uma vida minimamente independente. Para que a pessoa surdocega possa ter acesso ao mundo que a rodeia, necessita de recorrer a todas as suas potencialidades a fim de ultrapassar as barreiras com que se depara (Cambruzzi & Costa, 2007).

A perda da independência e da liberdade, associadas à necessidade de pedir ajuda ao outro, são relatadas como as consequências mais difíceis decorrentes da perda da visão. Sendo, por sua vez, os obstáculos na comunicação, interação e contacto, tidos como os grandes comprometimentos resultantes da perda da audição. A pessoa surdocega experiencia estas duas realidades. Duas realidades bastantes vezes acompanhadas por sentimentos de solidão, isolamento, depressão e conflitos emocionais (Watters, Owen & Munroe, 2005). Serviços e técnicos especializados capazes de estimular e fornecer suporte específico no momento certo e mais precocemente possível, são a ajuda necessária à pessoa surdocega na conquista de uma vida mais autónoma e realizada (Alley & Keeler, 2009). Com um suporte eficiente e um trabalho inter-relacionado com as áreas da educação, saúde, serviço social, lazer e trabalho, a pessoa surdocega pode atenuar a barreira na sua aprendizagem, comunicação, melhorar a sua orientação e mobilidade, acesso à informação e conseguir igualdade de oportunidades (ONCE, s.d; Cambruzzi & Costa). A pessoa surdocega tem o direito a ter um dia-a-dia de atividade normal. Tendo a sociedade a obrigação de pensar em normas e serviços que integrem e auxiliem a pessoa em todos os domínios de vida (Rebello, 2002).

As pessoas surdocegas constituem um grupo com grandes diferenças e especificidades. Divergem no grau severidade das perdas, podendo variar entre moderado a profundo, período de surgimento, primeira perda adquirida ou se ocorreram simultaneamente, quando foram diagnosticadas, nível de desenvolvimento da linguagem, forma de comunicação, e nível de independência (Dalby et al., 2009). Podendo o surdocego ter

outras incapacidades associadas aos comprometimentos como o dano nas funções intelectual, motora, voz, ou funções adicionais como o olfato, o paladar, ou o tato (Janssen, s.d.; Göransson, 2008; Araóz, 1999).

Existem vários distúrbios, doenças infecciosas e condições acidentais que podem conduzir à surdocegueira, resultando numa grande variação de perdas visuais e auditivas. Um sujeito surdocego não apresenta necessariamente uma surdez ou cegueira total, pode exibir uma variedade de perdas ao nível da visão e audição e o seu comprometimento variar de uma perda moderada a total. Sendo usual que um comprometimento seja superior ao outro (Heller & Kennedy, 2011; Deafblind, s.d.).

Na literatura são referidos quatro grupos de etiologias para as causas da surdocegueira: 1) hereditária – usualmente identificada por surdez congénita e perda gradual do campo visual a partir do período da pré-adolescência, podendo levar a cegueira na idade adulta; 2) pré-natal – fortemente relacionada com complicações congénitas devido a infeções, como rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus, sífilis ou síndrome de álcool fetal; 3) complicações no nascimento – como prematuridade; 4) pós-natal – relacionada com infeções, meningite, traumas ou tumores (Alsop, 2002).

Segundo a *Organización Nacional de Ciegos Españoles* (ONCE, s.d.) pode dividir-se a população surdocega em quatro grupos distintos: pessoas com surdocegueira congénita e todas aquelas que adquiriram surdocegueira antes da aquisição da linguagem; pessoas com surdocegueira adquirida: aquelas que nasceram surdas e posteriormente tiveram uma perda significativa da visão ou ficaram cegas; as que nasceram cegas ou com uma perda significativa da visão, e cujos problemas de audição se manifestaram anos mais tarde e as que apresentam dificuldades significativas na visão e audição depois de adquirirem a linguagem.

No período de aquisição da linguagem, podem identificar-se dois tipos de surdocegueira: pré-linguística, na qual a pessoa adquire a incapacidade antes da aquisição da linguagem, desenvolvendo o olfato e o contacto corporal como sentidos compensadores e pós-linguística, na qual a pessoa se depara com os sentidos visuais e auditivos prejudicados após o desenvolvimento da linguagem (Massini, Teodoro, Noronha & Ferraz, 2007).

A visão e a audição são canais sensoriais importantes para que ocorra o processo de desenvolvimento da comunicação. Na ausência destes canais, o processo de apreensão progressiva da comunicação fica prejudicado, e em decorrência da insuficiência desses canais para integrar as informações sensoriais e a possibilidade de aprendizagem, o surdocego fica privado da sua capacidade de explorar o ambiente e de se sentir parte integrante do mundo. Estes comprometimentos têm fortes impactos sociocognitivos e ao nível da linguagem (Kiani & Miller, 2010). A seleção da forma de comunicação mais adequada a cada pessoa, depende das capacidades cognitivas, motoras, táteis, visuais, auditivas, da memória e do nível de representação que dispõe (Cambruzzi & Costa, 2007; Diniz, 2011). O técnico especializado deve saber introduzir métodos de comunicação individuais e intervenções altamente estruturadas tendo em conta os sentidos remanescentes do surdocego e a sua condição individual (Huebner & Prickett, 1996; Cader-Nascimento, 2003). Para suprir as necessidades dos surdocegos é preciso contar com uma equipa multidisciplinar composta por profissionais especializados em fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia (Arias, Zeferino & Barros Filho, 2006). Uma intervenção precoce com um treino adequado dos sentidos remanescentes são cruciais para o surdocego. Existe uma necessidade de encontrar métodos que envolvam pais/cuidadores/membros da família o mais prematuramente possível, para criar ambientes comunicativos que propiciem o uso dos sentidos residuais. No entanto, a pesquisa na área é limitada, muito devido à dificuldade em desenvolver programas para uma população tão heterogénea (Michael & Paul, 1988).

Jan van Dijk é o perito com mais estudos na área da intervenção em surdocegueira. O estudioso defende que a base da aprendizagem é o desenvolvimento da ligação afetiva.

A abordagem coativa é uma das suas abordagens mais célebres, nesta o autor apresenta procedimentos que podem possibilitar condições adequadas ao desenvolvimento da comunicação em surdocegos pré-linguísticos. Ao abordar os vários níveis de comunicação reporta-se a seis fases, identificadas pelo autor como nutrição, um momento crucial no processo, onde se constrói o vínculo afetivo; ressonância, período em que através do movimento corporal sincrónico entre criança e o terapeuta se estabelece um diálogo; movimento coativo, fase comunicativa na qual se deseja que a criança se interesse pelos objetos que a rodeiam e que

os explore; imitação, repetição por parte da criança de uma ação ou movimento recentemente realizado por ela ou executado por outro na sua frente; referência não representativa em que se pretende que a criança seja capaz de compreender símbolos e gesto natural, em que há uma manifestação da expressão corporal para identificar objetos, pessoas ou situações coincidente com o significado particular que um certo objeto tem para a criança (Jan van Dijk, s.d. (a)). Estas fases são um processo ativo de integração de estímulos sociais, podendo ser sequenciais ou cumulativas. A abordagem do autor (van Dijk, s.d. (b)) é focada no desenvolvimento no contexto de interações sociais e das capacidades cognitivas.

Com a escassez de estudos na área, ainda não é possível perceber a etiologia da surdocegueira das pessoas surdocegas residentes no país, a severidade das suas perdas, o período de surgimento, qual a perda que primeiro se iniciou, altura do seu diagnóstico, nível de desenvolvimento da linguagem, forma de comunicação, nível de independência. No entanto, com uma disparidade funcional tão vasta, urge a necessidade de identificar e caracterizar as necessidades desta população a fim de poder identificar e caracterizar as necessidades individuais da pessoa surdocega (Dalby et al., 2009), promovendo o seu desenvolvimento global e integração nos seus contextos de vida.

Métodos

Amostra

Na caracterização da pessoa surdocega e numa amostra de 135 casos identificados pelas instituições nacionais com pessoas surdocegas associadas, verificou-se que a maioria da população é portuguesa (94,6%), adulta (45,9%), pertence ao sexo masculino (60%), na sua generalidade é solteira/divorciada (81%), tem o 1.º ciclo e encontra-se em situação de reforma ou auferir uma pensão (27,5%). Centrando-se a média de idade nos 40,1 anos e desvio padrão de 21,3. As pessoas envolvidas apresentam idades compreendidas entre os 2 e os 99 anos. Sendo 17,8% crianças e adolescentes (0-18 anos), 24,4% jovens adultos (19-35 anos), 45,9% adultos (36-64 anos) e 11,9% idosos (mais de 65 anos). Distribuindo-se o sexo masculino em maior percentagem pelo grupo etário dos adultos (45,7%) e jovens adultos (24,7%), e um menor número na faixa das crianças/adolescentes (18,5%) e dos idosos (11,1%). O sexo feminino mantém a distribuição do sexo oposto, encontrando-se semelhantemente a maioria na idade adulta (46,3%) e jovem adulta (24,1%), e uma menor percentagem de crianças/adolescentes (16,7%) e de idosos (12,9%).

Instrumento

Com o objetivo de identificar e conhecer as necessidades das pessoas surdocegas residentes em Portugal, o CED António Aurélio da Costa Ferreira e os seus parceiros, elaboraram um questionário de recolha de dados. Tendo o mesmo sido aprovado para aplicação pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Este instrumento permitia recolher informações sobre os organismos respondentes e a pessoa surdocega. A informação recolhida sobre as entidades incluía a sua identificação, estatuto jurídico, nome e serviço no qual o responsável pelo preenchimento desempenha funções. Enquanto sobre a pessoa surdocega eram solicitados dados referentes à sua identificação (dia-mês-ano de nascimento), altura quem que se tornou surdocega, se tem conhecimento da etiologia da sua surdocegueira, nível de comprometimento da função visual e auditiva, existência de funções adicionais afetadas para além da visão e audição, nível de escolaridade, situação face ao trabalho, com quem vive a maior parte do tempo, localização da residência, com quem fica quando tem de permanecer em casa, e se beneficia de algum tipo de apoio social e caso beneficie, qual o apoio.

Este questionário possuía ainda um carácter de confidencialidade e um guião para auxiliar os técnicos no seu preenchimento.

Procedimentos

O processo de recolha de dados foi precedido por um levantamento dos organismos de Portugal continental e ilhas que poderiam intervir com pessoas surdocegas (Cooperativas e Instituições Particulares de Solidariedade Social, Hospitais, Centros Distritais de Segurança Social, Santas Casas da Misericórdia, Fundações, Centros de Saúde, Agrupamentos Escolares/Escolas, Institutos Públicos, Centros Sociais e Paroquiais, Lares, etc.). Contactando-se posteriormente por telefone e/ou correio eletrónico os organismos identificados. Sendo nesse contacto fornecidas informações sobre o projeto e seus objetivos, solicitada autorização para envio do instrumento, pedida colaboração do técnico no seu preenchimento, e no reenvio do mesmo devidamente preenchido para o e-mail do CED António Aurélio da Costa Ferreira.

Para ser envolvido no estudo, o organismo teria que ter algum indivíduo com surdocegueira.

O processo de recolha de dados decorreu entre os meses de julho e novembro de 2013 e o projeto terminou no mês de dezembro do mesmo ano. Procedendo-se à análise dos mesmos através do *Software SPSS*. Dado que algumas questões colocadas eram abertas, houve necessidade de aliar à análise quantitativa um estudo qualitativo.

Resultados

No total, foram recebidos 213 questionários no âmbito do estudo. Contudo, uma vez que alguns instrumentos apenas forneciam a caracterização dos organismos e não existia caracterização da pessoa surdocega, estes foram considerados não válidos (78). Tendo-se considerado 135 respostas válidas.

Destas respostas, verificou-se que 57,5% pertencia a um Instituto Público, maioritariamente ao CED António Aurélio da Costa Ferreira, 20,2% a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), 9,7% a Santas Casas da Misericórdia, 6,7% a Cooperativas de Solidariedade Social, 2,2% a Centros Distritais de Segurança Social, 2,2% a Organismos de Poder Local e 1,5% a Agrupamentos Escolares/Escolas. Encontrando-se maioritariamente sediados nos distritos de Lisboa (64,4%) e Porto (8,9%).

Na análise da população surdocega apurou-se que esta era predominantemente portuguesa (N=130) em ambos os sexos (M=92,3%; F=98,1%) e faixas etárias. Sendo as crianças e adolescentes do sexo masculino (M=64,3%; F=88,9%) na sua maioria portuguesas, assim como os jovens adultos (M=64,7%; F=100%), e a totalidade dos adultos e idosos.

No conhecimento da causa da sua surdocegueira, as respostas foram díspares. Se grande percentagem do grupo das crianças e adolescentes (M=66,7%; 55%) e dos jovens adultos (M=63,2%; F=54,5%) conhece a causa da sua surdocegueira, com os adultos e idosos o mesmo não acontece. Sendo que apenas o sexo feminino do grupo dos adultos (56%) e dos idosos (85,7%) conhece a causa dos seus comprometimentos.

Quadro 1

Causa da surdocegueira (N=126)						
Conhecimento da causa	Sim (%)		Não (%)		Total (%)	
	Sexo					
	M	F	M	F	M	F
Grupo Etário	M	F	M	F	M	F
Criança/Adolescente	66,7	55,0	33,3	45,0	100,0	100,0
Jovem Adulto	63,2	54,5	36,8	45,5	100,0	100,0
Adulto	38,2	56,0	61,8	44,0	100,0	100,0
Idoso	44,4	85,7	55,6	14,3	100,0	100,0

Fonte: Resultados do estudo coordenado por Tania Gaspar – Surdocegueira: Um Modelo de Intervenção (2013)

A origem da surdocegueira (N=73) quanto analisada em função de uma causa hereditária, pré ou pós-natal, ou complicações no nascimento, mostra diferentes resultados quanto ao sexo e idade. Se as crianças e adolescentes do sexo masculino apresentam na sua maioria uma etiologia hereditária (33,3%) e pós-natal (33,3%) em igual percentagem, os elementos do sexo feminino referem uma origem pós-natal (80%). Apresentando os jovens adultos causas hereditárias (F=60%) e pré-natais (M=53,8%), assim como os adultos que igualmente apresentam a hereditariedade (M=41,2%) e motivos pré-natais (M=41,2%; F=50%) como origem da sua deficiência. Por sua vez, os idosos de ambos os sexos apresentam uma etiologia pós-natal (M=75%; F=66,7%). Podendo este resultado ser explicado pelas perdas dos sentidos (visual e auditivo) decorrentes da idade.

A altura em que a pessoa se tornou surdocega, não apresenta diferenças significativas quanto à idade e sexo nos grupos das crianças e adolescentes (M=50%; F=42,9%) e jovens adultos (M=45%; F=50%). Tendo ambos os grupos reportado que nasceram ou ficaram surdocegos até aos dois anos de idade. Os adultos e os idosos apresentam diferentes idades para a perda dos sentidos visuais e auditivos. Enquanto os adultos do sexo masculino reportam que nasceram surdos e perderam a visão (37,1%) ou perderam a visão e a audição depois dos dois anos de idade (37,1%), o sexo feminino refere que nasceu surdo e perdeu a visão (40%). A população idosa menciona uma perda da visão e audição depois dos dois anos de idade em ambos os sexos (M=55,6%; F=66,7%).

Quadro 2

Quadro 2

Altura em que se tornou surdocega por sexo e grupo etário (N=124)										
Altura em que se tornou surdocega	Nasceu ou ficou surdocega até aos dois anos (%)		Nasceu surdo e perdeu a visão (%)		Nasceu cego/baixa visão e perdeu a audição (%)		Perdeu a visão e a audição depois dos dois anos (%)		Total (%)	
Sexo										
Grupo Etário	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Criança/Adolescente	50,0	42,9	20,0	28,6	10,0	0,0	20,0	28,6	100,0	100,0
Jovem Adulto	45,0	50,0	30,0	16,7	10,0	8,3	15,0	25,0	100,0	100,0
Adulto	14,3	28,0	37,1	40,0	11,4	8,0	37,1	24,0	100,0	100,0
Idoso	11,1	33,3	22,2	0,0	11,1	0,0	55,6	66,7	100,0	100,0

Fonte: Resultados do estudo coordenado por Tania Gaspar – Surdocegueira: Um Modelo de Intervenção (2013)

Os comprometimentos da visão são essencialmente caracterizados por cegueira. Verificando-se que em todos os grupos e sexos, à exceção do sexo masculino no grupo dos jovens adultos (65%) e adultos (52,8%) que apresentam comprometimentos ao nível da baixa visão, a cegueira é a problemática mais comum nas várias faixas etárias.

Quadro 3

Nível comprometimento da visão por sexo e grupo etário (N=129)						
Comprometimento da visão	Baixa visão (%)		Cegueira (%)		Total (%)	
	Sexo					
Grupo Etário	M	F	M	F	M	F
Criança/Adolescente	42,9	37,5	57,1	62,5	100,0	100,0
Jovem Adulto	65,0	46,2	35,0	53,8	100,0	100,0
Adulto	52,8	40,0	47,2	60,0	100,0	100,0
Idoso	42,9	16,7	57,1	83,3	100,0	100,0

Fonte: Resultados do estudo coordenado por Tania Gaspar – Surdocegueira: Um Modelo de Intervenção (2013)

As perdas ao nível da audição são predominantemente ao nível da surdez profunda em todos grupos etários e sexos, à exceção do grupo dos indivíduos com mais de 65 anos que apresentam igual percentagem de casos de surdez profunda (M=42,9%; F=40%) e de surdez moderada no sexo masculino (42,9%) e surdez severa no feminino (42,9%).

Quadro 4

Nível comprometimento da audição por sexo e grupo etário (N=125)								
Comprometimento da audição	Surdez moderada (%)		Surdez severa (%)		Surdez profunda (%)		Total (%)	
	Sexo							
	Grupo Etário	M	F	M	F	M	F	M
Criança/adolescente	15,4	14,3	30,8	14,3	53,8	71,4	100,0	100,0
Jovem adulto	20,0	23,1	15,0	7,7	65,0	69,2	100,0	100,0
Adulto	34,3	32,0	17,1	16,0	48,6	52,0	100,0	100,0
Idoso	42,9	20,0	14,3	40,0	42,9	40,0	100,0	100,0

Fonte: Resultados do estudo coordenado por Tania Gaspar – Surdocegueira: Um Modelo de Intervenção (2013)

Quando reportadas funções adicionais afetadas (N=63), as crianças do sexo masculino referem a função intelectual, motora e voz (28,6%) e as do sexo feminino a intelectual e a voz (50%), assim como ambos os sexos do grupo dos jovens adultos (M=41,7%; F=54,5%). Os adultos do sexo masculino referem a função intelectual (50%) e do sexo feminino a intelectual, motora, voz e funções sensoriais adicionais (45,5%). Os idosos do sexo masculino reportam a intelectual (25,8%) e do feminino a voz (50%).

No estudo do estado civil (N=132), a população do grupo etário das crianças e adolescentes apresenta-se na sua totalidade e em ambos os sexos como solteira/divorciada. Sendo os jovens adultos (M=90; F=92,3%) em grande parte solteiros/divorciados, assim como os adultos (M=80,6%; F=75%). Os idosos diferem quanto ao sexo e estado civil, sendo que o sexo feminino (71,4%) é comumente solteiro/divorciado e o masculino casado ou vive em união de facto (44,4%).

A escolaridade apresenta-se muito divergente (N=131). Se o grupo das crianças e adolescentes varia entre o 1.º ciclo (M=35,7%) e o 3.º ciclo (F=33,3%), os jovens adultos não adquiriram qualquer nível de escolaridade (M=60%; F=76,9%), assim como os adultos (33,3%) e os idosos do sexo feminino (43,8%). Relatando igual percentagem de adultos do sexo feminino (33,3%) e do sexo masculino (42,9%) o 1.º ciclo. Os idosos apresentam na sua maioria uma escolaridade ao nível do 1.º ciclo (M=44,4%; F=43,8%).

Quando questionados sobre a sua atividade ocupacional (N=120), a grande maioria das crianças e adolescentes referiram ser estudantes (M=78,6%; F=77,8%), os jovens adultos ter uma atividade ocupacional (M=55,9%; F=66,7%), enquanto os adultos (M=37,5; F=31,8%) e os idosos (M=100%; F=100%) já se encontram numa situação de reforma ou são pensionistas.

Frequentemente a população surdocega (N=131) refere viver sozinha, com a família, ou numa instituição. Grande parte das crianças e adolescentes (M=85,7%; F=66,7%), assim como dos adultos (M=74,3%; F=56%) reportam viver com a família, enquanto os jovens adultos vivem numa instituição (M=50%; F=66,7%). Grande percentagem dos idosos vivem numa instituição (M=66,7%) ou sós (F=42,9%).

Quando permanecem em casa (N=111), grande parte das crianças e adolescentes (M=75%; 83,3%) e dos jovens adultos mencionam ficar com os pais (M=52,9%; F=54,5%), ficando os adultos sozinhos e os idosos sós (F=50%) ou com outra pessoa que não da sua família (M=66,7%; F=50%).

No estudo do distrito de residência da população surdocega do estudo (N=134), percebeu-se que o grupo das crianças e adolescentes residem frequentemente no distrito de Lisboa (M=64,3%; F=778%), assim como os jovens adultos (M=70%; F=69,2%). Enquanto os adultos se dividem por sexo pelos distritos do Porto (M=35,1%) e Lisboa (F=24%). O grupo dos idosos apresenta uma maior dispersão pelo país, centrando-se o sexo masculino nos distritos de Bragança (33,3%) e Lisboa (33,3%) e o feminino em Aveiro (28,6%) e Bragança (28,6%).

Quadro 5

Benefício de apoio social por sexo e grupo etário (N=130)						
Benefício apoio social	Sim (%)		Não (%)		Total	
	Sexo					
Grupo Etário	M	F	M	F	M	F
Criança/Adolescente	85,7	80	14,3	20	100	100
Jovem Adulto	90,9	80	9,1	20	100	100
Adulto	68,8	85,7	31,2	14,3	100	100
Idoso	88,9	83,3	11,1	16,7	100	100

Fonte: Resultados do estudo coordenado por Tania Gaspar – Surdocegueira: Um Modelo de Intervenção (2013)

O benefício de um qualquer tipo de apoio social entre as pessoas surdocegas é frequente em todas as idades e grupos etários.

Discussão e Conclusões

Este trabalho revelou uma homogeneidade ao nível das perdas, mostrando que maioria da amostra apresenta perdas visuais ao nível da cegueira (52,7%), e perdas auditivas ao nível da surdez profunda (55,2%) em ambos os sexos e todas as faixas etárias.

Contudo, no início da surdocegueira é demonstrada uma grande heterogeneidade nos resultados, mostrando que umas pessoas já nascem surdocegas, outras ficam-no até aos dois anos de idade, e outras adquirem no decorrer da vida. Depreendendo-se que muitos destes indivíduos adquiriram ambas as perdas como resultado da idade. Com a esperança média de vida da população portuguesa, será previsível um aumento da surdocegueira adquirida na população. Este resultado salienta a necessidade de uma intervenção o mais precoce possível para aumentar e otimizar a intervenção e potenciar os resultados. Uma intervenção precoce com um treino adequado dos sentidos remanescentes pode diminuir os obstáculos na aprendizagem, comunicação, orientação e mobilidade, acesso à informação e igualdade de oportunidades da pessoa surdocega (Cambruzzi & Costa; Michael & Paul, 1988).

Em 50% dos casos não é identificada a causa da surdocegueira, demonstrando a necessidade de sensibilização e formação de profissionais ao nível da identificação das etiologias. O surdocego tem necessidades específicas de intervenção e a sua condição individual deve ser priorizada (Cader-Nascimento, 2003). As diferenças nos diversos grupos etários: ao nível da escolaridade, atividade ocupacional e apoio da família, evidenciam as necessidades de intervenção específicas tendo em conta o sexo e especialmente a idade.

Grande parte da amostra, transversal às diferentes faixas etárias, recebe apoio da família. Este resultado reforça a necessidade de apoio e formação das famílias das pessoas surdocegas, no sentido de melhorar a qualidade de vida de ambos, assim como otimizar e rentabilizar o apoio e intervenção profissional. Existe uma necessidade de encontrar métodos que envolvam pais/cuidadores/membros da família o mais prematuramente possível para criar ambientes comunicativos que propiciem o uso dos sentidos residuais.

O presente estudo permitiu contribuir para o aumento de conhecimento e partilha sobre as pessoas surdocegas em Portugal, a sua caracterização, o suporte social que dispõe, assim como necessidades sentidas pela população e cuidadores formais e informais.

Dos resultados do questionário anteriormente apresentados podem-se retirar as seguintes principais conclusões:

- Foram encontradas barreiras ao nível do diagnóstico/*report* tendo em conta os diferentes graus de surdocegueira. Esta dificuldade de diagnóstico pode dever-se, por exemplo, há existência de comorbilidades ou “diagnósticos primários”, que acabam por se sobrepor ao diagnóstico de surdocegueira como por exemplo paralisia cerebral, perda de capacidade da função visual por cataratas num surdo congénito, etc. Deste modo, salienta-se a necessidade de sensibilização e formação dos profissionais que realizam o diagnóstico;
- Em cerca de metade dos casos não é identificada ou conhecida a causa da surdocegueira;
- Foram identificadas importantes diferenças ligadas à idade e sexo, ao nível das necessidades sentidas, apoio/recursos disponíveis e oportunidades, o que vai ter um impacto no desenvolvimento e reabilitação;
- Salienta-se a necessidade de respostas na saúde, educação e sociais tendo em conta as diferentes necessidades das etapas do desenvolvimento;
- Verifica-se a necessidade de desenvolvimento de estratégias e serviços de prevenção e intervenção tendo em conta a altura em que a surdocegueira é adquirida;
- Torna-se fundamental intervir ao nível de escolaridade e atividade ocupacional, face às diferenças de idade, tanto ao nível da quantidade, como da qualidade;
- São sentidas necessidades ao nível da intervenção no apoio formal e informal, tendo em conta a idade, sexo e localização geográfica;
- Revela-se importante identificar e corresponder de modo eficaz às necessidades dos profissionais, pessoas surdocegas, famílias, população em geral ao nível do conhecimento, apoio (saúde, educação, social, formação, legislação, etc.);
- Considera-se essencial que a intervenção com a pessoa surdocega siga o modelo ecológico, envolvendo, a pessoa, a sua família, a comunidade, profissionais e políticas sociais, de saúde e educação.

Referências

Access Economics (2007). Penny Taylor Presentation National DeafBlind Conference April 2010. *Making sense, A report into dual sensory loss and multiple disabilities in Australia*. Disponível no site da internet [http://www.deafblind.org.au/content-files/Penny%20Taylor%20-%20Making%20Sense%202010%20\[Compatibility%20Mode\].pdf](http://www.deafblind.org.au/content-files/Penny%20Taylor%20-%20Making%20Sense%202010%20[Compatibility%20Mode].pdf).

Alley & Keeler, G. (2009). *Kent Deafblind Development Project*. Kent County Council Sensory Services. Disponível no site da internet https://shareweb.kent.gov.uk/Documents/adult-Social-Services/sensory-services/deafblind_report.pdf.

Alsop, L. (Ed.) (2002). *Understanding Deafblindness: Issues, Perspectives, and Strategies*. North Logan, Utah: Ski-Hi Institute, Hope Publishing, Inc.

- Araóz, S. (1999). *Experiências de Pais de Múltiplos Deficientes Sensoriais – Surdocegos: Do diagnóstico à Educação Especial*. Programa de Pós-Graduação, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.
- Arias, M.; Seferino, A. & Barros Filho, A. (2006). Características clínico-sociais do surdocego institucionalizado. *Rev. Paul. Pediatría*, 24 (1), 20-6.
- Cader-Nascimento, F. (2003). *Implicações e avaliação empírica de programas com duas crianças surdocegas, suas famílias e a professora*. Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.
- Cambruzzi, R. & Costa, M. (2007). Análise dos níveis de comunicação do aluno com surdocegueira. *Temas em Psicologia*, vol. 15, no 2, 249 – 268.
- Censos. (2011). População residente à data do Censos 2012. Disponível no site da internet http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003182&selTab=tab0.
- Dalby, D.M., Hirdes, J.P., Stolee, P., Strong, J.G., Poss, J., Tjam, E.Y., Bowman, L. & Ashworth, M. (2009). Characteristics of individuals with congenital and acquired deaf-blindness. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, 103, (2), 93-102.
- Deafblind International (2005). *Does Europe recognize deafblindness?* Disponível no site da internet http://www.deafblindinternational.org/network_edbn.html.
- Diniz, A. (2011). *Tecnologias na Surdocegueira Adquirida como forma de apoio à autonomia, comunicação, escolarização e lazer*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Educação de Lisboa, Lisboa.
- European Deafblind Network (2006). *Recognition: a survey of the deafblindness in the European Union*. Disponível no site da internet http://www.sense.org.uk/sites/default/files/EDbN_survey_report_english_0.pdf.
- Eurostat (2007). EUROPE IN FIGURES – Eurostat yearbook 2006-07. EU population compared with other world regions, p. 56.
- Huebner & Prickett (1996). A Self-study and in-service training program for individuals who work with people who are. *Re: View. Winter*, Vol. 27, capítulo 4, p. 159.
- Heller, K. & Kennedy, C. (2011). *Etiologies and Characteristics of Deaf-Blindness*. Seção 2, capítulo 4, p. 37-49.
- Göransson, L. (2008). *Deafblindness in a Life Perspective: Strategies and Methods for Support*. Disponível no site da internet <http://www.skane.se/Public/HAB/5-Omoss/FoU/rapporter/fourapport-dovblind-eng.pdf>.
- Janssen, M. (s.d.). *The Key to Communication. Intelligence – Fostering High Quality Communication in People with Congenital Deafblindness*. International Innovation: University of Groningen, p. 80-82. Disponível no site da internet http://www.rug.nl/staff/h.j.m.janssen/marleen_janssen_mepa-1.pdf.
- Kiani, R. & Miller, H. (2010). Sensory impairment and intellectual disability *Advances in Psychiatric Treatment*, vol. 16, 228–235.

- Massini, E., Teodoro, C., Noronha, L. & Ferraz, R. (2007). Concepções de professores do ensino superior sobre surdocegueira: um estudo exploratório com quatro docentes. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, 88, (220), 556-573.
- Michael, M. & Paul, P. (1988). *Early Intervention for Infants with Deaf-blindness*. Columbus: Ohio State University.
- NARUC (2008). Passes Resolution Supporting Equal Access to Communications Technologies in the 21st Century.
- ONCE (s.d.). *La Surdoceguera: Um Mundo por Descubrir*. Fundación ONCE para las Personas com Surdoceguera. Disponível no site da internet <http://www.foaps.es/documentos-informativos/FOAPS-castellano.pdf>.
- Rebelo, A. (2002). Empregabilidade da Pessoa Surdocega. *Revista Integrar*, 18, 39-43.
- Sense International (India) (2013). *From Isolation to Inclusion*. Annual Report 2012-2013, p. 1.
- van Dijk, J. (s.d.) (a). Educational Curriculum. Disponível no site da internet <http://www.drjanvandijk.org/jan-as-expert/jan-as-developer/educational-curriculum.html>.
- van Dijk, J. (s.d.) (b). O desenvolvimento da comunicação. Disponível no site da internet http://www.ahimsa.org.br/centro_de_recursos/projeto_horizonte/DESENVOLVIMENTO_DA_COMUNICACAO_VAN_DIJK.pdf.
- Watters, C., Owen, M. & Munroe, S. (2005). *A study of deafblind demographics and services in Canada*. North York, ON: Canadian National Society of the DeafBlind.



Estudantes Estrangeiros em Portugal: Evolução e Dinâmicas recentes (2005/6 a 2012/13)

Autoras: Isabel Tiago de Oliveira

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal
isabel.oliveira@iscte.pt

Madalena Ramos

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal
madalena.ramos@iscte.pt

Ana Cristina Ferreira

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal
cristina.ferreira@iscte.pt

Sofia Gaspar

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-ULisboa),
Lisboa, Portugal
sgaspar@iscsp.ulisboa.pt

Recent Trend Concerning Foreign Students in Portugal (2005/6 to 2012/13)

RESUMO

Nos últimos anos, o aumento dos estudantes estrangeiros de diversas proveniências tem sido particularmente expressivo em Portugal. O objetivo deste artigo é analisar, no nosso país, a evolução das inscrições destes alunos no ensino superior entre 2005/6 e 2012/13, com especial incidência nas primeiras inscrições. A análise será baseada nos dados oficiais disponíveis e tendo em conta as nacionalidades dos estudantes, organizadas em quatro regiões: os países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, o Brasil, a Europa e os restantes países. Os resultados obtidos permitem esboçar algumas das tendências mais marcantes durante o período em análise: o extraordinário crescimento dos estudantes brasileiros, a diminuição dos alunos dos PALOP, e um aumento expressivo dos estudantes europeus e também de outras nacionalidades.

Palavras-chave: estudantes estrangeiros, ensino superior, Portugal

ABSTRACT:

Recently in Portugal there has been a substantial increase in the number of foreign students in higher education. This research aims to analyze the evolution of foreign students' enrolments between 2005/6 to 2012/13, particularly the ones corresponding to the first curricular year. The paper explores the official data by nationality, aggregated in four groups: the African Portuguese speaking countries and Timor-Leste, Brasil, Europe and the remaining countries. The main trends during this period are the exceptional increase from the Brazilian students, the decline of students from African Portuguese speaking countries, and the growth of European students and from the remaining countries.

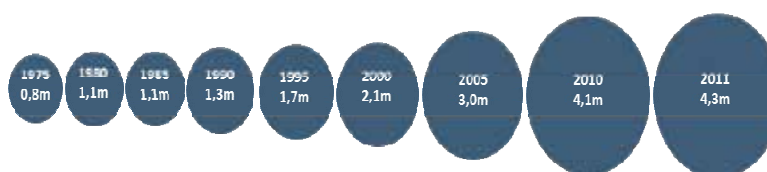
Key-words: foreign students, higher education, Portugal

INTRODUÇÃO¹

Ao longo das últimas décadas e, em especial, desde o início do século XXI, a mobilidade de estudantes cresceu de forma assinalável, seja no seguimento de acordos bilaterais estabelecidos entre países, seja integrada em processos de âmbito internacional, de que é exemplo paradigmático o programa Erasmus (criado com o objetivo de fomentar a mobilidade de estudantes e docentes), seja ainda de forma individual e espontânea. De acordo com a informação disponibilizada pela OCDE, se em 1975 os estudantes estrangeiros a nível mundial eram cerca de 800 mil, em 1995 eram já 1,7 milhões e em 2011 4,3 milhões (OCDE, 2013:306).

Figura 1

Evolução do número de estudantes estrangeiros a nível mundial, (1975-2011, milhões)



Fonte: OECD (2013: 306 – reprodução parcial da “Box C4.1. Long-term growth in the number of students enrolled outside their country of citizenship”)

No âmbito desta temática importa distinguir e clarificar dois conceitos: o de estudantes internacionais e o de estudantes estrangeiros. O que define o estudante internacional é o facto de ele se deslocar para um país diferente daquele onde residia para frequentar o ensino superior. Por seu lado, o conceito de estudante estrangeiro prende-se com a questão da nacionalidade e não com a deslocação para outro país. Assim, estudantes estrangeiros são aqueles cuja nacionalidade não é a do país onde se encontram a frequentar o ensino superior. Parte dos estudantes com nacionalidade estrangeira são alunos que já residiam no país em que estudam, que por vezes já lá nasceram, mas que detêm a nacionalidade estrangeira.

A deslocação pode ser de longa duração, se o objetivo for a obtenção do grau académico noutro país, ou de curta duração se decorrer por um período curto, geralmente um ou dois semestres. Este último caso corresponde ao modelo dos estudantes *Erasmus*, cujo peso no ensino superior europeu tem crescido de forma consistente desde o seu início em 1987/88. Segundo as estatísticas oficiais do Programa, até 2002/03 o *Erasmus* tinha mobilizado mais de 1 milhão de estudantes, em 2008/09 atingiu os 2 milhões e em 2012/13 ultrapassou os 3 milhões (European Commission, 2013:9). Portugal, não sendo um dos principais destinos escolhidos pelos estudantes *Erasmus*, tem ainda assim visto aumentar de forma considerável o número de alunos que aqui acorrem ao abrigo daquele programa nos últimos anos. Para além dos estudantes integrados no programa *Erasmus*, existem ainda situações de mobilidade em que a duração é menor, como os cursos de verão ou outros cursos de natureza avulsa.

Dos estudos sobre os alunos estrangeiros desenvolvidos em Portugal, há que destacar o de Humberto Moreira (2006) relativo ao período entre 1997/8 e 2004/5, quer pela amplitude geográfica das origens dos estudantes, quer pelo facto de permitir uma análise comparativa com outros países. Para além deste trabalho, sem dúvida o mais abrangente, há também casos de estudos que se debruçam especificamente sobre os estudantes estrangeiros provenientes de algumas origens concretas, nomeadamente dos países lusófonos. Temos neste caso Pessoa (2004), que faz um breve descrição dos estudantes do espaço lusófono em 2001/02, mas também trabalhos que se centram nos alunos do ensino superior oriundos dos PALOP, designadamente a sua integração em Lisboa (Semedo, 2010), a política de cooperação e a sua situação no ensino politécnico (Mourato 2011) ou sobre estes estudantes em contextos específicos como Viseu (Silva, Abrantes e Duarte, 2009), e sobre a integração destes estudantes na Universidade de Aveiro (Oliveira, 2013). Numa perspetiva mais abrangente, é de destacar a análise sobre as características, tendências e perfis dos alunos lusófonos no conjunto de todo o ensino superior em Portugal realizada por Pedreira (2013).

¹ As autoras gostariam de agradecer à nossa interlocutora na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência (MEC), Isabel Pedreira, por toda a disponibilidade demonstrada e pelo esclarecimento de dúvidas que foram surgindo no decurso deste estudo.

Por outro lado, também os alunos *Erasmus* em Portugal são tema de algumas investigações: é o caso do trabalho sobre a sua satisfação em Lisboa (Cunha, 2011). Também se encontram abordagens sobre os alunos estrangeiros (sem particularizar a origem geográfica) e sua inserção em contextos específicos, como seja o estudo sobre o percurso, as características e a situação destes estudantes na Universidade do Porto (Nada, 2012) ou sobre a sua interação com os portugueses e pessoas de outras origens em Lisboa (Kanzor, 2011). Uma parte importante destes trabalhos corresponde a teses de mestrado, desenvolvidas em diversas instituições de ensino superior.

OBJETIVO DA ANALISE

Nesta investigação propomo-nos analisar a evolução dos alunos estrangeiros em Portugal e não dos alunos internacionais. Mais do que uma opção teórica corresponde a uma limitação imposta pelas fontes oficiais, que apresentam apenas dados para os alunos segundo a nacionalidade e não segundo a residência anterior.

Assim, temos como principal objetivo perceber as dinâmicas recentes na evolução e composição do conjunto de alunos de nacionalidade estrangeira no nosso país, sendo a análise orientada em função de quatro grandes regiões de origem destes estudantes: os países que correspondem a antigas colónias africanas de língua oficial portuguesa e Timor-Leste (PALOP+TL), o Brasil, a Europa e uma categoria residual de Outras Regiões, onde se destacam atualmente os asiáticos.

Neste trabalho centrar-nos-emos no período que se inicia no ano letivo 2005/06. São várias as razões para a escolha deste período temporal. Em primeiro lugar, porque nessa data já não existem nacionalidades desconhecidas nas estatísticas, pelo que é possível reconstituir a evolução dos alunos de cada uma das nacionalidades e garantir a comparabilidade dos números. Em segundo lugar, porque existe já um estudo, de Humberto Moreira, que aborda a evolução dos alunos estrangeiros em Portugal até 2004/05 (Moreira, 2006), pelo que a análise dos anos anteriores a 2005 seria redundante. Finalmente, esta é também a data a partir da qual existem dados sobre as primeiras inscrições nos cursos de ensino superior, informação que nos parece crucial para perceber as tendências na procura de ensino superior por parte dos alunos estrangeiros.

FONTES

Neste estudo tivemos em conta as estatísticas oficiais do estado Português até recentemente produzidas pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), e que são atualmente da responsabilidade da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Nesta análise consideram-se as inscrições em todos os graus de ensino superior, estando portanto excluídos os alunos inscritos em cursos de especialização tecnológica (CET).

Até ao ano letivo de 2010/11, as estatísticas sobre as inscrições no ensino superior consideram os alunos inscritos nas diferentes instituições de ensino superior portuguesas, por um período de, pelo menos, dois semestres. A partir de 2011/12 as estatísticas efetuam um apuramento mais rigoroso dos alunos em mobilidade e passaram a incluir todos os alunos inscritos, mesmo que por períodos inferiores a dois semestres. Por este motivo, esta análise sobre os estrangeiros está separada em duas fases: uma leitura cronológica até 2010/11 e uma leitura da situação atual baseada nos dois últimos anos letivos.

As questões associadas à mobilidade afetam fundamentalmente os alunos dos países correspondentes ao espaço *Erasmus*, mas atingem também outras nacionalidades já que este programa não é a única forma de mobilidade estudantil (é de referir que a mobilidade tem alguma importância, embora muito menor, no caso dos estudantes brasileiros).

As Tendências Recentes

No quadro 1 apresentam-se os dados referentes à evolução do número de alunos inscritos no ensino superior em Portugal. Como é visível, os alunos com nacionalidade estrangeira conhecida revelam um forte aumento, sendo no primeiro ano em análise, cerca de 10 mil e no último cerca de 30 mil, o que se traduz num acréscimo da percentagem de alunos com nacionalidade estrangeira no conjunto de alunos do ensino superior de 2,9% (1997/98) para 8,3% (2012/13). Recorde-se, no entanto, que nos dois últimos anos os valores incluem os alunos estrangeiros que frequentam o ensino superior em Portugal por períodos relativamente curtos, pelo que estes valores devem ser lidos com precaução. Ainda assim, se atendermos apenas à evolução registada até ao ano letivo de 2010/11, este aumento produziu-se de forma contínua e consistente, mais do que duplicando o número de alunos durante esse período, assistindo-se depois à continuidade desta tendência de crescimento.

Quadro 1

Evolução dos alunos do Ensino Superior (Portugal, 1997/8 a 2012/13)					
Anos	Total	Estrangeira (conhecida)	Estrangeira (desconhecida)	Estrangeira (total)	% no total
1997/08	347 473	9 895	221	10 116	2,9
1998/09	356 790	9 459	6 962	16 421	4,6
1999/00	373 745	10 264	352	10 616	2,8
2000/01	387 703	11 911	806	12 717	3,3
2001/02	396 601	14 077	1 615	15 692	4,0
2002/03	400 831	15 752	3 008	18 760	4,7
2003/04	395 063	16 088	67	16 155	4,1
2004/05	380 937	17 010	0	17 010	4,5
2005/06	367 312	17 077	0	17 077	4,6
2006/07	366 729	17 950	0	17 950	4,9
2007/08	376 917	18 584	0	18 584	4,9
2008/09	373 002	17 900	0	17 900	4,8
2009/10	383 627	19 223	0	19 223	5,0
2010/11	396 268	21 824	0	21 824	5,5
Variação % (1997/8 a 2010/11)				115,7	
2011/12	390 273	28 656	0	28 656	7,3
2012/13	371 000	30 757	0	30 757	8,3
Variação % (2011/12 a 2012/13)				7,3	

Fontes: De 1997/8 a 1999/0 – OCES (2004) cit. Moreira (2006:56); De 2000/01 a 2011/12 – DGEEC, Tabela 2.9 – Inscritos de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; Ano 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Este tipo de análise, em que são considerados todos os alunos inscritos, qualquer que seja o ano curricular e o grau académico que frequentam, não permite perceber a evolução segundo o nível de ensino (licenciatura, mestrado e doutoramento), o que é limitativo dado o crescimento do ensino pós-graduado no nosso país e o facto do período em análise englobar a implementação do processo de Bolonha ocorrido em 2006.

A informação sobre as primeiras inscrições é particularmente importante uma vez que o processo de Bolonha encurtou a duração dos cursos de licenciatura. O número total de estudantes inscritos nos vários graus de ensino (Quadro 1) é afetado quer pelas novas inscrições, quer pela mudança de duração dos curricula. Um aumento da duração dos cursos leva necessariamente a um acréscimo do número de alunos total, apenas pelo efeito de duração; enquanto, pelo contrário, num contexto de decréscimo da duração dos cursos de licenciatura, a variação do número total de alunos é afetada negativamente pelo efeito de duração. Todavia, a implementação do processo de Bolonha ficou associada a um esforço institucional para o encaminhamento dos alunos, finalistas das novas licenciaturas, para mestrados, o que poderá ter compensado o efeito do decréscimo da duração dos cursos de licenciatura. Este novo tipo de alunos de segundo ciclo conflui numa tendência pré-existente de crescimento do número de alunos mestrado.

A análise do número total de alunos e das primeiras inscrições permite uma leitura complementar. Se o número total de estudantes estrangeiros, considerados todos os anos curriculares, possibilita comparações com períodos mais recuados e com outros países, as primeiras inscrições permitem perceber de forma mais clara as tendências recentes que importa reter.

A evolução das primeiras inscrições, para as quais só existe informação disponível a partir de 2005/06, pode ser observada no Quadro 2, que confirma a importância dos alunos estrangeiros no ensino superior português. Os alunos estrangeiros que se inscrevem pela primeira vez no primeiro ano de um curso superior aumentam até 2010/11 para mais do dobro, o que se traduz num acréscimo da sua importância no total de alunos inscritos pela primeira vez no ensino superior português, que passa de 6%, em 2005/6, para 7% em 2010/11 e, finalmente, para 11% no último ano em análise.

Quadro 2

Evolução das Primeiras Inscrições de Estudantes Estrangeiros no Primeiro Ano Curricular (valores absolutos e percentagem no total, 2005/06 a 2012/13)									
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
Portugueses	78 169	88 623	108 772	109 188	114 683	121 857	55,9	105 635	94 699
Estrangeiros	4 551	6 718	5 342	6 184	7 631	9 651	112,1	10 941	11 550
Total	82 720	95 341	114 114	115 372	122 314	131 508	59,0	116 576	106 249
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11		2011/12	2012/13
Portugueses	94,5	93,0	95,3	94,6	93,8	92,7		90,6	89,1
Estrangeiros	5,5	7,0	4,7	5,4	6,2	7,3		9,4	10,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0

Fontes: De 2005/06 a 2010/11 – DGEEC, Tabela 2.2.8 – Inscritos no Primeiro Ano pela Primeira Vez, de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; De 2011/12 a 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

Estes alunos com nacionalidade estrangeira representam, em 2012/13, 11% das primeiras inscrições nos primeiros anos curriculares, um valor superior aos 8% do total de estudantes inscritos no conjunto dos anos curriculares (quadro 1).

A evolução dos estudantes estrangeiros desde 2005/06 Por grupo de origem

Numa primeira abordagem vamos considerar quatro regiões de proveniência dos estudantes estrangeiros, definidas a partir da nacionalidade, que abreviadamente designamos por grupo de origem, para depois aprofundar a análise por país. As áreas de proveniência das nacionalidades consideradas são, como previamente referido, os PALOP+TL (países africanos de língua oficial portuguesa e Timor-Leste), a Europa correspondente ao espaço *Erasmus* (33 países), o Brasil e uma categoria remanescente de Outras Regiões. Vejamos primeiro a evolução do número total de alunos estrangeiros independentemente do grau de ensino e do ano curricular que frequentam (Quadro 3).

Quadro 3

Evolução dos alunos estrangeiros (total e por grupos de origem, 2005/06 a 2012/13)

	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
PALOP+TL	10 453	11 286	10 516	9 135	8 650	8 569	-18,0	8 758	8 227
Brasil	1 907	2 204	2 912	3 813	4 421	5 335	179,8	6 989	8 838
Espaço Erasmus	3 029	2 757	2 953	2 993	3 878	5 025	65,9	9 397	10 173
Outras Regiões	1 689	1 704	2 204	1 961	2 277	2 901	71,8	3 512	3 519
Total	17 078	17 951	18 585	17 902	19 226	21 830	27,8	28 656	30 757
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11		2011/12	2012/13
PALOP+TL	61,2	62,9	56,6	51,0	45,0	39,3		30,6	26,7
Brasil	11,2	12,3	15,7	21,3	23,0	24,4		24,4	28,7
Espaço Erasmus	17,7	15,4	15,9	16,7	20,2	23,0		32,8	33,1
Outras Regiões	9,9	9,5	11,9	11,0	11,8	13,3		12,3	11,4

Fontes: De 2005/06 a 2011/12 – DGEEC, Tabela 2.9 – Inscritos de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; Ano 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

Destacam-se três principais tendências: a) o decréscimo dos estudantes com origem nos PALOP+TL no total de alunos estrangeiros, que diminuem o seu peso no total entre 2005/06 e 2010/11 (passando de cerca de 62% para 39%, em resultado do seu decréscimo em 18% e do aumento de estudantes de outras nacionalidades); b) o aumento dos alunos oriundos dos países europeus e associados ao programa *Erasmus* que não só crescem em valor absoluto como passam a representar em 2010/11 23% do total de alunos estrangeiros, quando em 2005/06 não chegavam aos 18%; c) o aumento particularmente expressivo do número de estudantes de nacionalidade brasileira, que mais do que duplicaram entre 2005/06 e 2010/11 e cuja importância no total de alunos estrangeiros passou de 11% para 24%, tendência que se mantém nos últimos anos.

Os dados referentes às primeiras inscrições permitem perceber mais detalhadamente a evolução dos alunos estrangeiros em Portugal (Quadro 4). Como se disse anteriormente, o número de alunos estrangeiros que se inscreveram pela primeira vez num curso do ensino superior em Portugal tem vindo sempre a crescer, sendo que ao longo do período em análise mais do que duplica.

Tendo em conta os grupos de origem e tomando como referência o ano de 2005/6, pode observar-se que as primeiras inscrições dos alunos originários dos PALOP+TL se mantêm na mesma ordem de grandeza², mas o seu peso relativo no conjunto de alunos estrangeiros diminui de cerca de 62% para aproximadamente 30% em 2010/11, em consequência do acréscimo do número de estudantes de outras proveniências geográficas. São aliás, o único grupo onde não se regista um aumento acentuado no período em análise. A partir de 2010/11 assiste-se a um decréscimo do número de primeiras inscrições por parte dos alunos oriundos deste grupo de países.

² Há uma grande variação em 2006/7, provavelmente relacionada com o início do processo de Bolonha.

Quadro 4

Primeiras inscrições de alunos estrangeiros por grupo de origem (valores absolutos e percentagem no total das primeiras inscrições, 2005/06 a 2012/13)									
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
PALOP+TL	2 813	4 527	2 237	2 557	2 592	2 836	0,8	2 764	2 650
Brasil	684	939	1 383	1 854	2 168	2 789	307,7	3 124	3 922
Espaço Erasmus	665	757	969	946	1 935	2 770	316,5	3 800	3 712
Outras Regiões	389	495	753	827	936	1 256	222,9	1 253	1 266
Total	4 551	6 718	5 342	6 184	7 631	9 651	112,1	10 941	11 550
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11		2011/12	2012/13
PALOP+TL	61,8	67,4	41,9	41,3	34,0	29,4		25,3	22,9
Brasil	15,0	14,0	25,9	30,0	28,4	28,9		28,6	34,0
Espaço Erasmus	14,6	11,3	18,1	15,3	25,4	28,7		34,7	32,1
Outras Regiões	8,5	7,4	14,1	13,4	12,3	13,0		11,5	11,0

Fontes: De 2005/06 a 2010/11 – DGEEC, Tabela 2.2.8 – Inscritos no Primeiro Ano pela Primeira Vez, de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; De 2011/12 a 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

No caso dos alunos brasileiros o aumento verificado neste período é muito expressivo, em especial a partir de 2006/07: o seu número mais do que quadruplica desde 2005/6 até 2010/11. Se no início, representavam apenas 15% do total de primeiras inscrições no ensino superior, em 2010/11, são já o país mais importante (representando cerca de 29%), mantendo-se essa importância em 2012/13 (quer em termos absolutos quer em termos relativos). Nos últimos oito anos aumentaram para quase seis vezes mais do que eram em 2005/6.

Os estudantes originários do espaço *Erasmus* revelam até 2010/11 uma evolução muito similar, quer no que respeita à sua importância no número de estudantes estrangeiros que se inscrevem pela primeira vez, quer no que respeita ao aumento durante este período. Como veremos adiante, a evolução do conjunto de estudantes europeus resulta de subgrupos muito distintos, nos quais se inclui um segmento em claro crescimento: os estudantes com nacionalidade de países das principais comunidades de imigrantes de Leste.

No último grupo (Outras Regiões), encontramos também um crescimento importante, embora menos expressivo do que no caso dos alunos brasileiros ou dos países europeus.

Os Estudantes dos Países Africanos Lusófonos e de Timor-Leste

A evolução do número de estudantes por grupo de origem esconde a diversidade de tendências que a análise segundo o país de nacionalidade reflete. Assim acontece no caso dos estudantes oriundos do espaço lusófono africano e de Timor-Leste.

No Quadro 5 pode observar-se a evolução do número de alunos inscritos, bem como o respetivo peso no total, desde 2005/6, para os alunos provenientes destes países³. Em termos globais, o número de estudantes destas origens diminui de 10.453 em 2005/06 para 8.227 em 2012/13.

³ Recorde-se que se trata de alunos com nacionalidade de outro país e que não correspondem exatamente à população que frequenta o ensino superior nascida nestes países, nem à população que pode ter completado em Portugal o anterior grau de ensino ou mesmo ter nascido em Portugal.

Quadro 5

Evolução dos alunos provenientes dos PALOP+TL (valores absolutos e percentagem no total, 2005/06 a 2012/13)									
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
Angola	4 116	4 794	4 648	3 587	3 238	3 129	-24,0	3 471	3 284
Cabo Verde	4 086	4 342	3 844	3 544	3 464	3 359	-17,8	3 213	2 857
S. Tomé e Príncipe	556	644	644	673	676	829	49,1	797	766
Moçambique	1 216	1 006	983	876	746	707	-41,9	669	642
Guiné-Bissau	376	426	318	391	401	413	9,8	461	417
Timor-Leste	103	74	79	64	125	132	28,2	147	261
Total	10 453	11 286	10 516	9 135	8 650	8 569	-18,0	8 758	8 227

Fontes: De 2005/06 a 2011/12 – DGEEC, Tabela 2.9 – Inscritos de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; Ano 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

Os estudantes oriundos deste grupo de países representavam cerca de 61% dos estudantes estrangeiros em 2005/06 (destacando-se claramente os angolanos e cabo-verdianos que correspondiam, cada um, a quase 25% dos estudantes estrangeiros no ensino superior português, se consideradas as inscrições em todos os anos curriculares), atingindo os 63% em 2006/7, ano em que se alcança o maior número de alunos destas regiões. Desde então assiste-se a um decréscimo gradual do peso deste grupo de estudantes, em resultado da diminuição de alunos das três nacionalidades predominantes (os angolanos e cabo-verdianos passam a ter um peso inferior, cerca de 11% e 9% do total de alunos estrangeiros inscritos na atualidade), já que os alunos dos outros países deste grupo não mostram uma tendência que compense a perda dos primeiros e, em simultâneo os alunos brasileiros, europeus e de Outras Regiões tendem a aumentar.

Como se viu anteriormente (Quadro 4), também as primeiras inscrições de alunos das antigas colónias diminuíram claramente durante o período em análise, passando de cerca de 62% do total de primeiras inscrições de alunos com nacionalidade estrangeira para aproximadamente 30% em 2010/11 e 23% em 2012/13. Todavia, a redução do peso relativo no conjunto de estrangeiros deve-se mais a um aumento de estudantes de outras proveniências do que a uma diminuição em termos globais dos alunos com origem nos países africanos lusófonos e Timor-Leste, dado que as primeiras inscrições mostram uma estabilidade até 2010/11 com uma variação de 0,8% (excetuando as oscilações associadas ao início do processo de Bolonha) e um ligeiro decréscimo a partir daí (Quadro 6).

Quadro 6

Primeiras inscrições de alunos dos PALOP+TL (valores absolutos e percentagem no total, 2005/06 a 2012/13)									
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
Angola	1 231	2554	800	940	916	1 051	-14,6	1 177	1 122
Cabo Verde	982	1258	915	950	1 035	1 007	2,5	878	726
S. Tomé e Príncipe	107	244	199	241	191	327	205,6	266	276
Moçambique	402	309	211	275	237	270	-32,8	206	239
Guiné-Bissau	77	153	87	120	128	132	71,4	182	139
Timor-Leste	14	9	25	31	85	49	250,0	55	148
Total	2 813	4 527	2 237	2 557	2 592	2 836	0,8	2 764	2 650

Fontes: De 2005/06 a 2010/11 – DGEEC, Tabela 2.2.8 – Inscritos no Primeiro Ano pela Primeira Vez, de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; De 2011/12 a 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

A análise por país de origem, revela que esta situação, de decréscimo dos alunos deste grupo de países, se deve essencialmente ao decréscimo na procura do ensino superior português por parte dos alunos moçambicanos, angolanos e, mais recentemente, cabo-verdianos, que não é compensada pelo aumento (substancial em termos relativos mas pouco expressivo em termos absolutos) dos alunos provenientes dos países de pequena dimensão – Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau. Vários são os fatores que podem contribuir para esta diminuição, nomeadamente o desenvolvimento do sistema de ensino superior em Moçambique, Angola e Cabo Verde e, por outro lado, a atração por outros países para prosseguir os estudos.

Os Estudantes Brasileiros

O Brasil revela-se progressivamente como uma das principais origens de estudantes estrangeiros a estudar em Portugal, sendo mesmo em 2012/13 a principal fonte. Entre os anos letivos 2005/6 e 2010/11 o número total de alunos brasileiros no ensino superior português sobe de cerca de 2 mil para mais de 5 mil e em 2012/13 aproxima-se dos 9 mil alunos. Considerando as primeiras inscrições, é possível verificar de forma ainda mais clara esta tendência: entre o primeiro e o último ano em análise, há um aumento de menos de 700 alunos para quase 4 mil estudantes (quadros 3 e 4).

Como consequência deste crescimento muito intenso, o seu peso no total de estrangeiros no ensino superior aumenta, em especial a partir de 2007/08. Em 2012/13 os brasileiros são 29% do total de inscritos e 34% das primeiras inscrições. Em suma, o número de estudantes brasileiros cresce exponencialmente durante este período mas esse aumento é ainda mais notório no caso das primeiras inscrições no primeiro ano curricular, como se pode observar pelas taxas de variação (quadros 3 e 4).

Para uma análise mais aprofundada das tendências dos alunos lusófonos (PALOP+TL e brasileiros), no que respeita a áreas de estudo, importância do ensino privado vs público, do ensino universitário vs politécnico, graus académico, instituições e regiões de estudo destes alunos, ver Pedreira (2013).

Os Estudantes Europeus

No caso dos estudantes estrangeiros com origem na Europa colocam-se, desde logo, algumas questões relativas ao programa *Erasmus*, nomeadamente a da comparabilidade da informação dos estudantes, que permanecem em Portugal por pequenos períodos de tempo, com a de outros estudantes estrangeiros que fazem todo o seu curso no país. Como foi apontado, até ao ano letivo de 2010/11 os dados recolhidos incluíam apenas os estrangeiros que estudassem em Portugal por, pelo menos, dois semestres, enquanto a partir de 2011/12, são contabilizados todos os estudantes em mobilidade independentemente da sua duração. Esta mudança é particularmente importante na análise dos estudantes de origem europeia, uma vez que se trata, em larga medida, de alunos que vêm para Portugal ao abrigo programa *Erasmus*, frequentemente apenas por um semestre.

Para além de se analisar a evolução dos estudantes provenientes dos países associados ao programa *Erasmus*, é também importante perceber a importância dos estudantes europeus com origem nas principais comunidades imigrantes de Leste residentes no país: ucranianos, romenos, moldavos, russos e búlgaros (no caso dos estudantes romenos e búlgaros, oriundos de países incluídos no programa *Erasmus*, as questões associadas à mobilidade podem ter alguma expressão).

Com o objetivo de contemplar estas duas vertentes foram utilizadas diferentes agregações de países. Para além das agregações apresentam-se também, em separado, os dados relativos às nacionalidades com maior expressão quantitativa nos últimos anos.

O Quadro 7 apresenta, por um lado, a evolução do número de estudantes dos países europeus mais representados em Portugal e, por outro, algumas agregações destes países: a Europa antes do alargamento de 2004 (UE 15)⁴, os países incluídos no espaço *Erasmus*⁵ e o conjunto dos estudantes associados às maiores comunidades de imigrantes da Europa de Leste.

Quadro 7

Estudantes estrangeiros de origem europeia (principais nacionalidades, 2005/6 a 2012/13)									
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
Espanha	679	648	613	679	1 083	1566	130,6	2 689	2 786
Itália	239	240	215	334	487	616	157,7	1 226	1 428
Polónia	141	170	160	188	256	322	128,4	844	974
Alemanha	300	303	310	274	357	420	40,0	772	904
França	746	653	823	584	557	596	-20,1	777	696
Ucrânia	41	84	127	215	319	425	936,6	511	500
Turquia	25	29	29	66	79	123	392,0	339	480
Roménia	95	86	114	129	160	200	110,5	327	349
Bélgica	77	80	80	121	137	171	122,1	254	330
Países Baixos	243	60	55	73	105	118	-51,4	224	265
Rep. Checa	31	28	34	36	53	77	148,4	259	250
Rússia	65	85	96	134	171	187	187,7	234	211
Moldova	24	36	68	143	196	247	929,2	245	207
Reino Unido	86	90	99	101	130	161	87,2	205	201
Lituânia	10	9	8	10	21	40	300,0	210	194
Suíça	81	87	171	107	118	165	103,7	223	153
Eslováquia	15	16	16	23	30	32	113,3	107	136
Grécia	40	31	28	34	27	42	5,0	126	123
Bulgária	50	47	43	54	56	87	74,0	121	104
Espaço Erasmus	3 029	2 757	2 953	2 993	3 878	5 025	65,9	9 397	10 173
EU15	2 521	2 219	2 329	2 305	3 005	3 843	52,4	6 581	7 096
E. Leste	275	338	448	675	902	1146	316,7	1 438	1 371
% no total de Estrangeiros									
Espaço Erasmus	17,7	15,4	15,9	16,7	20,2	23,0		32,8	33,1
EU15	14,8	12,4	12,5	12,9	15,6	17,6		23,0	23,1
E. Leste	1,6	1,9	2,4	3,8	4,7	5,2		5,0	4,5

Fontes: De 2005/06 a 2011/12 – DGEEC, Tabela 2.9 – Inscritos de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; Ano 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

Numa primeira análise podemos observar a evolução dos alunos com nacionalidades correspondentes aos países integrantes do espaço *Erasmus*: aumentam de cerca de 18% para 23% do total de estrangeiros até 2010/11. Nos dois últimos anos, quando já são incluídos os alunos em mobilidade por períodos curtos, esta percentagem assume um valor muito superior, rondando os 33%.

⁴ Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia.

⁵ Na atualidade, o programa Erasmus inclui intercâmbio de estudantes entre os atuais países da União Europeia e, para além disso, também inclui a Noruega, Islândia, Liechtenstein, Suíça e a Turquia.

Neste conjunto de alunos podemos destacar os estudantes originários da Europa dos 15, que representam a maioria destes estudantes: aumentam de cerca de 15% para 18% nos seis primeiros anos e, pelos motivos já referidos, nos dois últimos anos têm um peso maior no conjunto de estudante estrangeiros a frequentar o ensino superior português.

Considerando o valor acumulado ao longo dos anos destacam-se claramente cinco países – a Espanha, a Itália, a Alemanha, a Polónia e a França – sendo que os estudantes provenientes deste último país diminuíram neste período ao contrário do que sucedeu com os outros países, que registaram acréscimos substanciais a partir de 2008/09.

De entre os estudantes da União Europeia podemos destacar duas tendências marcantes. A perda de importância dos alunos franceses (descem 20% relativamente a 2005/06) e o aumento dos alunos com nacionalidade espanhola, italiana e polaca. Se o seu aumento é muito expressivo até 2010/11, nos dois últimos anos encontram-se quantitativos incomparavelmente maiores, mais uma vez devido ao facto de serem considerados todos os alunos em mobilidade independentemente do tempo que passam em Portugal.

Desde 2008/9 que Espanha se constitui como a mais importante origem dos alunos europeus: em 2010/11 detém cerca de 7% e, nos últimos 2 anos lectivos estes alunos representam mais de 9% dos estudantes estrangeiros.

Comparativamente, todas as outras nacionalidades têm menor expressão, embora seja de destacar a importância de Itália, da Polónia, da Alemanha e, em menor grau, de França (que inicialmente constituía a origem mais comum dos alunos estrangeiros de origem europeia).

Os alunos de países de Leste com importantes comunidades em Portugal – ucranianos, romenos, moldavos, russos e búlgaros - aumentam de forma clara. Se em 2005/6 o número era muito reduzido (275 alunos), em 2010/11, o valor sobe para 1.146 alunos inscritos no ensino superior - o que corresponde a cerca de quatro vezes o seu número inicial. Nos dois últimos anos, embora se verifique um aumento destes alunos, esse crescimento parece traduzir uma situação de continuidade, associada à residência de comunidades imigrantes destas proveniências geográficas (não parece decorrer das mudanças na forma de contabilizar os alunos em mobilidade, embora no caso das nacionalidades romena e búlgara isso possa acontecer parcialmente). Considerando as várias agregações, é o grupo de estudantes que mais cresceu. Não chegavam a 2% em 2005/6 e são agora cerca de 5% dos alunos estrangeiros. No entanto, no último ano letivo o seu efetivo desce, o que pode estar associado a dinâmicas de regresso dos imigrantes aos seus países de origem.

De entre os países que mais contribuem para este grupo, destacam-se fundamentalmente os alunos de nacionalidade ucraniana e romena, o que está certamente relacionado com o facto de a partir do início do século XXI estas serem comunidades imigrantes com uma forte implantação em Portugal: em 2011 os estrangeiros residentes em Portugal de origem ucraniana representavam 11% do total e eram a segunda comunidade mais importante, aparecendo os romenos em quarto lugar e com um peso de 9% no total de estrangeiros residentes (SEF, 2011). Os crescimentos relativos apresentados por estes países são muito expressivos, embora se baseiem em quantitativos iniciais pequenos.

Também para os alunos de origem europeia é possível seguir as primeiras inscrições nos primeiros anos (consideram-se neste quadro os mesmos países do quadro anterior).

No caso dos alunos europeus, maioritariamente integrados no programa *Erasmus*, estas primeiras inscrições não podem ser entendidas como traduzindo diretamente as variações da procura por ensino regular, como acontece em geral.

Quadro 8

Primeiras inscrições nos primeiros anos de estudantes estrangeiros de origem europeia (principais nacionalidades, 2005/6 a 2012/13)									
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
Espanha	181	191	169	204	605	990	447,0	1 131	1 052
Itália	60	65	73	106	259	349	481,7	534	510
Polónia	19	48	80	37	170	224	1 078,9	354	402
Alemanha	74	72	99	92	178	211	185,1	294	298
França	141	158	243	193	171	205	45,4	231	190
Turquia	7	10	10	25	56	78	1 014,3	153	184
Ucrânia	16	47	68	102	144	187	1 068,8	200	178
Bélgica	12	18	32	36	69	99	725,0	91	148
Roménia	34	31	37	46	61	93	173,5	132	139
Rep. Checa	11	8	10	14	36	51	363,6	119	100
Países Baixos	12	12	23	25	53	63	425,0	112	82
Lituânia	1	3	3	4	13	26	-	61	77
Reino Unido	18	31	35	30	59	83	361,1	74	74
Rússia	25	37	36	61	80	71	184,0	82	67
Eslováquia	1	6	6	4	19	20	-	52	57
Moldávia	15	16	42	72	78	102	580,0	80	56
Grécia	13	7	9	7	10	22	69,2	52	47
Suíça	12	28	69	46	42	58	383,3	60	43
Bulgária	14	8	12	19	20	44	214,3	49	38
Espaço Erasmus	665	757	969	946	1 935	2 770	316,5	3 800	3 712
EU15	545	591	719	724	1 457	2 090	283,5	2 638	2 501
E. Leste	104	139	195	300	383	497	377,9	543	478

Fontes: De 2005/06 a 2010/11 – DGEEC, Tabela 2.2.8 – Inscritos no Primeiro Ano pela Primeira Vez, de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; De 2011/12 a 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota 1: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

Nota2: Nos casos em que os quantitativos iniciais eram muito baixos optámos por não incluir a Taxa de Variação

Chamamos, desde logo, a atenção para o facto de por vezes as taxas de variação atingirem valores extremos, associados a situações nos quais o quantitativo inicial é diminuto. Nestes casos é mais importante observar a evolução dos números absolutos nos anos que precedem o cálculo da taxa.

O conjunto de países com maior importância nas primeiras inscrições e a sua importância relativa são sensivelmente os mesmos. Considerando os dois últimos anos podemos perceber que se confirma a grande importância dos alunos espanhóis, com mais de 1000 primeiras inscrições em cada um dos dois últimos anos. As nacionalidades seguintes - italianos e polacos – situam-se em cerca de metade, ou menos, deste quantitativo.

Em suma, o caso dos alunos europeus é bem mais heterogéneo do que os anteriores. Os estudantes do espaço correspondente ao *Erasmus* são em larga medida alunos que se podem englobar na categoria de mobilidade para obtenção de créditos. E, embora estes dados não o permitam afirmar, é provável que uma parte considerável dos alunos com nacionalidades da Europa de Leste correspondentes às comunidades imigrantes em Portugal, não sejam maioritariamente estudantes em mobilidade, mas apenas alunos com nacionalidade estrangeira, que já residiam em Portugal na altura do ensino secundário.

Outras nacionalidades

Para além dos alunos do espaço *Erasmus* e do Brasil, também entre os estudantes provenientes de outras origens se registou um aumento. Encontramos, no entanto situações muito diversificadas: estudantes com nacionalidades norte e sul-americana com quantitativos iniciais importantes; mas também estudantes com representações mais pequenas que registaram grande crescimento nos últimos anos (China, Irão, Índia).

Dado o número bastante elevado de países considerados neste grupo que globalmente têm um peso pequeno no conjunto de alunos estrangeiros, optou-se por apresentar no quadro apenas os países que para o total do período em análise têm mais de 100 alunos (Quadro 9).

Quadro 9

Estudantes estrangeiros de Outras Regiões (2005/6 a 2012/13)									
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
China	80	76	102	127	152	221	176,3	335	404
Irão	10	8	15	47	79	174	-	233	281
Estados Unidos	162	136	158	153	147	180	11,1	237	189
Venezuela	480	452	525	226	191	213	-55,6	201	149
Canadá	103	86	108	91	119	136	32,0	146	122
Índia	24	33	48	53	76	99	312,5	95	101
África do Sul	171	168	193	100	84	95	-44,4	83	74
México	14	19	20	28	35	56	300,0	67	70
Guiné	180	159	236	111	99	95	-47,2	101	64
Colômbia	16	19	22	31	40	54	237,5	61	59
Bangladesh	1	1	2	7	13	22	-	28	53
Argentina	29	30	19	23	25	37	27,6	54	40
Peru	17	20	25	30	31	34	100,0	41	39
Paquistão	1	3	10	11	17	24	-	32	38
Outras Regiões (total)	1 689	1 704	2 204	1 961	2 277	2 901	71,8	3 512	3 519

Fontes: De 2005/06 a 2011/12 – DGEEC, Tabela 2.9 – Inscritos de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; Ano 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota 1: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

Nota 2: Devido aos valores extremos das taxas de variação observadas para o Irão, do Bangladesh e do Paquistão, resultantes da conjugação de elevados crescimentos com quantitativos iniciais muito baixos, optamos por não as incluir.

Os estudantes com origem na China, Irão, Estados Unidos, Venezuela e Canadá são aqueles cuja importância é maior nos últimos dois anos letivos. No entanto, os alunos destes quatro países mostram uma evolução muito diferente entre si.

Tanto os estudantes originários da China, como do Irão, mostram um grande crescimento até 2010/11 e, nos últimos anos, esse crescimento mantêm-se. Os chineses aumentam quase 200 alunos e os iranianos mais de 100. Na atualidade, os alunos chineses no ensino superior português constituem a maior destas comunidades, mas o ritmo de crescimento dos estudantes iranianos destaca-se pela sua aceleração.

Na situação oposta encontram-se os alunos oriundos de países com importantes comunidades emigrantes portuguesas. Os estudantes com nacionalidade norte-americana e canadiana aumentam ligeiramente até ao penúltimo ano letivo, mas no último ano o seu quantitativo diminui. No caso dos venezuelanos, eram quase meio milhar em 2005/6, mas viram o seu peso decrescer, sendo hoje menos de um terço do seu valor inicial.

Também os estudantes provenientes da África do Sul e da Guiné, que quase atingiam os 200 alunos no ano inicial, têm vindo a diminuir substancialmente durante o período em análise, sendo em 2012/13 menos de metade. Curiosamente, atingiram o seu máximo em 2007/8, aproximadamente na mesma altura que os angolanos e cabo-verdianos, o que reforça a hipótese da mudança nas dinâmicas regionais de atração estudantil nesta área geográfica.

Tal como os alunos da China, que hoje formam o maior grupo neste conjunto de estudantes de Outras Regiões, também os indianos revelam um grande crescimento ao longo destes últimos oito anos, sendo hoje cerca de quatro vezes mais. Com muito menor expressão numérica, mas revelando um crescimento importante, podem encontrar-se alunos de outros países asiáticos (como o Bangladesh e o Paquistão).

Os alunos de países da América Latina, de língua espanhola, têm vindo a aumentar com regularidade: é o caso dos estudantes do México e da Colômbia, que já ultrapassam a meia centena, mas também os oriundos de outros países, alguns não incluídos no quadro, tais como os nacionais da Argentina, Cuba, Peru, Chile.

A análise das primeiras inscrições mostra as mesmas tendências encontradas quando do total de inscrições (consideram-se neste quadro os mesmos países que para o total de inscrições).

Quadro 10

Primeiras inscrições nos primeiros anos de estudantes estrangeiros de Outras Regiões (principais nacionalidades, 2005/6 a 2012/13)									
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	Variação (%)	2011/12	2012/13
China	29	29	44	57	70	102	251,7	106	180
Irão	2	2	10	32	39	88	—	103	96
Estados Unidos	29	30	44	66	57	79	172,4	72	62
Índia	8	10	20	24	35	37	362,5	30	42
Bangladesh	0	0	2	6	6	10	—	14	38
Canadá	14	15	27	34	41	58	314,3	36	35
Venezuela	86	106	143	67	48	74	-14,0	60	35
Colômbia	4	8	8	10	22	27	575,0	26	25
México	5	3	5	13	16	32	540,0	23	23
Guiné	41	45	80	36	41	33	-19,5	40	19
África do Sul	35	47	46	23	23	26	-25,7	21	16
Paquistão	0	3	8	8	12	8	—	14	16
Argentina	8	7	5	9	14	22	175,0	17	15
Peru	6	5	8	9	9	14	133,3	9	10
Outras Regiões (total)	389	495	753	827	936	1 256	222,9	1 253	1 266

Fontes: De 2005/06 a 2010/11 – DGEEC, Tabela 2.2.8 – Inscritos no Primeiro Ano pela Primeira Vez, de Nacionalidade Estrangeira por País de Origem, consultado a 25/10/2013; De 2011/12 a 2012/13 – Dados não publicados, cedidos pela DGEEC.

Nota 1: A variação apresentada diz respeito ao período de 2005/06 a 2010/11

Nota 2: Devido aos valores extremos das taxas de variação observadas para o Irão, do Bangladesh e do Paquistão, resultantes da conjugação de elevados crescimentos com quantitativos iniciais muito baixos, optamos por não as incluir.

Tal como no caso europeu as tendências nas primeiras inscrições no primeiro ano curricular confirmam as tendências no total de inscritos. Isto é os países com maior expressão quantitativa são os mesmos. No entanto, a comparação das taxas de crescimento nas primeiras inscrições e no total de inscritos mostra que, em geral, o ritmo de crescimento das primeiras inscrições excede o do total de inscrições, revelando uma dinâmica de aceleração da procura de ensino superior por parte destes estudantes.

Isto é especialmente verdade no que respeita aos países que têm hoje maior expressão, como a China, o Irão (o valor excecional da taxa de variação deste país decorre do seu baixo valor inicial e não deve ser valorizado). Passa-se o contrário no caso dos alunos com nacionalidade venezuelana, que inicialmente constituíam a principal nacionalidade neste grupo de estudantes estrangeiros. Neste caso a dinâmica é acentuadamente negativa quer no total, quer nas primeiras inscrições. É também o caso dos alunos nacionais da Guiné e da África do Sul. Nos últimos anos, também os alunos dos Estados Unidos e do Canadá parecem diminuir a procura por ensino superior em Portugal, embora se mantenham com alguma importância relativa.

CONCLUSÃO

O aumento expressivo da mobilidade dos estudantes estrangeiros a partir do início da década de 2000 é uma das manifestações da internacionalização do ensino superior em Portugal.

Os resultados obtidos revelam quatro tendências centrais ocorridas nas últimas décadas. Em primeiro lugar, assistiu-se a um aumento muito considerável de alunos de nacionalidade brasileira e que poderá ser explicado, por um lado, pela concessão de bolsas e de apoios financeiros por parte do Governo brasileiro após 2007 e, por outro lado, pelo aumento significativo de imigrantes brasileiros no nosso país (que passaram de 23.541 em 2001 para 105.622 em 2012) (SEF, 2001; SEF, 2012), facto que poderá ter contribuído igualmente para aumentar o contingente destes cidadãos no ensino superior português.

Em segundo lugar, uma diminuição ligeira dos estudantes oriundos dos PALOP, tendência esta provavelmente relacionada com a criação e o desenvolvimento de instituições de ensino superior nestes países, bem como pela atração por outros destinos de estudo.

Em terceiro lugar, observa-se o aumento dos estudantes dos países do espaço *Erasmus* até 2010/11. Nos últimos dois anos letivos o seu número aumenta ainda mais, quer por se manter a tendência de crescimento já existente, quer pela aposta por parte dos organismos oficiais num melhor registo dos estudantes em mobilidade, que nesta região constituem um grupo importante.

Por último, os estudantes estrangeiros de outras proveniências, nomeadamente os de origem asiática (chineses, indianos), aumentaram muito o seu peso nas instituições universitárias ao longo da década considerada. Este aumento poderá ser explicado, tal como no caso de outros grupos nacionais, pelo crescimento imigratório de origem asiática em Portugal, assim como pelo reforço de acordos de cooperação bilaterais entre instituições portuguesas e asiáticas, ilustrativos da internacionalização do ensino superior.

É de esperar que o aumento de estudantes estrangeiros continue no futuro, tornando ainda mais clara a necessidade de aprofundar diversas questões. É assim, fundamental desenvolver pesquisas quantitativas de modo a analisar mais pormenorizadamente a evolução dos estudantes estrangeiros no ensino superior português, tendo em conta características sociodemográficas dos alunos e também os aspetos académicos (áreas de estudo, grau académico frequentado, instituições escolhidas, etc.).

Complementarmente, será essencial realizar pesquisas, com uma abordagem mais qualitativa, que equacionem as motivações, expectativas e vivências destes estudantes no nosso país. Dentro deste âmbito, será ainda crucial entender as inscrições no ensino superior português por parte dos estudantes estrangeiros e a sua relação com a integração no mercado de trabalho português e/ou europeu. A relação entre educação e imigração laboral é, assim, um ponto a desenvolver e considerar em estudos futuros. O mesmo ocorre relativamente à relação entre a segunda geração de imigrantes no nosso país e as inscrições de estudantes com estas nacionalidades. No que diz respeito aos alunos dos PALOP e Timor-Leste, Brasil e países de Leste é uma questão que interessa perceber em maior profundidade, sendo particularmente pertinente compreender a diferença entre estudantes estrangeiros e estudantes internacionais: isto é, perceber qual a importância relativa dos estudantes com estas nacionalidades que já residiam em Portugal e que aqui completaram o ensino secundário, face ao quantitativo de estudantes destas origens geográficas que vieram para Portugal para ingressar no ensino superior.

Bibliografia

Cunha, Sandrina Costa (2011) – A satisfação dos estudantes Erasmus em Lisboa. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

European Commission (2013) – A Statistical Overview of the Erasmus Program in 2011-12, Directorate-General for Education and Culture, European Commission, Brussels

Kanzok, Yvonne (2011). Os estudantes estrangeiros e os seus colegas de origem portuguesa na FCSH: Lado a lado ou conjuntamente? Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Moreira, Humberto (2006). Mobilidade Internacional no Ensino superior, Revista de Estudos Demográficos, 39, 37-67.

Mourato, Isabel (2011). A Política de Cooperação Portuguesa com os PALOP: Contributos do Ensino Superior Politécnico. Dissertação de mestrado apresentada Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Nada, Ionut (2012). Os Estudantes Estrangeiros na Universidade do Porto. Escolhas, Vivências e Aprendizagens num Espaço Europeu. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

OECD (2013), Education at a Glance 2013: OECD Indicators. OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2013-en>.

Oliveira, Miguel (2013) Integração de estudantes dos PALOP e Timor-Leste na Universidade de Aveiro. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Aveiro.

Pessoa, Inês Costa (2004). Estudantes do espaço lusófono nas universidades portuguesas. Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa: Janusonline, 1-8.

Pedreira, Isabel (2013). Estudantes da CPLP no ensino superior em Portugal: tendências de evolução e perfis sociais. Dissertação de mestrado apresentada no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

SEF (2001). Estatísticas. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/>

SEF (2011). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/>

Semedo, Maria dos Anjos (2010). Emoções mistas: integração social e académica dos alunos provenientes dos PALOP. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Silva, Carla, José Luís Abrantes e Isabel Duarte (2009) – “Integração social e académica dos alunos provenientes dos PALOP no ensino superior português: um estudo de caso” comunicação apresentada no 15º Congresso da APDR, no âmbito do programa Redes e Desenvolvimento Regional Cabo Verde, UniPiaget, 6 a 11 de Julho de 2009, Cidade da Praia (Online). Disponível em <http://www.apdr.pt/congresso/2009/actas/6.html>



A Situação Demográfica Recente em Portugal

Autores: Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Maria de Lourdes Craveiro

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

Email: lourdes.patricio@ine.pt

Demographic Changes in Portugal

Resumo:

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 2001-2013, caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural como do saldo migratório que se tornaram negativos. O país atinge níveis de muito baixa fecundidade, a longevidade aumenta e a disparidade entre a esperança média de vida de homens e mulheres reduz-se. Os diferentes efeitos do andamento das variáveis demográficas na composição etária da população marcam o processo do envelhecimento demográfico tanto pela base como pelo topo da pirâmide de idades. A substancial diminuição do número de casamentos, o forte acréscimo dos nascimentos fora do casamento e, entre estes, o reforço da importância relativa dos nascimentos sem coabitação dos pais, a par do constante aumento da idade média ao casamento e do número de divórcios confirmam os novos modelos familiares no país.

Analisam-se, no presente artigo os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas mudanças observadas quer na estrutura quer na dimensão da população e que determinaram o grau e a intensidade do envelhecimento da população bem como a diminuição que a mesma observa.

Palavras Chave: População, Fecundidade, Mortalidade, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento.

ABSTRACT:

Over the period 2001-2013, Portugal experienced a decrease in both natural change and net migration, which became negative. Fertility remains at levels far below those necessary to renew the generations and the country reaches a level of “lowest-low fertility” although longevity increases and life expectancy gap between men and women narrows. The effects of the evolution of demographic variables on population age structure strengthen the process of demographic ageing.

The new family models in Portugal are the result of the significant fall in the number of marriages and the strong rise of the number of wedlock births, the average age at marriage and the number of divorces.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing and negative population growth.

Key words: Population, Fertility, Mortality, Life expectancy, Migrations, Ageing.

Introdução

O presente artigo pretende divulgar a evolução da população residente em Portugal desde o início do século XXI, com especial enfoque nas dinâmicas dos últimos anos. No entanto, como as causas e os efeitos dos fenómenos demográficos, nomeadamente a fecundidade, se revelam em prazos bem diferentes, em alguns casos, a análise das variáveis estende-se por um horizonte temporal mais vasto.

Como fontes de informação utilizam-se as estimativas anuais da população residente intercensitárias para o período 2001-2010 e as estimativas provisórias pós censitárias para os anos de 2011-2013, ambas assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação de 2001 e 2011, as Estatísticas Demográficas e da Saúde, informação toda produzida no Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE) e disponível em www.ine.pt.

Os dados sobre população com residência legalizada em Portugal são oriundos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do Ministério de Administração Interna (MAI). As comparações internacionais são feitas com os países da União Europeia (UE) e têm como fonte o Eurostat, órgão estatístico comunitário.

De realçar que o reajustamento das estimativas anuais da população residente a que o INE procedeu refletiu-se nos valores dos indicadores diretamente deduzidos da população ou nos que por definição têm como denominador a população, determinando o seu recálculo. Este facto explica a divergência entre alguns indicadores apresentados neste artigo e os analisados nos artigos “Situação Demográfica Recente em Portugal” divulgados nos números 46 e 48 da Revista de Estudos Demográficos (RED). De qualquer modo, em termos de tendências, não se assinalam grandes mudanças.

Os Quadros inseridos no texto por vezes não revelam, a informação para todos os anos do período central de análise. Assim, e sempre que se justifica, os indicadores da série 2001- 2013 constam dos Anexos incluídos no final do texto.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período em análise caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural¹, como do saldo migratório que se tornaram negativos. O progressivo agravamento do envelhecimento demográfico tanto pela base como pelo topo da pirâmide de idades, resultante da diminuição da proporção da população jovem (com menos de 15 anos) e do aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população, respetivamente, é o outro aspeto que marca a dinâmica populacional do período.

Entre 31 de Dezembro de 2001 e o final de 2013 estima-se que a população residente em Portugal tenha aumentado cerca de 96,5 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa média anual nula (0,03%) com um ritmo de variação negativo para homens (-0,10%) e positivo para as mulheres (0,14%).

No período analisado o saldo natural atingiu o valor máximo em 2002 (cerca de 8 mil indivíduos) registando, em 2007 o primeiro quantitativo negativo. A partir de 2009 o saldo natural retoma os valores negativos que mantém, desde então, de forma continuada e fortemente crescente. Esta evolução traduz-se, em um valor médio inferior a 10 000 indivíduos por ano (9 239) no período de 2001 a 2013 e num valor médio anual que ultrapassa os -14 000 indivíduos entre 2009 e 2013, consequência de os nascimentos com vida serem inferiores ao número de óbitos ocorridos.

¹ Os nados vivos e óbitos utilizados na presente análise reportam-se aos valores “adotados nas estimativas de população residente e nos indicadores derivados, resultam dos valores de nados vivos e óbitos, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil, disponíveis no momento da execução das estimativas, e referentes a factos do ano anterior”: in INE (2014) Estatísticas Demográficas página 21.

Por outro lado, o saldo migratório, apresenta uma média positiva no período de 2001-2013, embora fraca, e inferior a 5 000 indivíduos por ano, refletindo o inflexão de sentido dos fluxos de entrada e saída que o período registou: de um valor fortemente positivo e igual a 56 213 em 2001 para um montante negativo de 36 232 indivíduos em 2013.

Os diferentes andamentos registados nas variáveis demográficas nos treze primeiros anos do corrente século, permitem identificar três fases na dinâmica da população residente em Portugal.

A *primeira fase* abrange o período 2001-2006 e combina saldos naturais fracos com saldos migratórios positivos fortes, tendencialmente decrescentes que determinam, uma taxa média de crescimento da população fraca de 0,26 % ao ano, ligeiramente mais elevada nas mulheres (0,34%) do que nos homens (0,18%). O aumento da população em cerca 138 mil indivíduos é explicado em 84 % pelo saldo migratório dado que o diminuto saldo natural observado em 2001 se reduziu a metade em 2006.

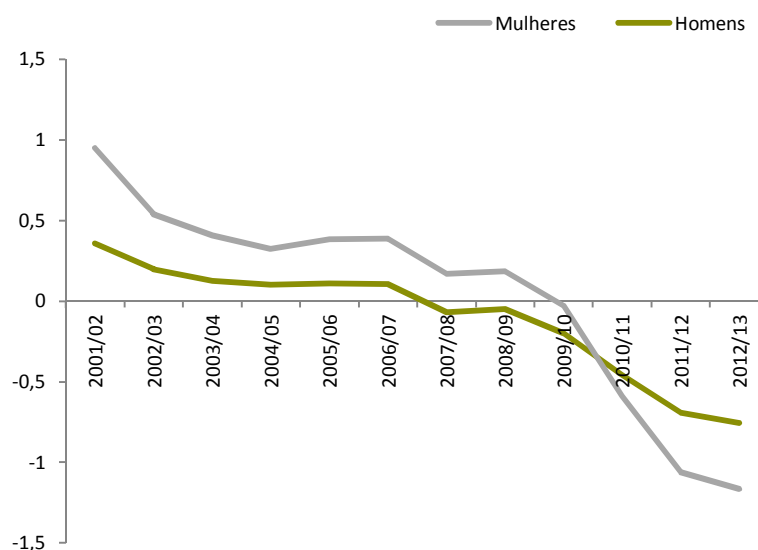
A *segunda fase* coincide com o período 2006-2010, ou seja, entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2010, durante a qual a população cresceu segundo uma taxa média anual quase nula (0,10%), observando-se nos homens um ritmo oposto (-0,05%) ao das mulheres (+0,23%). Para esta evolução contribuiu tanto um saldo natural negativo acumulado de 10 mil indivíduos e um saldo migratório a acelerar o seu ritmo de baixa e que representa, praticamente um terço do saldo estimado para o total do período anterior. Esta fase combina saldos naturais negativos com saldos migratórios positivos, tendencialmente mais fracos

A *terceira fase* corresponde ao período de 2010-2013 e distingue-se por um saldo natural negativo acumulado de 47 505 indivíduos, traduzido em uma média anual negativa de 15 000 indivíduos. Paralelamente, o saldo migratório assume, o seu valor mais baixo do período em análise (9 361 indivíduos), em 2008, nível do qual vem a recuperar em 2009 ano em que aumenta para 15 048 indivíduos.² É neste contexto que a taxa média anual de crescimento da população se torna negativa (-0,46%) e dupla nos homens (-0,64%) face à estimada para as mulheres (-0,30%). Esta fase conjuga saldos naturais e saldos migratórios negativos. O ano de 2011 assinala o momento em que o número de óbitos de residentes em Portugal (102 448) excede o número de nados vivos de mães residentes (82 787).

De acordo com as estimativas de população residente divulgadas pelo (INE), em 31 de dezembro de 2013 residiam em Portugal, 10 427,3 milhares de indivíduos sendo 4 958,0 homens e 5 469,3 mulheres. Comparativamente ao ano anterior agravou-se o decréscimo da população (-0,57%). Esta evolução resulta tanto da baixa do saldo natural como do saldo migratório.

Figura 1

Variação da População residente em Portugal (%), por sexo, 2001-2013



Fonte: INE, I.P. Estimativas Anuais da População Residente (cálculo das autoras)

² Os saldos migratórios utilizados na presente análise reportam-se aos valores estimados pelo INE, utilizados no cálculo das Estimativas Anuais de População e divulgados nas Estatísticas Demográficas.

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001- 2013						
Indicadores	Anos					
	2001	2007	2010	2011	2012	2013
População Residente Média (milhares)	10 362,7	10 543,0	10 573,1	10 557,6	10 514,8	10 457,3
População Residente em 31.XII (milhares)	10 394,7	10 553,3	10 572,7	10 542,4	10 487,3	10 427,3
<i>Homens</i>	5 019,4	5 069,7	5 053,5	5 030,4	4 995,7	4 958,0
<i>Mulheres</i>	5 375,3	5 483,6	5 519,2	5 512,0	5 491,6	5 469,3
Relação de Masculinidade (%)	93,4	92,5	91,6	91,3	91	90,7
Saldo Natural	7 682	-1 020	-4 573	-5 992	-17 757	-23 756
Saldo Migratório	56 213	21 771	3 815	-24 331	-37 352	-36 232
Variação Populacional	63 895	20 751	-758	-30 323	-55 109	-59 988
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	-0,01	-0,04	-0,06	-0,17	-0,23
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,54	0,21	0,04	-0,23	-0,36	-0,35
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,62	0,2	-0,01	-0,29	-0,52	-0,57

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

A diminuição da população é consequência de as duas componentes, a natural e a migratória, registarem, em 2013, valores negativos, mais acentuados nesta última.

A taxa de crescimento natural situou-se em -0,23% verificando-se um ligeiro agravamento face a 2012 (-0,17%).

Tanto o número de nados vivos (-7,9%) como o de óbitos (-1,0%) registam, em 2013, evoluções no mesmo sentido face ao ano anterior sendo o saldo natural (-7 054) atribuído, sobretudo, à queda dos nados vivos. A variação dos nados vivos ao longo do período insere-se, até 2011, nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo, que o acontecimento observa, exceto no ano de 2009 quando atinge os -4,9%. No entanto, de 2011 a 2013 as variações são sempre negativas e acentuam-se, confirmando a tendência em baixa que se delineava desde 2005. Os óbitos revelam flutuações superiores a 5%, entre 2004-2006 as quais se reduzem substancialmente nos anos seguintes para, em 2012, registarem um acréscimo significativo (4,6%).

O saldo migratório foi estimado para 2013 em -36 232 indivíduos valor ligeiramente menos negativo do que o estimado no ano anterior (-37 352) devido ao aumento do fluxo de entradas (17 554 em 2013 e 14 606 em 2012) ter suplantado o incremento dos fluxos de saída (53 786 em 2013 e 51 958 em 2012).

A importância relativa da população portuguesa na população da EU 28 em 1 de janeiro de 2014 era de 2,1%, proporção praticamente idêntica à registada nos anos anteriores.

Tendo como comparação a Europa comunitária, e de acordo com os últimos dados disponíveis, Portugal revela uma taxa de crescimento da população de sentido contrário ao da média estimada pelo Eurostat³ (UE28= 0,34% em 2013 e 0,22% em 2012). As taxas variam entre um mínimo de -1,1% na Letónia e um máximo de

³ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Crude rate of total population change. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

+ 2,3% no Luxemburgo. A segunda taxa de crescimento mais alta (1,8%) observa-se na Itália, seguindo-se Malta (0,96%) e Suécia (0,93%) enquanto a Lituânia (-0,96%), o Chipre (-0,91%), a Grécia (-0,63%) e Portugal (-0,57%) se juntam à Letónia e, registam as variações negativas mais fortes. As comparações internacionais devem, no entanto, ser cautelosas, para salvaguardar a eventualidade de nem todos os países terem revisto as estimativas com base nos resultados dos últimos censos da população

Em termos de crescimento natural a maior taxa pertence, em 2013,⁴ à Irlanda (0,85%), surgindo depois, com valores bastante afastados o Chipre (0,47%) e o Luxemburgo (0,42%). A Bulgária (-0,52%), a Hungria (-0,36%) e a Roménia (-0,35%) apresentam os níveis negativos mais graves. A média dos 28 países da EU é praticamente nula (0,02%) e nota-se um decréscimo contínuo desde 2010. Portugal, neste contexto, e naquele ano, possui a quinta taxa negativa (-0,23%), evidenciando uma tendência para a acentuar, enquanto outros países a desagravam.

A amplitude de variação da taxa de crescimento migratório oscila entre -1,39% em Chipre e +1,97% em Itália, contribuindo para fixar a média dos 28 países em 0,33% no ano de 2013⁵. Com uma forte taxa migratória destaca-se ainda o Luxemburgo (1,90%). Malta (0,76%), Suécia (0,69%), Áustria (0,66%), e Alemanha (0,58%) formam o conjunto de países que registam taxas moderadas. De notar que os países comunitários mais afetados pela crise económica observam taxas migratórias negativas, refletindo a primazia dos fluxos emigratórios sobre os imigratórios: Irlanda (-0,57%), Espanha (-0,55%), Grécia (0,47%) e Portugal (0,35%).

2. Natalidade e Fecundidade

Em 2013, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal desceu para 82 787 isto é, menos 7, 8 % face ao ano anterior e menos 25 520, ou seja 26,4 %, comparativamente ao início do período analisado. Desde 2011 que o número de nascimentos com vida não compensa o número de óbitos e é inferior a 100 000. Esta evolução é mais significativa nos homens do que nas mulheres e está bem expressa no nível da relação de masculinidade que passou de 107 nascimentos com vida de rapazes por cada 100 nascimentos com vida de raparigas, em 2001, para 104 em 2013.

⁴ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Crude rate of natural change of population. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

⁵ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Crude rate of net migration plus statistical adjustment. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade e Fecundidade, Portugal, 2001- 2013						
Indicadores	Anos					
	2001	2007	2010	2011	2012	2013
Nados vivos	112 774	102 492	101 381	96 856	89 841	82 787
<i>Homens</i>	58 365	52 683	51 535	49 688	46 161	42 219
<i>Mulheres</i>	54 409	49 809	49 846	47 167	43 680	40 567
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	105,8	103,4	105,3	105,7	104,1
Nados vivos fora do casamento	26 814	34 443	41 844	41 489	40 950	39 434
Nados Vivos fora do casamento (%)	23,8	33,6	41,3	42,8	45,6	47,6
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 062	27 685	32 471	30 913	29 441	27 289
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,8	80,4	77,6	74,5	71,9	69,2
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 752	6 758	9 373	10 576	11 509	12 145
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,2	19,6	22,4	25,5	28,1	30,8
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	10,9	9,7	9,6	9,2	8,5	7,9
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	28,2	28,9	29,2	29,5	29,7
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	30,0	30,6	30,9	31,0	31,2
Taxa de Reprodução Bruta	-	0,672	0,657	0,679	0,659	0,626
Taxa de Reprodução Líquida	-	0,666	0,651	0,673	0,653	0,621

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais da População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Desde que a crise económica se iniciou, em 2008, muitos países da Europa Comunitária registaram uma baixa de nascimentos com vida e alguns inverteram a tendência crescente que vinham a observar⁶. A crise também afetou Portugal e agudizou-se em 2011, mas o país, ao contrário, prosseguiu a baixa de natalidade que se vinha a delinear. Apesar de não se poder estabelecer uma relação direta entre a crise económica e a baixa de fecundidade, correspondência que aliás nem é consensual entre os investigadores, dado que o desenvolvimento económico em si provoca uma diminuição fenómeno, é certo que por vezes se regista com um desfasamento de dois anos após a mesma se ter instalado⁷. Por outro lado, é de admitir que os elevados níveis de desemprego atingidos com esta profunda crise tenham influenciado a decisão de ter ou não filhos. Fazendo o exercício para Portugal verifica-se que o número de nados vivos de mães residentes no país recuou 26,8 % entre 2001-2013 com ritmos diferenciados no intervalo temporal: de 2001-2007 a baixa situou-se nos 9,1 % para se fixar em 23,8% no período compreendido entre 2007-2013; em 18,3% de 2010-2013 e em 14,5% entre 2011-2013. De qualquer modo, esta análise deve ter em conta as oscilações anuais que o fenómeno regista em Portugal.

A taxa bruta de natalidade diminuiu para 7,9, nascimentos com vida por mil habitantes em 2013, e colocou Portugal na pior posição a nível comunitário e bastante afastado da média estimada pelo Eurostat⁸ para o conjunto dos países membros (UE28 = 10,0‰ em 2013). De acordo com os valores divulgados por aquele organismo e referentes a 2013, o indicador varia entre os 8 e os 15‰ continuando o nível mais elevado a pertencer à Irlanda (15,0‰), seguido da França (12,3‰) e do Reino Unido (12,2‰). A Alemanha, Itália e

⁶ Eurostat statistics in Focus nº13/2013

⁷ Eurostat statistics in Focus nº13/2013

⁸ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Crude birth rate. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

a Grécia, todos com 8,5 nados vivos por mil habitantes, a Roménia (8,8‰) a Espanha (9,1‰), a Áustria e Croácia, ambos com 9,4‰, formam o grupo de países da EU de baixa natalidade, o qual é encabeçado por Portugal. Se o valor registado pela Irlanda e para a Alemanha se inserem no esperado, pois o primeiro só muito recentemente deixou de assegurar as gerações e o segundo há muito que não assegura a substituição, o mesmo não acontece com a França e o Reino Unido, que chegaram a deter taxas com níveis muito fracos, recuperaram e ocupam, atualmente, os primeiros lugares no valor do indicador. Notório é o facto de os países da Europa do Sul observarem valores muito baixos, que aceleraram a diminuição nos últimos anos mais. Por outro lado, deve também salientar-se que muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve-se ter presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em confronto.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira⁹ e residência em Portugal mais do que duplicaram a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 2001 e 2010, ano a que ascenderam a 10,6% mas têm desde então, perdido posição representando, em 2013, 8,4 % do total, ou seja apenas 7 405 nascimentos. Este decréscimo acompanha a diminuição de entradas de estrangeiros com o objetivo de residirem no país. O declínio da natalidade de mães estrangeiras (15,5%) foi superior ao observado entre as mães portuguesas (7,0%) em 2013 face ao ano anterior. Para esta diminuição contribuíram as mães de nacionalidades mais expressivas.

⁹ A variável nacionalidade da mãe (e do pai) começou a ser inquirida em Portugal em 1995.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 2001 e 2010-2013										
Continen te / Pais de Nacionalidade	2001		2010		2011		2012		2013	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total de Nados Vivos	112 774	100,00	101 381	100,00	96 856	100,00	89 841	100,00	82 787	100,00
Europa	107 927	95,70	93 405	92,13	89 567	92,47	83 573	93,02	77 351	93,43
Portugal	106 869	94,76	90 595	89,36	86 853	89,67	81 080	90,25	75 382	91,06
Alemanha	101	0,09	72	0,07	85	0,09	50	0,06	63	0,08
Bélgica	14	0,01	21	0,02	18	0,02	12	0,01	13	0,02
Espanha	99	0,09	147	0,14	176	0,18	170	0,19	146	0,18
França	280	0,25	91	0,09	88	0,09	85	0,09	63	0,08
Itália	24	0,02	33	0,03	44	0,05	60	0,07	46	0,06
Países Baixos	44	0,04	47	0,05	34	0,04	25	0,03	37	0,04
Reino Unido	95	0,08	135	0,13	99	0,10	101	0,11	45	0,05
R. da Moldova	63	0,06	349	0,34	305	0,31	266	0,30	180	0,22
Roménia	83	0,07	837	0,83	765	0,79	745	0,83	611	0,74
Ucrânia	120	0,11	682	0,67	653	0,67	579	0,64	479	0,58
Rússia	46	0,04	115	0,11	100	0,10	89	0,10	76	0,09
Outros países Europa	89	0,08	281	0,28	347	0,36	311	0,35	210	0,25
África	3 649	3,24	3 139	3,10	2 972	3,07	2 652	2,95	2 558	3,09
Angola	1 396	1,24	772	0,76	712	0,74	643	0,72	593	0,72
Cabo Verde	1 136	1,01	1 099	1,08	1 113	1,15	0 970	1,08	0 944	1,14
Guiné Bissau	495	0,44	179	0,18	331	0,34	526	0,59	351	0,42
Moçambique	218	0,19	75	0,07	69	0,07	57	0,06	51	0,06
S.Tomé e Príncipe	278	0,25	358	0,35	299	0,31	254	0,28	275	0,33
<i>Total dos PALP</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>2 483</i>	<i>2,45</i>	<i>2 524</i>	<i>2,61</i>	<i>2 450</i>	<i>2,73</i>	<i>2 214</i>	<i>2,67</i>
Outros Países África	126	0,11	656	0,65	448	0,46	202	0,22	344	0,42
América	920	0,82	4 125	4,07	3 520	3,63	2 799	3,12	2 173	2,62
Brasil	711	0,63	3 940	3,89	3 308	3,42	2 620	2,92	1 959	2,37
Outros Países América	209	0,19	185	0,18	212	0,22	179	0,20	214	0,26
Ásia e Oceânia	272	0,24	712	0,70	797	0,82	817	0,91	705	0,85
China	160	0,14	387	0,38	419	0,43	434	0,48	341	0,41
Outros Países Ásia e Oceania	112	0,10	325	0,32	378	0,39	383	0,43	364	0,44
Apátridas e Desconhecida	16	0,01	0 000	0,00	0 000	0,00	0 000	0,00	0 000	0,00
Total de nados vivos de mães estrangeiras	5 889	5,24	10 786	10,64	10 003	10,33	8 761	9,75	7 405	8,94

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2002 – 2004 e 2005-2009 está disponível nos anteriores artigos "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009 e nº48, INE, I. P. Lisboa, 2010, elaborados pelas mesmas autoras.

As mães brasileiras cujos nados vivos representavam, em 2010, 3,9% do total dos nascimentos apenas detêm 2,4% em 2013. Ao contrário, as mães nacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALPs) com 2,7% do total dos nados vivos recuperaram a primeira posição que tinham perdido em 2006, mas com menos 0,5 p.p. relativamente a 2001. Entre estas continua a destacar-se a nacionalidade cabo-verdiana que se fixou em 1,1% em 2013, proporção que se tem mantido estável nos últimos anos.

De ressaltar que a tendência sempre crescente dos nascimentos de filhos de mães nacionais da Roménia, da Moldova, da Ucrânia e da Rússia que em conjunto, passaram de 0,3 % em 2001 para 2,0% em 2010 do total de nascimentos de mães estrangeiras residentes em Portugal, recuaram desde então, gradualmente, para 1,6% em 2013.

O ritmo de crescimento dos nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal. A variação negativa da natalidade ocorrida no período entre 2001 e 2013 é, assim, explicada exclusivamente pela diminuição de 29,5% dos nascimentos de mães portuguesas. No mesmo período, a natalidade das mães estrangeiras residentes no país registou um incremento de 25,7%. Desde 2010, contudo, que tanto as mães portuguesas como as estrangeiras contribuíram para a baixa de natalidade a qual se tornou mais expressiva entre as mães estrangeiras (-31,3%) do que nas mães portuguesas (-16,8%).

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos diretos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Estima-se que desde 1982 que o nível de fecundidade em Portugal permaneça, continuamente, inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu mais tarde do que em alguns países europeus e atinge, no presente, níveis definidos por alguns autores como de muito baixa fecundidade (*lowest low fertility*).

Quadro 4

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (%), Portugal, 2001- 2013													
Idades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Geral													
20-24	56,3	54,5	51,6	48,9	48,6	46,8	45,5	47,3	45,1	45,5	40,5	37,5	32,9
25-29	92,6	92,8	89,4	85,5	85,0	81,0	78,2	79,7	76,0	78,4	75,1	71,4	66,9
30-34	80,8	83,4	84,7	83,9	85,6	84,1	83,0	86,0	83,1	86,8	86,3	82,8	79,8
35-39	33,6	35,0	35,7	36,2	37,8	38,6	39,5	42,0	41,4	43,9	45,3	43,4	42,4
40-44	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4	7,7	7,4	7,8	8,0	9,0	9,3	9,0	9,1
1ª ordem													
20-24	41,6	40,8	38,0	36,0	35,6	34,2	33,1	34,0	32,8	32,3	28,7	26,9	23,7
25-29	55,9	57,8	56,2	53,4	53,6	51,7	49,9	50,3	49,0	50,0	48,6	46,9	44,3
30-34	30,1	33,0	35,5	35,4	37,4	37,6	37,7	39,5	39,1	41,4	42,4	43,0	43,1
35-39	7,9	8,7	9,3	9,2	10,0	10,7	11,0	12,0	12,7	13,5	14,4	14,5	15,3
40-44	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	2,2	2,3	2,6	2,6	2,7
2ª ordem													
20-24	12,0	11,3	11,0	10,4	10,7	10,2	10,1	10,6	9,9	10,9	9,6	8,3	7,5
25-29	29,4	27,9	26,5	25,3	24,8	23,4	22,4	22,5	21,0	22,1	20,3	18,6	17,1
30-34	38,2	38,2	37,8	37,3	37,9	36,6	35,7	36,3	34,9	35,7	34,8	31,4	28,9
35-39	15,4	15,9	16,2	16,5	17,6	18,3	19,0	20,2	19,9	21,0	22,0	20,4	19,3
40-44	2,1	2,3	2,2	2,4	2,5	2,6	2,7	2,8	3,1	3,4	3,6	3,5	3,5

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais da População Residente (cálculos das autoras)

As alterações dos níveis de fecundidade por idades foram substanciais entre 1982 e 2013. A fecundidade entre as adolescentes (15-19 anos) recuou para um sexto embora permaneça em níveis elevados (10,7% em 2013 contra 62,7 % em 1982). Em 1982, os valores da fecundidade mais elevados pertenciam ao grupo etário dos 20-24 anos com uma taxa de 130,4%, seguidos de perto pelos do grupo etário dos 25-29 anos com 125,1%, contra 32,9% e 66,9%, respetivamente, em 2013. Neste período, apenas os grupos etários dos 30-34 anos e dos 35-39 anos reforçaram a importância, respetivamente em 7,8% e 20,3%, comprovando o adiar da maternidade. Esta evolução denota bem as mudanças de comportamento perante a fecundidade e é visível nos diferentes padrões que o fenómeno assume em 1982 e em 2013. De assinalar ainda que a fecundidade entre 2011 e 2013 reduziu-se em todos os grupos etários.

Para além do ano de 1982 outros marcos podem ser identificados na evolução do fenómeno da fecundidade em Portugal nos últimos trinta anos: em 1987 a maior frequência na fecundidade deixa de pertencer ao grupo etário dos 20-24 anos e transitou para a faixa etária seguinte; em 2005, a taxa de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 30-34 anos assumiu a maior frequência, ultrapassando a do escalão etário anterior. No mesmo ano, a taxa de fecundidade dos 35-39 anos superou a observada para os 20-24 anos. De realçar que a taxa no grupo dos 40-44 anos passou de 6,6% para 9,1% no período em estudo.

Figura 2

Padrão das Taxas de Fecundidade por Idades, Portugal, 1982 e 2013



Fonte: INE, I.P. Indicadores Demográficos (elaboração das autoras)

O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente, para atingir o nível de 1,21 em 2013 (1,35 em 2007 e 1,45 em 2001). O andamento deste indicador reflete as mudanças operadas no número de nascidos vivos anteriormente referidas bem como no número de mulheres em idade fértil. De acordo com as estimativas do INE as mulheres dos 15-49 anos diminuíram 4,0 % entre 1991-2013 (média anual) a que corresponde uma variação positiva de 4,0 % entre 1991-2002 seguido e uma variação fortemente negativa e igual a -8,3% no período de 2002-2013.

De acordo com as estimativas em 2013, cada mulher teve, em média, praticamente, menos um filho do que em 1982.

Atualmente, Portugal verifica o valor mais baixo de fecundidade registado na EU referente a 2012¹⁰ (EU 28=1,58 crianças por mulher). De referir o contributo favorável para o espaço comunitário em particular da França e da Irlanda, ambos com 2,01 crianças por mulher, o Reino Unido (1,92), a Suécia (1,91); para o mesmo ano os níveis mais baixos situam-se para além de Portugal (1,28) na Polónia (1,30), Espanha (1,32) na Grécia, Hungria e na Eslováquia estes três com valores idênticos e iguais a 1,34 crianças por mulher. Os níveis de fecundidade atingidos na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

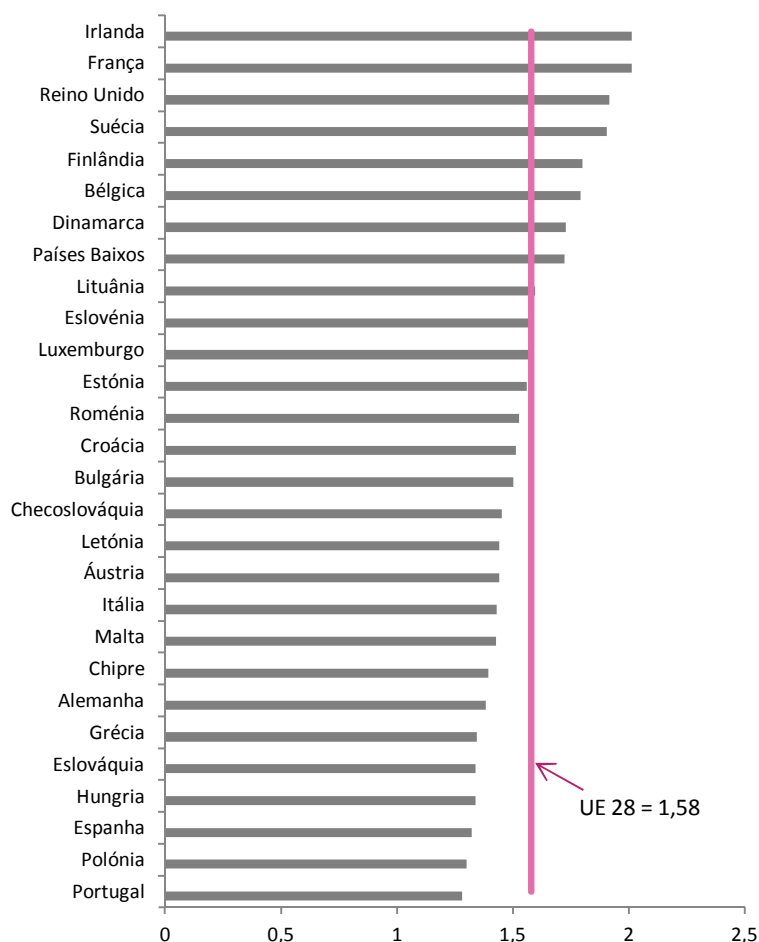
¹⁰ Eurostat: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Fertility_statistics, May 2014.

De acordo com o Eurostat as taxas de fecundidade no espaço comunitário tendem a convergir durante as últimas décadas, fixando-se, em 1980, a diferença em 1,7 crianças por mulher, valor que corresponde a taxa mais elevada (3,2 nados vivos por mulher na Irlanda) e o nível mais baixo (1,5 crianças por mulher, no Luxemburgo); em 1990 a diferença reduziu-se para 1,1 e em 2012, últimos dados disponíveis, para cerca de 0,7 crianças por mulher.

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que prevalece no início do século XXI, mas nos últimos anos baixou a situou-se em 0,6 em 2013. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há cerca de trinta anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

Figura 3

Índice Sintético de Fecundidade (Nº de crianças por mulher) nos 28 países da União Europeia (EU=28) em 1 de janeiro de 2012



Fonte: Eurostat, última atualização em 13 de agosto de 2014

Entre as causas normalmente apontadas para explicar a baixa da fecundidade encontra-se a decisão de os indivíduos em adiar tanto a constituição de famílias como o nascimento de filhos factos confirmados pela permanência jovens em casa dos pais até mais tarde e pelo avançar da idade média da mulher à maternidade a que se associam a utilização de métodos anticoncetivos seguros. Outra variável a ter em conta é a diminuição que se observou no número de mulheres em idade fértil. De facto, as estimativas revistas pelo INE apontam para um acréscimo de mulheres em idade fértil (15-49 anos) até 2002, ano a partir do qual se assiste a uma inversão da tendência. O número de mulheres em idade fértil aumentou 200 217, ou seja 4%, de 1991-2002 e desceu 8,3% de 2002-2013, sendo que metade que metade desta variação negativa (101 667) se registou entre 2010-2013. Outro fator a que se deve dar uma atenção especial é aumento da infertilidade que atinge tanto homens como mulheres, fenómeno que ainda não se consegue quantificar na sua totalidade.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Entre 2001 e 2013 as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 2,9 anos e tiveram, em 2013, o primeiro filho com a idade de 29,7 anos em média. A idade ao nascimento de um filho, por sua vez, desde 2007 que supera os 30 anos para se fixar em 31,2 anos, em média, em 2013.

Atualmente, em Portugal, quase 5 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo da proporção dos nados vivos fora do casamento no total dos nascimentos com vida de 23,8% em 2001 para 47,6% em 2013 é outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que o nível do indicador ultrapassasse o observado na EU-28 (39,3% em 2011¹¹, último ano para o qual a informação agregada está disponível).

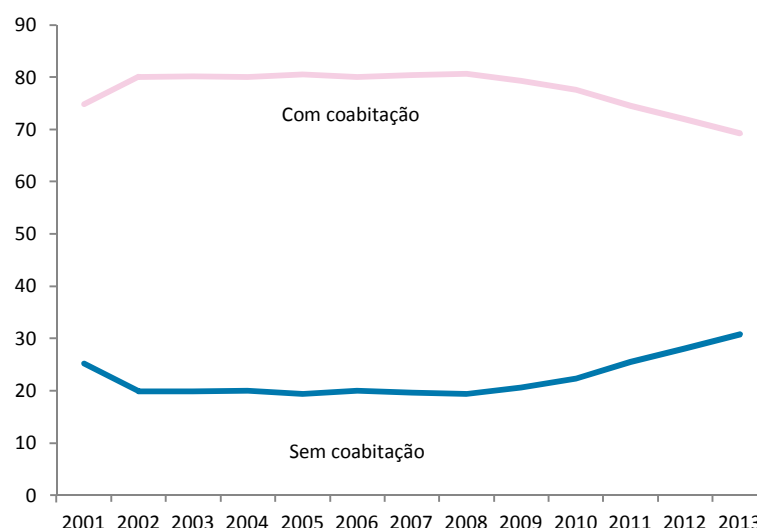
Dentro dos países com informação disponível para 2012 a Grécia ocupa a posição mais fraca (7,6%), seguida, distanciada, do Chipre (18,6%). A Estónia (58,4%), a Bulgária (57,4%) e a Suécia (54,5%), Bélgica (52,3%) e Dinamarca (50,6%) confirmam os valores mais elevados, com mais de metade dos nascimentos com vida a ocorrerem fora do casamento. Pode afirmar-se, apesar de ligeiras oscilações, que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta do fenómeno.

Em Portugal, o aumento de 47,1% dos nascimentos fora do casamento observado no período de 2011-2013, associado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a subida da importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum. Os nados vivos fora do casamento observam, assim, uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

No período de 2011-2013, a diminuição dos nados vivos fora do casamento resulta exclusivamente da redução do número de pais que viviam em coabitação, situação que contudo, permanece maioritária (69,2% em 2013). Os nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais crescem continuamente ao longo do período analisado e representam, em 2013, praticamente um terço do total dos nascimentos fora do casamento.

Figura 4

Nados Vivos fora do casamento (%), de mães residentes em Portugal, 2001-2013

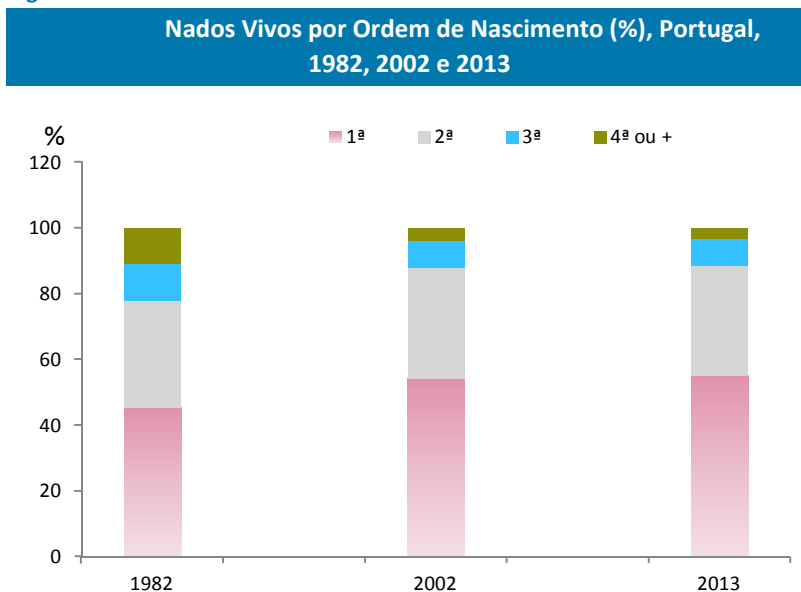


Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

¹¹ Eurostat (2014) –Live births outside marriage - Statistics Explained, May 2014.

Em 1982, a proporção dos nascidos vivos de primeira ordem representava 45,2% do total de nascimentos com vida, os de segunda ordem 32,6%, os de terceira ordem 11,6% e os de 4ª ordem 4,6%. Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se tem reforçado para atingir os 55,3% em 2013, ou seja, mais 1 p.p. face ao ano anterior e mais 2 p.p. do que em 2001. A tendência dos nascidos vivos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Nota-se, contudo uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no peso no total dos nascimentos com vida de 34,2% em

Figura 5

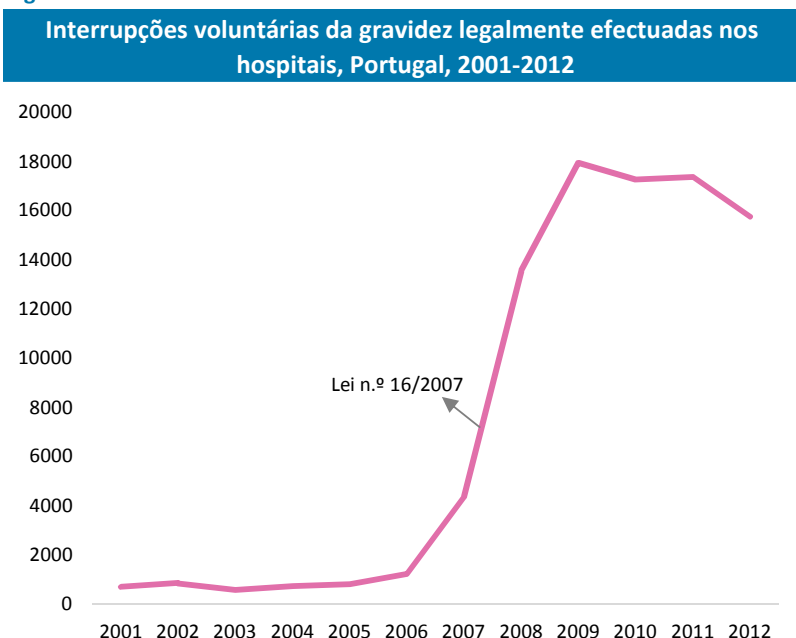


Fonte: INE, I.P. Nados vivos

2001 para 35,3% em 2011, ano a partir do qual retomou a baixa para se situar em 33,3% em 2013. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,4% no último ano analisado. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos e próximos dos 3% (3,2 % em 2013, contra 3,8% em 2001). De notar que o quarto filho, parte importante deste subgrupo, entre 1982 e 2013 se reduziu a metade (2,1% em 2013). A evolução da ordem dos nascidos vivos reflete, assim, o andamento da curva de fecundidade nos últimos anos.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante, com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância, evolução bem expressa através taxas de fecundidade dos 35-39 e dos 40-44 anos que praticamente duplicaram no período. De notar que no período estudado são os primeiros nascimentos, que determinam o calendário atual da fecundidade em Portugal. A taxa de fecundidade de segunda ordem não cessa de aumentar depois dos 35 anos, reforçando o seu contributo para o padrão da fecundidade nos últimos anos (19,3‰, nos 35-39 anos, em 2013, face a 15,4 ‰ em 2001).

Figura 6



Fonte: INE, I.P. Inquérito aos Hospitais

De 2011-2013 os níveis de fecundidade da primeira maternidade aumentaram 43% e a faixa etária dos 25-29 anos mantém, por margem mínima, a primeira posição. Paralelamente, observa-se uma diminuição, em todas as idades das, mães que tiveram o segundo filho, sendo a baixa particularmente forte na idade dos 20-24 anos (21,9%).

A Lei n.º 16/2007 tornou possível a interrupção voluntária de gravidez (IVG) por opção da mulher em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos. Assistiu-se a um acréscimo contínuo do número de interrupções voluntárias da gravidez após a entrada da lei vigor, tendo mesmo o número mais do que quadruplicado em 2009. Desde então, nota-se uma estabilidade e até mesmo uma ligeira baixa. De acordo com o Inquérito aos Hospitais conduzido pelo INE, I.P. a taxa de IVG registou um aumento de 13,3 por 100 nados entre 2008 para 17,7 interrupções por 100 nados vivos em 2012.

3. Nupcialidade e divorcialidade

A Lei nº 9/2010 de 31 de maio permitiu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A lei entrou em vigor no dia 5 de Junho de 2010 e alterou o regime do casamento, nomeadamente a redação do artigo 1557º do Código Civil que passou a ter a seguinte redação: *"Casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida..."* Deste modo, o novo conceito de casamento provocou uma quebra na série estatística em 2010, ano a partir do qual os valores totais da variável passaram a incluir a nova modalidade de casamento celebrados.

A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, verificou-se uma quebra de série divulgada pelo INE no total de casamentos celebrados de 2010, relativamente aos anos anteriores.

Em 2013, celebraram-se 31 998 dos quais 31 693 entre pessoas do sexo oposto e 305 entre pessoas do mesmo sexo (207 entre homens e 98 entre mulheres). Entre 2010 e 2013 os casamentos celebrados reduziram-se 20,0% (-7 995 casamentos) para os contribui a baixa dos casamentos entre pessoas de sexo oposto (-8 034) dado que os casamentos entre pessoas do mesmo sexo registaram um acréscimo de 14,7%, sendo mais acentuado nos casamentos celebrados entre homens (16,9%) comparativamente aos celebrados entre mulheres (10,1%). De ressaltar que os casamentos entre pessoas do mesmo sexo são mais expressivos no sexo masculino.

Face a 2012 registou-se uma diminuição de 7% no total dos casamentos para o qual contribuíram mais os casamentos as duas modalidades de casamentos. De notar o que o decréscimo foi mais forte nos casamentos celebrados entre mulheres (-9,3%) do que entre homens (-4,2%). No entanto deve ter-se presente que estes casamentos envolvem efetivos muito diminutos o que provoca que uma ligeira diminuição se traduza numa variação percentual elevada.

Entre 2001 e 2013 celebraram-se menos 26 697 casamentos entre pessoas de sexo oposto ou seja o número reduziu-se praticamente a metade (- 45,7%).

A taxa bruta de nupcialidade desceu para 3,1 casamentos por mil habitantes (3,8‰ em 2009 e 5,6 ‰ em 2001).

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001- 2013								
Indicadores	Anos							
	2001	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Casamentos	58 390	46 329	43 228	40 391	39 993	↓ 36 035	34 423	31 998
Taxa Bruta de Nupcialidade (%)	5,6	4,4	4,1	3,8	3,8	3,4	3,3	3,1
Idade média ao 1º casamento (anos)								
Homens	27,8	29,4	29,7	30,2	30,8	↓ 31,1	31,4	31,7
Mulheres	26,1	27,8	28,1	28,6	29,2	↓ 29,5	29,9	30,2
Idade média ao casamento (anos)								
Homens	29,8	32,2	32,6	33,4	34,1	↓ 34,6	34,7	35,2
Mulheres	27,4	29,7	30,1	30,8	31,5	↓ 31,9	32,3	32,7
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos								
Homens	0,65	0,49	0,44	0,42	0,45	0,41	0,40	0,38
Mulheres	0,69	0,53	0,49	0,47	0,47	0,43	0,42	0,39
Divórcios	18 851	25 120	26 110	26 176	27 556	↓ 26 751	25 380	22 525
Taxa Bruta de Divorcialidade (%)	1,8	2,4	2,5	2,5	2,6	↓ 2,5	2,4	2,2
Idade média ao Divórcio (anos)								
Homens	40,8	41,5	42,0	42,4	42,7	↓ 43,5	44,0	44,5
Mulheres	38,2	39,2	39,6	40,1	40,4	↓ 41,2	41,7	42,2
Divórcios/Casamentos (%)	32,3	54,2	60,4	64,8	69,4	74,9	74,4	71,1
Taxa Bruta de Viuvez (%)								
Homens	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	↓ 2,7	2,7	2,6
Mulheres	6,1	6,0	6,0	6,0	6,0	↓ 5,8	5,9	5,9

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

(2) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de Maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo.

(3) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de Maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos entre pessoas do mesmo sexo.

Portugal, com 4,1 casamentos por mil habitantes, observava uma taxa de nupcialidade inferior à da EU-28, em 2008, último ano para o qual o indicador está disponível para o conjunto dos 28 países comunitários, cuja média foi estimada em 4,8‰ em 2008¹². Os dados disponíveis para 2012 mostram que indicador assume os valores mais elevados na Lituânia (6,9‰) e em Malta e Chipre, ambos com 6,7‰. Os valores mais baixos são pertença da Bulgária (2,9‰), Portugal (3,3‰), Eslovénia e Luxemburgo, ambos com 3,4‰. A Suécia outrora com valores fracos de nupcialidade coerentes com a elevada proporção de nascimentos fora do casamento surge no documento do Eurostat referenciado com um nível de 5,3 ‰, superior à média comunitária (4,0‰ em 2001). O facto de a Suécia ter a mais forte percentagem de nascidos vivos fora do casamento da UE28 e que ultrapassa a metade dos nascidos vivos do país (57,6% em 2012) parece indiciar a formalização da vivência em comum acontecimento que se pode provavelmente explicar no âmbito das políticas de incentivos à família.

¹² Eurostat (2014) - Marriage and divorce statistics- Statistics Explained, May 2014.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 39% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2013, valor que representa menos 30 pontos percentuais comparativamente a 2001. O indicador conjuntural de nupcialidade baixa para 38% nos homens.

Em Portugal os jovens prosseguem o adiar do casamento. Em 2001, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 27,8 anos, idade que se elevou para os 31,7 anos em 2013. Nas mulheres o adiamento é ligeiramente mais acentuado, com a idade a aumentar dos 26,1 para os 30,2 anos no mesmo período, estreitando-se a diferença entre as idades médias com que homens e mulheres celebram o primeiro casamento. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios decretados em Portugal, sobretudo no início do século XXI e que se traduziu numa variação de 19,5% no período estudado. No entanto, o valor máximo da taxa de divorcialidade continua a pertencer ao ano de 2002 (2,7‰), refletindo as alterações legislativas que facilitaram a dissolução do casamento por mútuo consentimento, ao instituir a possibilidade de a mesma ser decretada pelas conservatórias do registo civil. Em 2003, a variável retoma a tendência anterior, situando-se, em 2010, a taxa bruta de divorcialidade em 2,6 divórcios por mil habitantes. Nos últimos três anos a taxa regista recuos e o nível situa-se em 2,2‰, nível idêntico ao de 2003. Os valores tendem a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

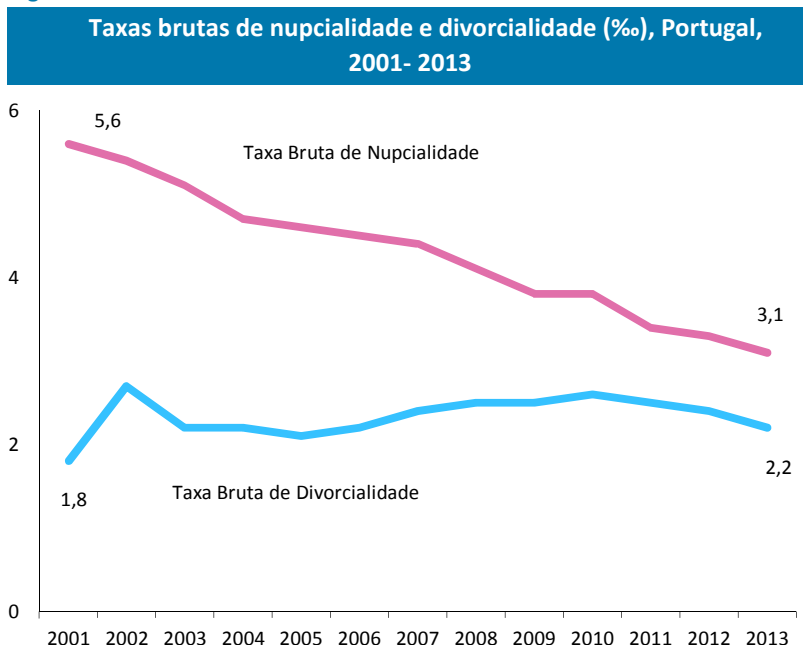
Dentro dos países da União Europeia com informação disponível para 2012¹³ a Letónia (3,6‰) e a Lituânia (3,5‰) ocupam as posições mais elevadas na hierarquia do indicador, seguidas pela Dinamarca (2,8‰) enquanto a Irlanda apresenta o valor mais baixo e igual a 0,6 divórcios por mil habitantes.

Portugal regista uma taxa de divórcios acima da média comunitária, (estimada para 2010 em 2,0‰, último ano para o qual se dispõe do indicador agregado embora só para o conjunto de 27 países¹⁴) e quase multiplicando por quatro a observada na Irlanda. De referir que em Malta o divórcio não foi permitido até 2011, ano em que se registou uma taxa de 0,1‰ que se elevou a 1,1‰ em 2012.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, em 2013, os 44,5 anos para os homens (comparativamente a 2001 mais 3,7 anos) e os 42,2 anos para as mulheres (mais quatro anos face a 2001), refletindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

O ratio entre divórcios e casamentos evidencia uma tendência crescente. Enquanto em 2001 por cada 100 casamentos celebrados havia 32 divórcios decretados, em 2007, a relação ascende a 54 e a 71 em 2013. Esta evolução reflete as tendências opostas dos dois fenómenos, sendo de ressaltar que desde 2011 o rácio diminui.

Figura 7



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

¹³ Eurostat (2014) - Marriage and divorce statistics- Statistics Explained, May 2014.

¹⁴ Em Malta o divórcio não foi permitido até 2011. Em 2012, a taxa bruta de divórcio situou-se em 1,1‰.

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os enormes ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Em 2013, registaram-se 106 543 óbitos de residentes em Portugal, menos 1,0 % face ao ano anterior. Estes óbitos repartiram-se por 54 169 homens e 52 373 mulheres ou seja, por cada 100 mulheres morreram 103 homens, rácio bem inferior ao observado nos primeiros anos do período analisado quando atingiu os 109. A varável óbitos revela oscilações diferentes e de sentido contrário ao longo do período analisado. As mais fortes situam-se em 2004, com uma variação negativa de 6,2%, e nos anos de 2005 e 2006, ambas superiores a 5% mas de sinal contrário. O número de óbitos sofreu um acréscimo de 1,4% entre 2001 e 2013.

Quadro 6

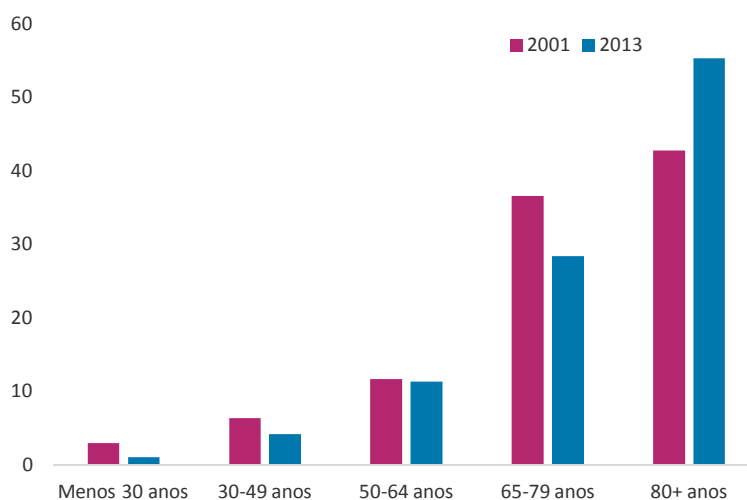
Indicadores sobre a Mortalidade, Portugal, 2001- 2013								
Indicadores	Anos							
	2001	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Óbitos	105 092	103 512	104 280	104 434	105 954	102 848	107 612	106 543
Homens	54 838	53 379	53 582	53 310	54 219	52 544	54 473	54 169
Mulheres	50 254	50 133	50 698	51 124	51 734	50 301	53 139	52 373
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	106,5	105,7	104,3	104,8	104,5	102,5	103,4
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,1	9,8	9,9	9,9	10,0	9,7	10,2	10,2
Homens	11,0	10,5	10,6	10,5	10,7	10,4	10,9	10,9
Mulheres	9,4	9,2	9,2	9,3	9,4	9,1	9,7	9,6
Óbitos com menos de um ano	567	353	340	362	256	302	303	244
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,0	3,4	3,3	3,6	2,5	3,1	3,4	2,9
Homens	5,6	3,5	3,4	4,1	2,5	3,5	3,4	3,4
Mulheres	4,3	3,4	3,1	3,1	2,5	2,7	3,4	2,4

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, Estimativas Anuais da População Residente

A análise da mortalidade por idades evidencia os progressos alcançados neste campo, dado que os óbitos se concentram cada vez mais nos grupos de idades mais avançadas. Em 2001, os óbitos de indivíduos com menos de trinta anos representavam 2,9 % do total dos óbitos registados valor que desce para 1,0% em 2013. Enquanto a mortalidade no grupo etário dos 50-64 anos se mantém quase estável é de ressaltar o desvio da maior frequência do número de óbitos da faixa etária dos 65-79 anos para a dos 80 ou mais, a qual reuniu, em 2013, mais de metade dos óbitos (55,3%) situação que reflete bem o envelhecimento da população.

Figura 8

Óbitos de residentes em Portugal (%) por grupos etários, 2001 e 2013



Fonte: INE, I.P., Óbitos

A diferença de mortalidade entre homens e mulheres está patente em todos os grupos etários, verificando-se uma sobremortalidade masculina até aos 80 anos, idade a partir da qual o número de óbitos de mulheres excede largamente ao de homens como resultado do excedente de mulheres nas idades mais idosas.

Figura 9

Óbitos de homens residentes em Portugal (%) por grupos etários, 2013

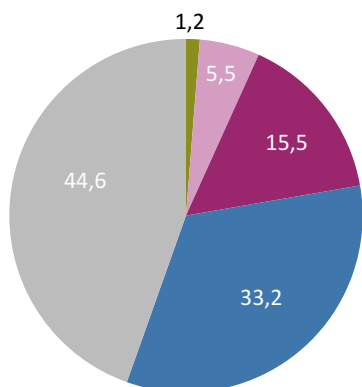
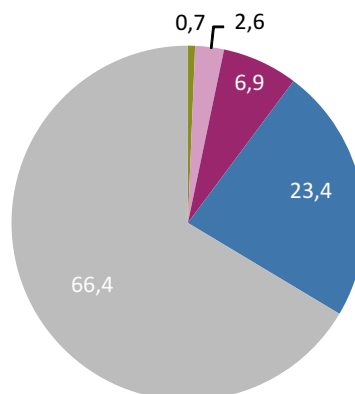


Figura 9 a)

Óbitos de mulheres residentes em Portugal (%) por grupos etários, 2013



■ Menos 30 anos ■ 30 - 49 anos ■ 50 - 64 anos ■ 65 - 79 anos ■ 80+ anos

Fonte: INE, I.P., Óbitos

A taxa bruta de mortalidade, embora com algumas flutuações, estabilizou, no período em análise, à volta dos 10 óbitos por mil habitantes atingindo 10,2 óbitos por mil habitantes, em 2013, valor que sobe para 10,9‰ entre os homens e se fixa em 9,6 ‰ nas mulheres. Portugal, com um valor idêntico ao do ano anterior, continua a inserir-se na média comunitária ¹⁵(UE28= 9,9 ‰ em 2013), ainda que com um valor ligeiramente superior (0,3 pp).

Os níveis de mortalidade dos países da UE variam, em 2013, entre os 6,0 ‰ (Chipre) e 14,4‰ (Bulgária): Com níveis bastante inferiores à média comunitária destacam-se, ainda a Irlanda (6,5‰), e o Luxemburgo (7,0‰) enquanto nas mais elevadas sobressaem também a Letónia (14,5‰) e a Lituânia (14,0‰).

Desde 2004 que Portugal observa uma taxa de mortalidade inferior a 4 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, nível que desce para 2,9, em 2013 contra 3,4‰ em 2012. Contudo, as variações anuais do indicador devem ser interpretadas com extremo cuidado na medida em que os valores em confronto são diminutos e inferiores a 500 óbitos anuais desde 2003. Em 2001, observaram-se 567 óbitos de crianças com menos de um ano cujas mães residiam em Portugal, número que recuou para 244 em 2013. Com uma taxa de 3,4 ‰ o país apresenta-se com um nível inferior à média comunitária, estimada para 2012¹⁶, último valor conhecido (UE28 =3,8‰). A Roménia (9,0‰) e a Bulgária (8,6‰), permanecem com as taxas mais elevadas, enquanto a Eslovénia (1,6‰), a Finlândia (2,4‰) a que se juntam a Suécia e a República Checa, ambas com 2,6‰, observam os níveis mais baixos. A diferença entre as taxas máximas e mínimas reduziu-se a metade entre 2001 (18,4‰ na Roménia e 3,8‰ em Malta) e 2012 (9,0‰ na Roménia e 1,6‰ na Eslovénia). Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu, conforme anteriormente referido, aconselham prudência na sua análise anual e podem explicar as mudanças de posicionamento dos países. Como curiosidade pode adiantar-se que os antigos manuais de Demografia referiam que o nível de mortalidade infantil nunca poderia ser inferior a 5 ‰, pois esta era a parte atribuída à componente endógena da mortalidade infantil sobre a qual não se conseguia atuar, tese que teve que se abandonar perante a realidade observada.

¹⁵ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]:Crude death. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

A análise das mortes segundo a nacionalidade do indivíduo revela valores não muito significativos neste grupo populacional. A variável nacionalidade só em 1996 foi introduzida no verbete de óbito, ano em que se registou a morte de 378 indivíduos com nacionalidade estrangeira e residentes em Portugal, número que ascendeu a 1 095 em 2001 e a 1 391 em 2009. Em 2013, verificaram-se 1 337 mortes de estrangeiros e que correspondem a 1,3% dos óbitos de residentes em Portugal, contra 1,4% em 2009, facto a que, provavelmente não será alheio o declínio da entrada de imigrantes verificado nos anos mais recentes. Apesar da tendência decrescente, os indivíduos nacionais de África contribuem para a maior parte dos óbitos de residentes estrangeiros (36,4% em 2013, face a 48,7% em 2001). Aos indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa corresponde a quase totalidade de óbitos (463) de nacionalidade africana (486). Dentro da nacionalidade europeia, que revela proporções muito pouco expressivas, as mais elevadas continuam a pertencer à inglesa, em 2013, com níveis semelhantes aos registados em 2001, e praticamente iguais a metade dos verificados de 2009 a 2012, seguida da espanhola com níveis estáveis ao longo do período. Esta evolução resulta das diferentes razões que determinam a imigração e das diferentes idades em que a mesma ocorre.

Quadro 7

Óbitos de população com nacionalidade estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, 2001 e 2010-2013

Continente / País de Nacionalidade	2001		2010		2011		2012		2013	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total de Óbitos	105 092	100,00	105 939	100,00	102 824	100,00	107 608	100,00	106 535	100,00
Europa	104 423	99,36	105 170	99,27	102 091	99,29	106 964	99,40	105 776	99,29
Portugal	103 996	98,96	104 536	98,68	101 446	98,66	106 304	98,79	105 198	98,75
Alemanha	51	0,05	74	0,07	62	0,06	80	0,07	87	0,08
Bélgica	8	0,01	19	0,02	19	0,02	16	0,01	13	0,01
Espanha	66	0,06	86	0,08	86	0,08	69	0,06	90	0,08
França	30	0,03	37	0,03	40	0,04	56	0,05	49	0,05
Itália	13	0,01	11	0,01	13	0,01	15	0,01	17	0,02
Países Baixos	23	0,02	33	0,03	37	0,04	46	0,04	33	0,03
Reino Unido	86	0,08	177	0,17	173	0,17	181	0,17	93	0,09
R. Moldova	17	0,02	15	0,01	18	0,02	18	0,02	8	0,01
Roménia	15	0,01	35	0,03	45	0,04	39	0,04	43	0,04
Ucrânia	67	0,06	61	0,06	81	0,08	72	0,07	63	0,06
Rússia	10	0,01	14	0,01	9	0,01	10	0,01	14	0,01
Outros países Europa	41	0,04	72	0,07	62	0,06	58	0,05	68	0,06
				0,00		0,00		0,00		0,00
África	533	0,51	547	0,52	507	0,49	445	0,41	486	0,46
Angola	111	0,11	92	0,09	85	0,08	77	0,07	86	0,08
Cabo Verde	271	0,26	281	0,27	248	0,24	251	0,23	246	0,23
Guiné Bissau	81	0,08	64	0,06	68	0,07	45	0,04	80	0,08
Moçambique	28	0,03	20	0,02	20	0,02	14	0,01	22	0,02
S.Tomé e Príncipe	30	0,03	51	0,05	37	0,04	36	0,03	29	0,03
<i>Total dos PALPS</i>	<i>521</i>	<i>0,50</i>	<i>508</i>	<i>0,48</i>	<i>458</i>	<i>0,45</i>	<i>423</i>	<i>0,39</i>	<i>463</i>	<i>0,43</i>
Outros Países	12	0,01	39	0,04	49	0,05	22	0,02	23	0,02
				0,00		0,00		0,00		0,00
América	101	0,10	172	0,16	187	0,18	158	0,15	203	0,19
Brasil	69	0,07	128	0,12	134	0,13	121	0,11	91	0,09
Outros Países da América	32	0,03	44	0,04	53	0,05	37	0,03	112	0,11
Ásia e Oceania	34	0,03	46	0,04	38	0,04	34	0,03	55	0,05
China	4	0,00	10	0,01	9	0,01	13	0,01	10	0,01
Outros Países da Ásia e Oceania	30	0,03	36	0,03	29	0,03	21	0,02	45	0,04
País Desconhecido / Apátrida	0	0,00	4	0,00	1	0,00	5	0,00	12	0,01
Total de óbitos de residentes estrangeiros	1 095	0,82	1403	1,33	1378	1,35	1304	1,22	1337	1,26

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas (cálculo das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2002 – 2004 e 2005-2009 está disponível nos anteriores artigos "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009 e nº48, INE, I. P. Lisboa, 2010, elaborados pelas mesmas autoras.

As doenças do aparelho circulatório (30,4%), os tumores malignos/neoplasias (23,9%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (9,5%) mantêm-se como as principais causas de morte¹⁷ registadas em 2012, embora revelem evoluções diferentes.

Quadro 8

Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002 - 2012										
Causas de Morte	CID - 10	2010			2011			2012		
	Lista Europeia	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	2	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,1
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	4	0,6	0,9	0,3	0,5	0,8	0,2	0,5	0,7	0,2
Tumores Malignos	7	23,5	27,5	19,3	24,8	28,8	20,7	23,9	28,1	19,5
Tumor maligno do esófago	9	0,5	0,8	0,2	0,5	0,9	0,2	0,5	0,9	0,2
Tumor maligno do estômago	10	2,2	2,5	1,8	2,4	2,8	1,9	2,2	2,6	1,8
Tumor maligno do colon	11	2,5	2,8	2,2	2,7	2,9	2,5	2,5	2,8	2,2
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	15	3,8	6,0	1,5	4,0	6,2	1,7	3,7	5,8	1,6
Tumor maligno da mama feminina	17	1,6	0,0	3,2	1,6	0,0	3,2	1,7	0,1	3,3
Tumor maligno da próstata	21	1,7	3,3	0,0	1,8	3,5	0,0	1,7	3,3	0,0
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados	24	1,9	2,0	1,8	2,0	2,1	1,9	2,0	2,1	1,8
Diabetes Mellitus	27	4,5	3,7	5,3	4,4	3,7	5,2	4,5	3,9	5,2
Doenças do Aparelho Circulatório	33	31,8	27,5	36,3	30,7	26,3	35,3	30,4	26,3	34,7
Cardiopatia Isquémica	34	7,0	7,3	6,8	6,7	7,0	6,4	6,4	6,7	6,2
Outras doenças cardíacas	35	5,9	4,7	7,2	5,9	4,6	7,3	6,1	4,7	7,5
Doenças cerebro-vasculares	36	13,6	11,3	15,9	12,9	10,7	15,1	12,6	10,7	14,4
Pneumonia	39	4,8	4,7	4,9	5,3	5,2	5,4	6,3	5,9	6,7
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	40	2,6	3,3	1,9	2,6	3,2	1,9	2,7	3,4	2,0
Doenças Crónicas do Fígado	44	1,3	2,0	0,6	1,3	2,0	0,6	1,1	1,8	0,5
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório / classificados em outra parte	55	9,4	9,0	9,9	9,5	9,3	9,7	9,5	9,2	9,8
Outras Causas de Morte		21,3	21,1	21,5	20,8	20,6	21,0	20,8	20,3	21,4
TOTAL DE ÓBITOS		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acidentes de transporte	60	21,2	23,0	12,0	17,9	21,9	11,2	13,0	16,7	7,2
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	16,4	25,2	13,3	19,0	23,6	11,2	19,6	25,6	10,2
Outras Causas de Morte Externas	58	62,4	51,8	74,7	63,1	54,5	77,5	67,4	57,7	82,6
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, I.P. Óbitos por Causas de Morte (cálculos das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2002 – 2009 está disponível nos anteriores artigos "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009 e nº48, INE, I. P. Lisboa, 2010, elaborados pelas mesmas autoras.

Entre as doenças do aparelho circulatório, que recuaram 8 p.p. comparativamente a 2002, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal (12,6% em 2012 contra 18,3% em 2002) e representam praticamente uma importância relativa dupla das cardiopatias isquémicas (6,4% em 2012 e 8,9% em 2002). As doenças cerebro-vasculares afetam principalmente as mulheres (34,7% do total de causas) e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo a quase totalidade a partir dos 65 anos.

¹⁷ Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), vigor em Portugal desde 2002. À data da elaboração do artigo o último ano com informação disponível para as causas de morte era 2012.

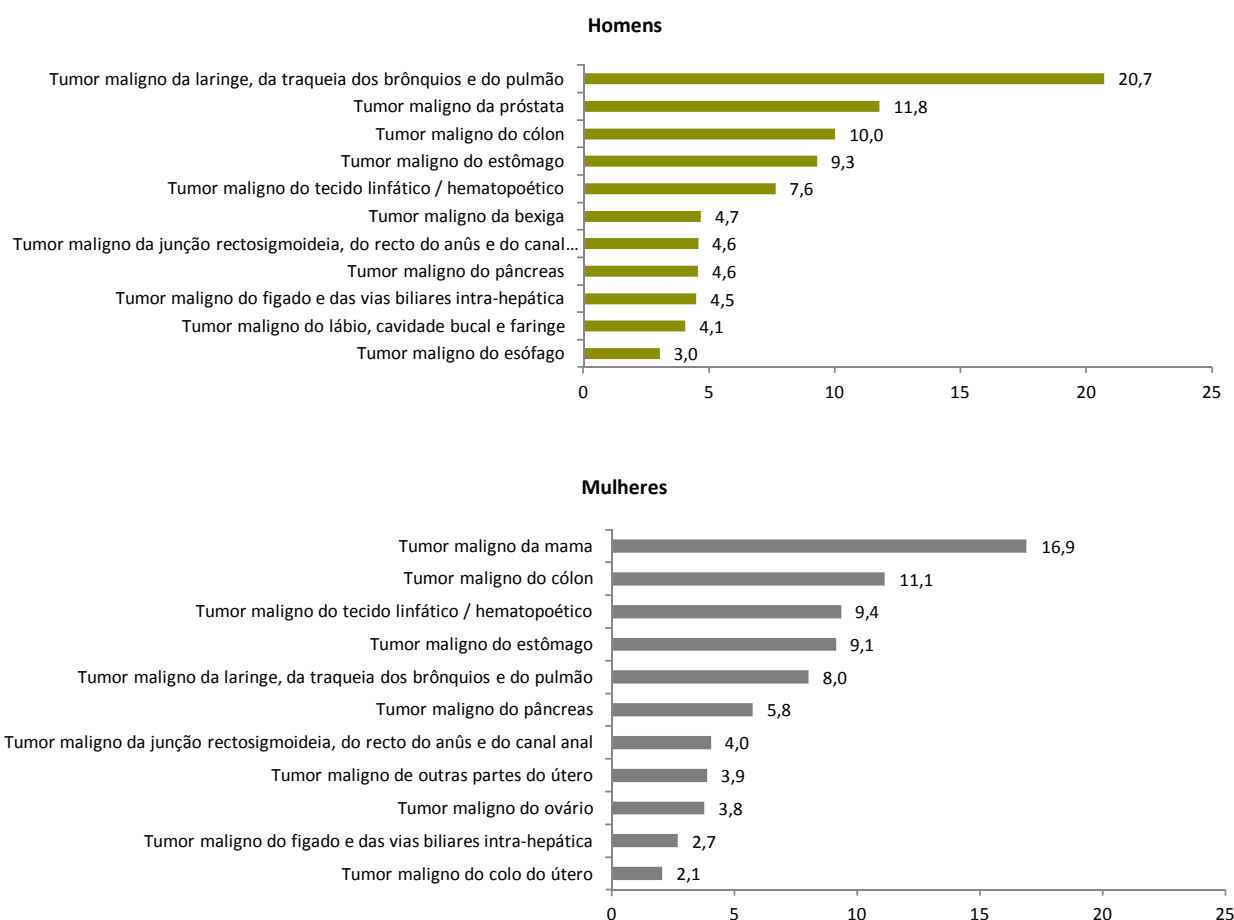
Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da EU.

Os tumores malignos, segunda causa de morte em Portugal, representavam, em 2012, 23,9% do total das causas de morte e sofreram um agravamento de 3 p.p. face a 2002. As mortes de homens devidas a esta causa foram responsáveis por 28,1% do total de mortes de residentes no país em 2012 enquanto as das mulheres explicaram (contribuíram) 19,5 % do total, valores que traduzem um acréscimo no período de 4,4 p. p e 1,7 p.p. respetivamente para homens e mulheres.

Entre os tumores malignos, em 2012 o da laringe, da traqueia, dos brônquios e do pulmão continua a assumir o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (20,7%) seguido do tumor da próstata (11,8%) e do cólon (10,0%). Nas mulheres, o tumor maligno da mama (16,9%) ocupa a primeira posição, seguido do cólon (11,1%) e do tecido linfático / hematopoético (9,4%). A importância relativa do tumor maligno do estômago no total dos tumores malignos apresenta valores muito próximos tanto para homens como para mulheres e ocupa, em ambos, a quarta posição. Ao contrário, o tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e do pulmão atinge sobretudo os homens enquanto o tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados e o tumor maligno do pâncreas afetam mais as mulheres do que os homens. Em relação ao ano de 2011 nota-se que a parte do tumor maligno da mama no total dos tumores malignos sofreu um aumento de 1,2 p.p. entre as mulheres.

Figura 10

Tumores malignos, por sexo (%) Portugal, 2012-CID 10



Fonte: INE, I.P, Estatísticas de Causas de morte

Nota: Percentagens calculadas em relação ao de óbitos de cada sexo, causados por tumores malignos.

A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes mellitus ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres. Situação idêntica verifica-se com a doença de Alzheimer.

No que se reporta às causas externas é de assinalar a perda de importância relativa das mortes devidas a acidentes de transporte (16,7% em 2012 contra 38,7% em 2002).

Em 2012, registaram-se 707 óbitos por acidentes de transporte (CID-10, Lista Europeia, classe 60) contra 958 casos em 2011 e 2 220 em 2002. Praticamente metade destas mortes concentraram-se no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 29 anos. A mortalidade atribuída a causa recuou no grupo etário dos 15-39 anos de 44% para um terço em 2012 e atinge maioritariamente os homens.

Quadro 9

Óbitos causados por Acidentes de transporte (CID 10), Portugal, 2002 - 2012															
Idades	2002			2005			2010			2011			2012		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
15-19	158	130	28	108	90	18	44	33	11	46	34	12	25	20	5
20-24	242	209	33	154	128	26	81	63	18	81	63	18	51	47	4
25-29	233	195	38	120	99	21	103	88	15	68	59	9	45	40	5
30-34	177	155	22	109	92	17	109	91	18	64	54	10	62	53	9
35-39	160	143	17	104	89	15	109	93	16	67	61	6	56	51	5
15-39	970	832	138	595	498	97	446	368	78	326	271	55	239	211	28
Total	2 220	1 739	481	1 373	1 092	281	1 953	1 358	595	958	734	224	707	554	153
Em percentagem															
15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	83,3	16,7	100,0	75,0	25,0	100,0	73,9	26,1	100,0	80,0	20,0
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	83,1	16,9	100,0	77,8	22,2	100,0	77,8	22,2	100,0	92,2	7,8
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	82,5	17,5	100,0	85,4	14,6	100,0	86,8	13,2	100,0	88,9	11,1
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	84,4	15,6	100,0	83,5	16,5	100,0	84,4	15,6	100,0	85,5	14,5
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	85,6	14,4	100,0	85,3	14,7	100,0	91,0	9,0	100,0	91,1	8,9
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	83,7	16,3	100,0	82,5	17,5	100,0	83,1	16,9	100,0	88,3	11,7
Total	100,0	78,3	21,7	100,0	79,5	20,5	100,0	69,5	30,5	100,0	76,6	23,4	100,0	78,4	21,6

Fonte: INE, I.P. Óbitos por Causas de Morte (cálculos das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2003 – 2004 e 2006-2009 está disponível nos anteriores artigos "A Situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009 e nº48, INE, I. P. Lisboa, 2010, elaborados pelas mesmas autoras.

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

A análise das taxas de mortalidade por sexo para as principais causas de morte mostra tendências semelhantes.

As taxas de mortalidade por doenças cerebrovasculares diminuíram 31,7% entre 2002-2012 sendo a baixa mais expressiva nas mulheres (-32,7 %), mas os valores permanecem mais elevados nas mulheres: 139,5 por cem mil mulheres e 116,6 por cem mil homens em 2012, face a 207,4 por cem mil mulheres e 167,9 por cem mil homens, em 2002. O recuo da taxa foi mais notório na idade dos 65-74 anos, quer para homens (-51,1%) quer para mulheres (-55,9%).

As taxas de mortalidade por doenças isquémicas do coração reduziram-se 27,7 % no horizonte 2002 -2012 passando de 91,1 para 65,9 óbitos por 100 000 habitantes e observaram uma variação mais forte nos homens (-29,8%) do que nas mulheres (-24.6%). A taxa nos homens desceu de 103,6 em 2002 para 72,7, em 2012, assumindo sempre valores superiores aos das mulheres (79,3 e 59,8 óbitos de mulheres por 100 000 mulheres, respetivamente em 2002 e 2012). As taxas mais elevadas, tanto para homens como para mulheres, encontram-se nas idades iguais ou superiores a 75 anos. A variação negativa mais forte centra-se, nos homens, na faixa etária dos 45-64 anos e nas mulheres na dos 55-64 anos. Estas idades registam recuos nas taxas superiores a 50%.

As taxas de mortalidade por tumores malignos aumentaram 14% no período de 2002-2012 passando de 214,4 para 244,4 óbitos por 100 000 habitantes, sendo superiores nos homens: 305,8 por 100 000 homens contra 188,4 por 100 000 mulheres, em 2012. A variação da taxa no referido período situou-se em 16,2% nos homens e o acréscimo verificou-se no grupo etário dos 55-64 anos cujo valor passou de 416,0 para 432,8 por 100 000 homens daquela idade.

5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. A presente análise assenta nos valores da esperança de vida deduzidos das tábuas completas de mortalidade calculadas pelo INE desde 2008¹⁸. Entre os triénios 2001-2003 e 2011-2013 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 3,4 anos para os homens e 2,6 anos para as mulheres atingindo os 76,9 anos e os 82,9 anos, respetivamente.

Quadro 10

Esperança de vida (em anos) e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 2001-2013												
Anos	e ₀ anos		e ₂₀		e ₄₅		e ₆₅		e ₇₀		e ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M

Esperança de vida (ex)

2001 - 2003	73,55	80,21	54,41	60,88	31,64	36,74	15,35	18,69	11,87	14,52	6,12	7,45
2003 - 2005	74,35	80,86	55,09	61,44	32,07	37,23	15,72	19,11	12,18	14,94	6,38	7,79
2005 - 2007	75,18	81,63	55,80	62,10	32,57	37,80	16,16	19,55	12,58	15,32	6,53	7,88
2007 - 2009	75,84	81,87	56,40	62,35	32,94	38,04	16,48	19,74	12,83	15,48	6,58	7,91
2009 - 2011	76,47	82,43	56,97	62,83	33,39	38,52	16,92	20,20	13,24	15,90	6,87	8,23
2011 - 2013	76,91	82,79	57,42	63,21	33,63	38,78	17,07	20,40	13,37	16,09	6,83	8,32

Anos	l ₀ anos		l ₂₀		l ₄₅		l ₆₅		l ₇₀		l ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M

Número de sobreviventes (lx)

2001 - 2003	100 000	100 000	98 703	99 115	93 390	97 273	78 513	90 064	70 155	85 589	42 089	63 977
2003 - 2005	100 000	100 000	98 909	99 234	94 208	97 526	79 682	90 713	71 699	86 317	43 988	65 672
2005 - 2007	100 000	100 000	99 081	99 386	94 873	97 879	80 797	91 593	73 146	87 602	46 766	68 826
2007 - 2009	100 000	100 000	99 183	99 375	95 549	97 911	81 778	91 851	74 496	88 042	49 084	70 187
2009 - 2011	100 000	100 000	99 278	99 482	95 946	98 049	82 318	92 159	75 367	88 602	51 195	71 908
2011 - 2013	100 000	100 000	99 288	99 465	96 442	98 255	83 194	92 605	76 315	89 138	52 875	73 047

Fonte: INE, I.P. Tábuas Completas de Mortalidade

Nota(s):

(1) Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal 2000-2002 a 2009-2011: valores revistos com base na revisão das estimativas da população exposta ao risco de óbito, assentes nos resultados definitivos dos Censos 2011. Tábuas de Mortalidade para Portugal 1990-1992 a 1999-2001: valores revistos com base na revisão das estimativas intercensitárias de população residente em Portugal de 1991 a 2000 (revisão extraordinária). A metodologia de cálculo da série revista das tábuas de mortalidade para Portugal manteve-se, correspondendo à metodologia adotada pelo INE em 2007, descrita no documento metodológico que está disponível no portal do INE.

Última atualização destes dados: 29 de maio de 2014

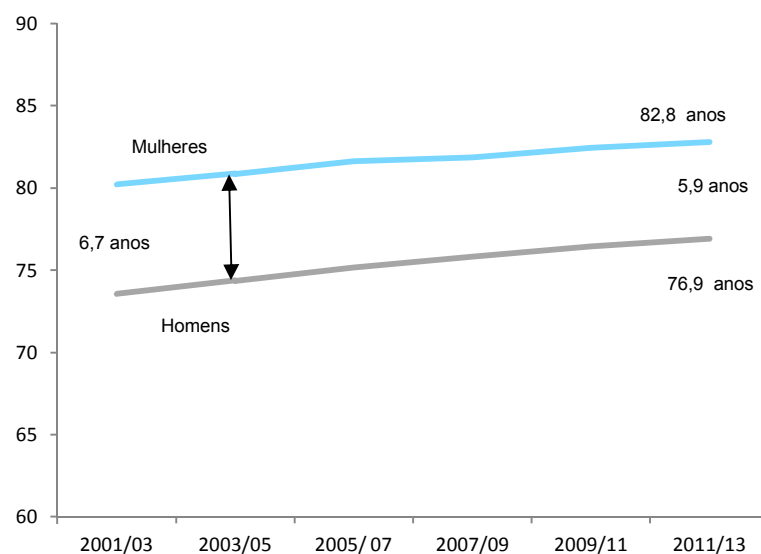
¹⁸ INE, I.P. (2007) "Tábuas completas de mortalidade para Portugal: metodologia 2007" http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=12725075&ESTUDOSmodo=2

O acréscimo mais notório nos valores do indicador entre os homens permitiu estreitar a diferença de esperança média de vida entre homens e mulheres que se reduziu de 6,7 anos no triénio 2001-2003 para 5,9 anos no período de 2011-2013.

Atualmente, estima-se que os homens que atinjam os 45 anos de idade vivam, em média, ainda mais 33,6 anos, enquanto a vida média esperada das mulheres que chegam à mesma idade, sobe para 38,8 anos. Comparativamente ao triénio 2001-2003, tanto os homens como as mulheres que alcançaram aquela idade ganharam, sensivelmente, o mesmo número de anos de vida que se traduziu em cerca de 2 anos.

Figura 11

Esperança média de vida à nascença (anos), Portugal,
2001-2003 a 2011-2013



Fonte: INE, I.P. Tábuas Completas de Mortalidade

No triénio 2011-2013, a esperança de vida aos 65 anos foi estimada em 18,97 anos para ambos os sexos, situando-se em 17,07 anos para os homens e em 20,40 anos para as mulheres. Nos últimos 10 anos o ganho médio na esperança de vida a esta idade foi idêntico para homens e para mulheres (1,7 anos).

Os homens que sobrevivam até à idade dos 80 anos podem esperar viver, em média, ainda 6,8 anos e as mulheres mais 8,3 anos. Face ao início do período, a esperança média de vida aos 80 anos aumentou 0,71 anos para os homens e 0,87 anos para as mulheres.

O ritmo de crescimento da longevidade à nascença, entre os triénios 2001-2003 e 2011-2013, foi ligeiramente superior nos homens (4,6%, à nascença) face ao das mulheres (3,2%, à nascença) tornando-se mais rápido com a idade, sobretudo a partir dos quarenta e cinco anos, tendo como referência as idades selecionadas para análise. Para os homens que alcancem a idade dos vinte anos estima-se um aumento de 5,5% e de 3,8 % nas mulheres. À idade de quarenta e cinco anos o ritmo acelera e alcança, nos homens, os 6,3%, mais 0,7 p.p. do que nas mulheres. A variação máxima observa-se na idade dos 70 anos, com 12,6 % e 10,8 %, respetivamente para homens e mulheres. Esta evolução provocou o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina expresso no excesso de mortalidade dos homens em relação às mulheres, à semelhança do verificado em outros países.

Apesar da significativa redução observada na mortalidade masculina os dados do Eurostat referentes a 2012, último ano para o qual o Eurostat disponibiliza o indicador ¹⁹ Portugal surge com uma esperança média de vida à nascença nos homens (77,3 anos) ligeiramente abaixo da média comunitária (UE28= 77,5 anos). Ao contrário, as mulheres detêm uma esperança média de vida à nascença 0,5 anos acima da média (UE28= 83,1 anos).

Com o alargamento da Europa Comunitária aumentou a amplitude da esperança de vida à nascença. Em 2012, os valores mais elevados do indicador, para os homens, registam-se na Suécia (79,9 anos) e em Itália (79,8 anos) e para as mulheres em Espanha (85,5 anos) e França (85,4 anos). Os níveis mais baixos, no caso dos homens, estão ainda longe dos 70 anos e pertencem à Lituânia (68,4 anos) e à Letónia (68,9 anos). É na Bulgária (77,9 anos), na Roménia (78,1) anos na Letónia (78,9 anos) com níveis muito afastados da média comunitária.

¹⁹ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Life expectancy by age and sex [demo_mlexpec]. Last update 29.10.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownload.do>.

Espera-se que no triénio 2011-2013 de 100 000 nados vivos, 99 288 homens alcancem a idade exata dos 20 anos, número ligeiramente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (99 442).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 45 anos (96 442) é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade no período 2001-2003 (97 273).

No triénio 2011-2013, estima-se que só 83 194 homens alcancem a idade exata dos 65 anos, número bastante inferior ao das mulheres sobreviventes à mesma idade (92 605) e ainda abaixo do número de mulheres sobreviventes, àquela idade, no período 2001-2003 (90 064).

A diferença é mais acentuada com o avanço da idade. Assim, e no triénio 2011-2013, o número de homens que chegam à idade exata dos 80 anos é apenas de 52 875 enquanto o número das mulheres se eleva a 73 047.

A proteção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa e a adoção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de *stress*, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, e pela adoção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido e da duração dos fluxos bem como do volume e da correspondente estrutura etária e por sexo.

O impacto dos migrantes na população de acolhimento é de dois tipos. Um, mais imediato que incide diretamente sobre o volume e a estrutura da população e outro que atua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade.

Todavia, as migrações são a componente demográfica mais difícil de quantificar em países como Portugal que não dispõe de um registo de população.

Em 2013, segundo os valores estimados pelo INE e utilizados no cálculo das estimativas anuais da população, o saldo migratório atingiu o valor de -36 232 indivíduos em resultado de 17 554 entradas e 53 786 saídas. O saldo migratório registou assim, um ligeiro abrandamento face a 2012 devido ao maior número de indivíduos que chegaram a Portugal com a intenção de residir no país por um período superior a um ano, quantitativo que foi suficiente para anular o efeito do incremento do número de indivíduos que deixaram o país com a intenção de permanecerem no exterior por um período igual ou superior a um ano.²⁰

Ao contrário, em 2001, e segundo a mesma fonte, o saldo migratório, fortemente positivo, foi estimado em 56 213 indivíduos repartidos em 61 609 entradas e em 5 396 saídas.

De 1993, ano em que passou a positivo, até 2007 o saldo migratório foi a principal componente do acréscimo populacional em Portugal. Este período coincide com a forte chegada de imigrantes e com o atenuar das correntes emigratórias. Os quantitativos mais elevados, superiores a 50 000 indivíduos por ano, centram-se nos anos de 1999 a 2001 e os homens são maioritários. A média anual no triénio foi de 59 000 entradas no país e de 10 000 saídas.

Em 2008, o sentido do saldo migratório voltou a inverter-se e a assumir valores negativos que se reforçaram com a crise económica entre 2011-2013. A média anual do saldo no período entre 2008 e 2013 foi estimada em cerca de -11,6 mil indivíduos a que corresponderam, em média, 25,6 mil entradas e 35,1 mil saídas.

²⁰ As entradas e saídas utilizadas no cálculo das estimativas anuais de população residente têm um carácter permanente ou seja, reportam-se a período igual ou superior a um ano.

A mudança de sentido no saldo migratório, ocorrida ao longo do horizonte temporal 2001-2013, foi provocada pelo efeito conjugado do abrandamento dos fluxos de entrada no país e do incremento dos fluxos de saída, ambos explicados pela crise económica que afeta o país.

Portugal, país de emigrantes por tradição, mesmo durante os anos de maior intensidade de fluxos imigratórios continuou a ser um país de emigrantes, situação que se intensificou nos últimos anos a par do recuo do fluxo de chegada de estrangeiros.

Segundo as estimativas divulgadas pelo INE²¹ em 2013, emigraram com carácter permanente, 53 786 indivíduos, sendo 35 632 homens e 18 154 mulheres, valores que exprimem uma relação de masculinidade de dois homens por cada mulher.

Comparativamente a 2008, primeiro ano para o qual existe informação disponível harmonizada a nível comunitário sobre fluxos emigratórios ²² a saída de indivíduos para residir no estrangeiro quase duplicou sendo que o número de mulheres que deixaram o país mais do que multiplicou por três. Ainda segundo a mesma fonte o ritmo de acréscimo acentuou-se em 2011, momento a partir do qual desacelerou.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século²³. Nos últimos anos, e em particular com o aparecimento da crise económica, o número de emigrantes cresceu e os países de destino diversificaram, com destaque para Reino Unido, Suíça, França, Alemanha, Angola e Moçambique, de acordo com o Observatório da Emigração.

A população com nacionalidade estrangeira a residir em Portugal pode ser quantificada através de duas fontes de informação distintas. Uma é o Recenseamento Geral da População e da Habitação, conduzido, cada dez anos, pelo INE, tendo o último ocorrido em 21 de março de 2011²⁴. Outra é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna (SEF/MAI) que recolhe dados anuais sobre a população estrangeira com estatuto de residente.

À data da realização dos Censos 2011, residiam em Portugal 394 496 pessoas de nacionalidade estrangeira²⁵, o que representava cerca de 3,7% do total da população residente e um acréscimo de 1,5 pp ao número apurado nos Censos de 2001. A maioria da população estrangeira residente em Portugal, em 2011 era constituída por mulheres (52,3%) o que significa uma alteração comparativamente aos censos anteriores, no qual os homens representavam 54,3% da população de nacionalidade estrangeira a residir no país.

²¹ INE (2014) Estatísticas Demográficas 2013, pp 104.

²² INE (2014) Estatísticas Demográficas 2013, pp 101.

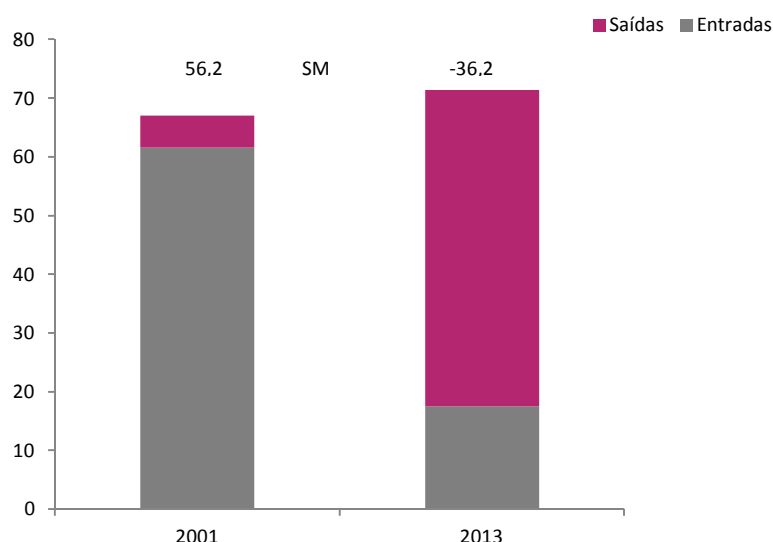
²³ Sobre esta temática ver Moreira, Humberto "Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)"; Revista de Estudos Demográficos nº 38 pp 47-65. Lisboa, 2006.

²⁴ Sobre esta Temática consultar Gabinete dos Censos, "Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011" Revista de Estudos Demográficos nº53 pp. 35-76, INE,I.P. Lisboa 2014.

²⁵ De acordo com os Censos 2011 são "considerados residentes todos os estrangeiros que tenham chegado a Portugal com a intenção de cá permanecerem por um período mínimo de 12 meses".

Figura 12

Saldo Migratório por componentes (em milhares), Portugal 2001 e 2013



Fonte: INE, I.P. Estimativas Anuais de População Residente

A população estrangeira, com uma idade média de 34,2 anos, era, em 2011, bastante mais jovem do que a portuguesa (idade média igual a 42,1 anos) apesar de ter envelhecido dois anos, em média, face aos Censos de 2001²⁶ e tanto os homens como as mulheres concentravam-se na faixa da idade ativa mais nova. Ora, sendo este grupo etário o mais afetado pela emigração portuguesa, as entradas podem ter ocorrido um atenuar do efeito sobre a estrutura da população em idade ativa residente em Portugal.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma correspondente aos indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra aos indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designada como regresso de emigrantes.

Segundo os Censos 2011, dos 10 562 178 indivíduos residentes em Portugal no momento censitário, 215 130 declararam residir no estrangeiro em 31 de dezembro de 2005 sendo que destes 48,9% possuíam a nacionalidade portuguesa e 51,1% detinham a nacionalidade estrangeira. Dos 105 150 portugueses que regressaram ao país depois de 31 de dezembro de 2005, 54,6 % eram homens e 45,4% mulheres. Suíça (12,8%), Reino Unido (10,7%), Espanha (9,0%), Brasil (5,3%) e Estados Unidos (5,0%) foram os países de onde regressaram mais portugueses.

Tendo como referência o momento de residência no estrangeiro a 31 de dezembro de 2009 a população com nacionalidade portuguesa ascendia a 62,0% dos 81 778 indivíduos recenseados que declararam residir no estrangeiro naquela data enquanto a população de nacionalidade estrangeira diminuía a importância relativa (38,%). Os 43 444 portugueses que regressaram a Portugal depois de 31 de dezembro de 2009 repartiram-se por 57,9% de homens e 42,1% de mulheres.

Em qualquer dos momentos de regresso ao país os homens são majoritários no caso de possuírem a nacionalidade portuguesa, indiciando a situação de maior representatividade masculina no processo emigratório.

A componente afeta ao regresso de emigrantes continuou a ser relevante mas deixou de ser majoritária, conforme observado em anteriores censos e que atingiu cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em 2001 que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999.

Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes na população residente em Portugal.

Outra análise com base na informação censitária evidencia que 245 390 dos indivíduos recenseados em 2011 declararam ter residido no estrangeiro por um período contínuo de pelo menos um ano entre 2001-2005, quantitativo que se eleva para 324 670 nos anos compreendidos entre 2006-2011. Cerca de 56 % dos indivíduos responderam ter vivido na Europa, em qualquer dos dois períodos em análise, sendo a Alemanha, o Reino Unido e a Espanha os países mais significativos. Este valor sobe para 59% no caso dos homens. A percentagem de indivíduos que declarou que residia na América no período de 2001-2005 situou-se em 26,3% proporção que baixou para 23,2% no período seguinte. O país de origem era na quase totalidade o Brasil, com percentagens superiores a 70%. A importância relativa de indivíduos que declarou ter vivido entre 2001-2005 por um período contínuo a um ano em África foi de 12,5% e de 15,9% no período de 2006-2011. Como país de residência anterior destaca-se Angola local onde 29,9% dos indivíduos declararam ter vivido no período de 2001-2005, valor que aumenta para 55,1% no período de 2006-2009.

²⁶ INE, I.P. DESTAQUE, Informação à Comunicação Social "A População Estrangeira em Portugal 2011", Lisboa 17 dezembro 2012.

Quadro 11

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2001-2013									
Continente / País de Nacionalidade	2001	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	223 997	332 137	401 612	436 020	451 742	443 055	434 708	414 610	398 268
Homens	125 958	181 910	219 765	228 289	233 280	224 489	218 170	205 385	194 309
Mulheres	98 039	150 227	181 847	207 731	218 462	218 566	216 538	209 225	203 959
Europa	67 127	124 901	168 124	166 025	176 440	176 834	177 528	164 215	158 992
Alemanha	11 167	13 870	15 498	8 187	8 614	8 967	9 054	8 606	8 581
Bélgica	2 278	2 798	3 091	1 560	1 609	1 707	1 752	1 771	1 881
Espanha	13 645	16 611	18 030	7 220	8 060	8 918	9 310	9 351	9 541
França	7 817	9 737	10 556	4 576	4 883	5 111	5 293	5 201	5 268
Itália	3 380	4 954	5 985	3 915	4 499	5 067	5 338	5 222	5 121
R. Moldova	45	7 459	11 414	21 067	20 726	15 632	13 586	11 503	9 968
Países Baixos	4 460	5 869	6 589	4 360	4 577	4 725	4 862	4 848	4 994
Reino Unido	14 953	19 761	23 608	15 371	16 373	17 196	17 675	16 649	16 471
Roménia	508	5 446	17 200	26 425	32 457	36 830	39 312	35 216	34 204
Rússia	596	3 375	4 523	6 181	6 109	5 280	4 854	4 532	4 399
Suécia	1 317	1 521	1 649	0 699	0 746	0 804	0 918	0 977	1 189
Suiça	1 407	1 692	1 827	1 011	1 003	1 036	1 030	1 025	1 055
Ucrânia	203	22 846	34 240	52 472	52 253	49 487	48 010	44 050	41 074
Outros Países Europa	5 351	8 962	13 914	12 981	14 531	16 074	16 534	15 264	15 246
África	107 309	129 806	138 337	125 671	120 285	107 079	103 993	100 876	100 845
Angola	22 751	28 856	30 431	27 307	26 292	23 233	21 329	19 873	19 967
Cabo Verde	49 845	57 369	61 110	50 887	48 417	43 510	43 475	42 388	42 011
Guiné Bissau	17 791	21 170	22 174	23 842	22 404	19 304	18 131	17 462	17 574
Moçambique	4 725	5 156	5 403	3 347	3 305	3 109	2 995	2 901	2 825
S. Tomé e Príncipe	6 304	8 874	9 736	11 402	11 142	10 175	10 274	10 174	10 169
Total dos Palps	101 416	121 423	128 854	116 785	111 560	99 331	96 204	92 798	92 546
Outros Países África	5 893	8 383	9 483	8 886	8 886	7 748	7 789	8 078	8 299
América	39 018	58 708	72 387	115 549	124 667	127 872	120 172	114 540	100 296
América Norte	10 183	10 122	10 228	3 180	3 179	4 362	4 470	4 617	4 611
EUA	8 023	8 020	8 097	2 228	2 220	2 223	2 324	2 403	2 455
América Central e do Sul	28 835	48 586	62 159	112 369	121 488	123 510	115 702	109 923	95 685
Brasil	23 422	42 319	55 665	106 704	115 882	119 195	111 295	105 518	91 238
Venezuela	3 508	3 209	3 177	2 362	2 169	2 008	1 994	1 941	1 894
Ásia	9 724	17 870	21 902	28 425	30 020	30 961	32 700	34 662	37 805
China	3 953	8 081	9 689	13 313	14 373	15 600	16 595	17 186	18 445
Índia	1 360	2 611	3 538	5 457	5 734	5 213	5 316	5 574	5 983
Japão	800	868	896	361	350	346	343	371	368
Paquistão	1 034	1 779	2 092	2 729	2 696	2 603	2 470	2 423	2 625
Oceânia	537	563	572	264	255	253	262	271	291
Austrália	476	491	497	224	218	217	223	225	246
Outros Países Ásia e Oceânia	2 577	4 496	5 687	6 565	6 904	7 235	8 015	9 154	10 429
Apátridas e Desconhecida	282	289	290	86	79	50	47	40	33

Fonte:Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

Notas: Por comparação com o ano de 2005 (274 631) verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Artº 217º, nº 1 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

Dados disponíveis em outubro de 2014

A população estrangeira com estatuto de residente em Portugal no final do ano de 2013 recuou, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para 398 268 indivíduos, ou seja uma variação negativa de 3,9% face ao ano anterior e que afetou mais os homens (-5,4%) do que as mulheres (-2,5%). De acordo com a mesma fonte, se àqueles titulares de autorização ou de cartão de residência se adicionarem as 3 052 prorrogações de vistos de longa duração concedidas (1 235 a homens e 1 817 a mulheres) o número de estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal no país ascendia a 401 320, sendo 195 544 homens e 205 776 mulheres.

A evolução recente da população estrangeira com estatuto de residente evidencia duas tendências bem distintas: uma, fortemente crescente, de 2001 a 2009, em que se observou uma taxa média anual de 8,7 %, maior nas mulheres (10,2%) do que nos homens (7,7%). Para esta elevada taxa de crescimento contribuíram os imigrantes provenientes da Moldóvia, Ucrânia, Brasil, Índia e China. Em 2010, inicia-se o ciclo decrescente da população estrangeira com estatuto de residente no país e que conduz a uma taxa média anual de crescimento da população estrangeira de 3,6% no período 2010-2013, mais forte nos homens (4,8%) do que nas mulheres (2,3%). O efeito destes dois andamentos opostos reflete-se na taxa média anual de 4,8% para o período de 2001-2013, quase dupla nas mulheres (6,1%) do que nos homens (3,6%).

Foi em 2009 que se registou o valor máximo de entradas com 451 742 indivíduos, repartidos por 233 280 homens e 218 566 mulheres. É precisamente em 2012 que as mulheres se tornam maioritárias na população estrangeira (50,5%).

A grande maioria da população estrangeira continuou a ser nacional dos países africanos de língua portuguesa (PALP) apesar de se ter reduzido a quase metade entre 2001 (45,5%) e 2013 (23,2%). Este recuo reflete em grande medida a tendência observada nas populações com nacionalidades cabo-verdiana e angolana, que ocupavam, em 2013, as duas posições mais relevantes no conjunto dos PALPs com 10,6% e 5,0%, respetivamente, da população estrangeira com residência legalizada em Portugal.

Da Europa tiveram origem 39,9% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2013, representando uma variação negativa de 3,9% face ao ano anterior mas mais fraca do que a verificada entre 2011 e 2012 (-4,6%). Para a diminuição face a 2012 contribuiu, essencialmente, o decréscimo dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial da República da Moldóvia (-13,3%) e da Ucrânia (-6,8%). Do conjunto dos países da UE, a Roménia com 8,6 % da população estrangeira com estatuto legal em Portugal, assumia, em 2013 a posição mais importante, seguida de longe pelo Reino Unido (4,1%), Espanha (2,4%) e Alemanha (2,2%) embora estes três últimos países detenham um lugar muito menos relevante do que em 2001. Os nacionais do Brasil assumiram em 2010 o valor mais expressivo (26,9%) que desde então tem vindo a baixar para se fixar em 22,9% em 2013. da população estrangeira com residência legalizada em Portugal e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha relevo no conjunto da população estrangeira legalizada ao longo de todo o período em análise atinge os 9,5% em 2013, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China (4,6% em 2013) para o acréscimo observado.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2013, 48,8% eram indivíduos do sexo masculino e 51,2% do sexo feminino contra 49,5% e 50,5% no ano anterior e 56,2% e 43,8% em 2001 continuando o atenuar da sobre representatividade masculina.

O facto de a relação de feminilidade ter vindo a subir ao longo do período de análise indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

A nacionalidade brasileira em 2013 (22,9%) era a mais representativa no total da população estrangeira com estatuto legal a residir em Portugal. Apesar de desde 2009 perder importância relativa, seguida da cabo-verdiana (10,6%) e da ucraniana (10,3%). De notar que é em 2012 que a população ucraniana perde a segunda posição no total da população estrangeira e que tinha adquirido em 2008 em troca com os nacionais de Cabo Verde.

A repartição por sexo da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económicas são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, a relação de feminilidade da população estrangeira residente em Portugal aumentou continuamente no período analisado passando de 78 em 2001 para 105 mulheres por cada 100 homens, em 2013. As mulheres tornaram-se supranumerárias em 2012, precisamente quando a população estrangeira com estatuto legal a residir no país registou o decréscimo mais forte.

As migrações afetam o volume e a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo direto, pela repercussão nos efetivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indireto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas.

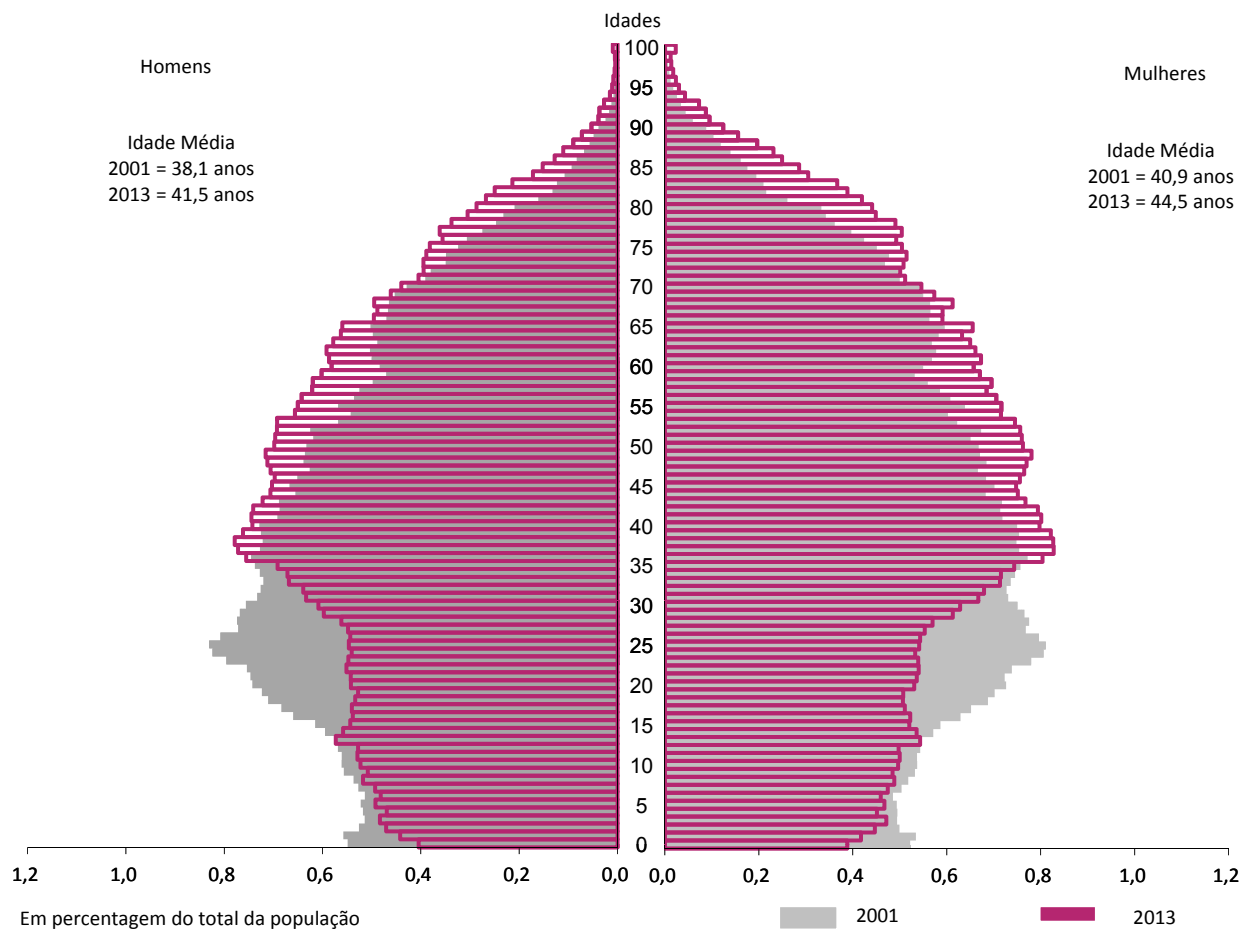
As migrações são no presente o principal fator a influenciar a variação da população devido aos saldos naturais negativos alcançados. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente. No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*²⁷ e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

²⁷ Decreto-lei 438/88.

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

As pirâmides etárias de Portugal evidenciam a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 13

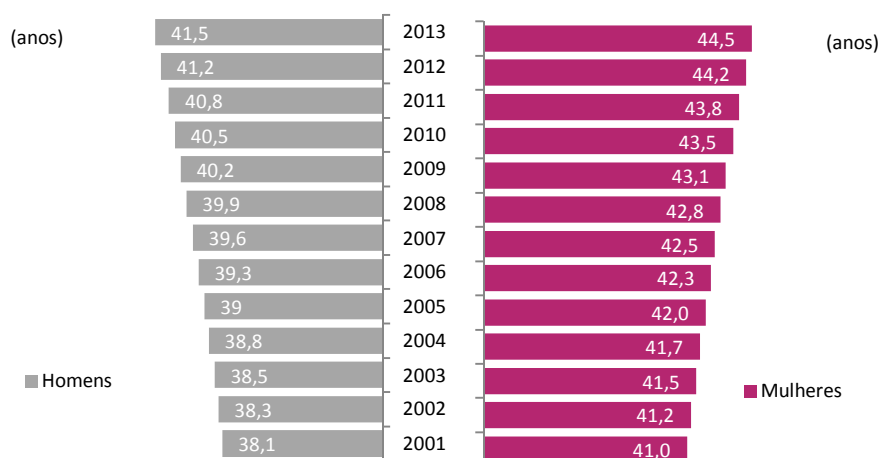


Fonte: INE, I.P. Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 e Estimativas provisórias da População Residente 2013
(elaboração das autoras)

Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,5 anos de 2001 para 2013. O acréscimo foi ligeiramente inferior para os homens (3,4 anos) e a idade média passou de 38,1 anos para 41,5 anos e de 41,0 anos para 44,5 anos nas mulheres no período em análise. 42,6 anos nas mulheres. A diferença das idades médias entre homens e mulheres manteve-se igual a 3 anos. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2013, em 40 anos para os homens e 43 anos para as mulheres, não sofrendo alteração face ao ano anterior, mas aumentando cinco anos, em qualquer dos sexos, comparativamente a 2001.

Figura 14

Idade média da população residente, por sexo, Portugal, 2001-2013



Fonte: INE, I.P. Estimativas anuais da População Residente (cálculos das autoras)

Os desequilíbrios entre os efetivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem visíveis na redução da população jovem, que em 2001 tinha um peso relativo de 16,2 % na população total e em 2013 apenas 14,6%.

Em oposição, a população em idade ativa dos 15-64 anos, regista uma tendência em baixa no período em análise, representando 65,6% do total da população, em 2013, menos 0,2 p.p. do que ano anterior e menos 1,7 p.p. face a 2001. Dentro da população em idade ativa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade ativa mais jovem (15-24 anos) recuou para 10,7% em 2013 (13,8% em 2001) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 55,4% em 2009 (53,54% em 2001) ano a partir do qual a tendência se inverteu e os efetivos populacionais desta faixa etária começaram a regredir gradualmente e a importância relativa situou-se em 54,9%, refletindo os efeitos de saldos migratórios negativos nestas idades. Uma outra decomposição da população em idade ativa, mais restrita, que considera a faixa dos 25-64 anos, mostra idêntica tendência: a população dos 25-44 anos desce continuamente de 27,6 % em 2013 (de 29,8 % em 2001). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade ativa mais velha, aumenta interruptamente de 23,7% para 27,3% no mesmo espaço de tempo. Este comportamento prova o envelhecimento da população em idade ativa.

A população idosa, definida como o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, representava em 2001, cerca de 16,5 % no total da população, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 19,9% em 2013, proporção que corresponde a 2 069,8 milhares de pessoas idosas repartidas por 857,6 milhares de homens e 1 212,2 milhares de mulheres. Estima-se que desde 31 de dezembro de 2011 o número de pessoas idosas residentes em Portugal ultrapasse os 2 milhões. Esta evolução tornou Portugal o quarto país com maior proporção de pessoas idosas no seio da EU28 cuja média foi estimada em 18,2% para

1 de janeiro de 2013²⁸. A Itália (20,7%), a Alemanha (20,7%) e a Grécia (20,1%) eram os países com maior peso de pessoas idosas e a Irlanda o país com menor peso de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos (12,2%).

O envelhecimento está bem visível na evolução da importância relativa da população com 75 ou mais anos no total da população que subiu 7,0 % em 2001 para 9,7% em 2013. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (8,6 % em 2001 e 11,5 % em 2013). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa (49,0% em 2013, valor que sobe para 51,8% nas mulheres).

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa, em 2013, eleva-se a 27,9 % sendo 23,8% nos homens e 30,8% nas mulheres, diferença que ressalta o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 18,1% e 24,1%, respetivamente para homens e mulheres, em 2001.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, espelhada nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 2001, por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 103 idosos, elevando-se o rácio, em 2013, para 136 enquanto no caso das mulheres, o indicador passou no mesmo período de 136 para 163 idosas por cada 100 jovens.

²⁸ Eurostat-Population on 1 January: Structure indicators [demo_pjanind]. Last update 13.08.14

Quadro 12

Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001 e 2005-2013										
Indicadores	2001	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População com 0 - 14 anos	16,2	15,9	15,7	15,6	15,4	15,3	15,1	14,9	14,8	14,6
Homens	17,2	17,0	16,8	16,6	16,5	16,4	16,2	16,0	15,9	15,7
Mulheres	15,2	14,9	14,7	14,6	14,5	14,3	14,1	13,9	13,8	13,6
População com 15 - 64 anos	67,3	66,8	66,7	66,7	66,6	66,4	66,2	66,0	65,8	65,6
Homens	68,5	68,0	68,0	68,0	67,9	67,8	67,7	67,5	67,3	67,0
Mulheres	66,1	65,6	65,5	65,5	65,3	65,2	64,9	64,7	64,5	64,3
População com 65 e mais anos	16,6	17,4	17,5	17,7	18,0	18,3	18,7	19,0	19,4	19,9
Homens	14,3	15,0	15,1	15,3	15,5	15,8	16,2	16,5	16,8	17,3
Mulheres	18,7	19,6	19,8	20,0	20,2	20,5	21,0	21,4	21,7	22,2
População com 75 e mais anos	7,0	7,7	7,9	8,2	8,4	8,6	9,0	9,3	9,5	9,7
Homens	5,5	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	7,1	7,4	7,6	7,8
Mulheres	8,4	9,2	9,5	9,7	10,0	10,3	10,7	11,0	11,2	11,5
População com 80 e mais anos	3,6	4,0	4,2	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5
Homens	2,6	3,0	3,1	3,2	3,3	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1
Mulheres	4,5	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,1	6,4	6,6	6,8
Índice de dependência total	48,6	49,8	49,9	49,9	50,2	50,5	51,0	51,4	51,9	52,5
Homens	46,0	47,0	47,0	47,0	47,2	47,4	47,8	48,2	48,6	49,3
Mulheres	51,2	52,5	52,7	52,8	53,1	53,5	54,1	54,5	55,0	55,6
Índice de dependência jovens	24,0	23,8	23,6	23,4	23,2	23,0	22,8	22,6	22,5	22,3
Homens	25,1	24,9	24,7	24,5	24,3	24,1	23,9	23,7	23,6	23,5
Mulheres	22,9	22,7	22,5	22,3	22,1	22,0	21,7	21,5	21,4	21,1
Índice de dependência idosos	24,6	26,0	26,3	26,6	27,0	27,5	28,2	28,8	29,4	30,3
Homens	20,9	22,0	22,3	22,5	22,9	23,3	23,9	24,5	25,0	25,8
Mulheres	28,3	29,8	30,2	30,5	30,9	31,5	32,3	33,0	33,6	34,5
Índice de envelhecimento	102,6	109,3	111,5	113,8	116,4	119,3	123,9	127,6	131,1	136,0
Homens	83,0	88,4	90,1	91,9	94,1	96,6	100,1	103,2	106,0	110,1
Mulheres	123,2	131,4	134,1	136,8	139,8	143,1	148,8	153,2	157,5	163,2
Índice de longevidade	42,2	44,1	45,1	46	46,7	47,2	47,9	48,6	48,9	49
Homens	38,3	40,1	41,2	42,1	42,7	43,2	43,9	44,6	44,9	45,0
Mulheres	44,9	47	47,9	48,8	49,5	50	50,8	51,4	51,7	51,8
Idade média da população	39,6	40,6	40,8	41,1	41,4	41,7	42,1	42,4	42,7	43,1
Homens	38,1	39,0	39,3	39,6	39,9	40,2	40,5	40,8	41,2	41,5
Mulheres	41,0	42,0	42,3	42,5	42,8	43,1	43,5	43,8	44,2	44,5

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais da População Residente (cálculos das autoras)

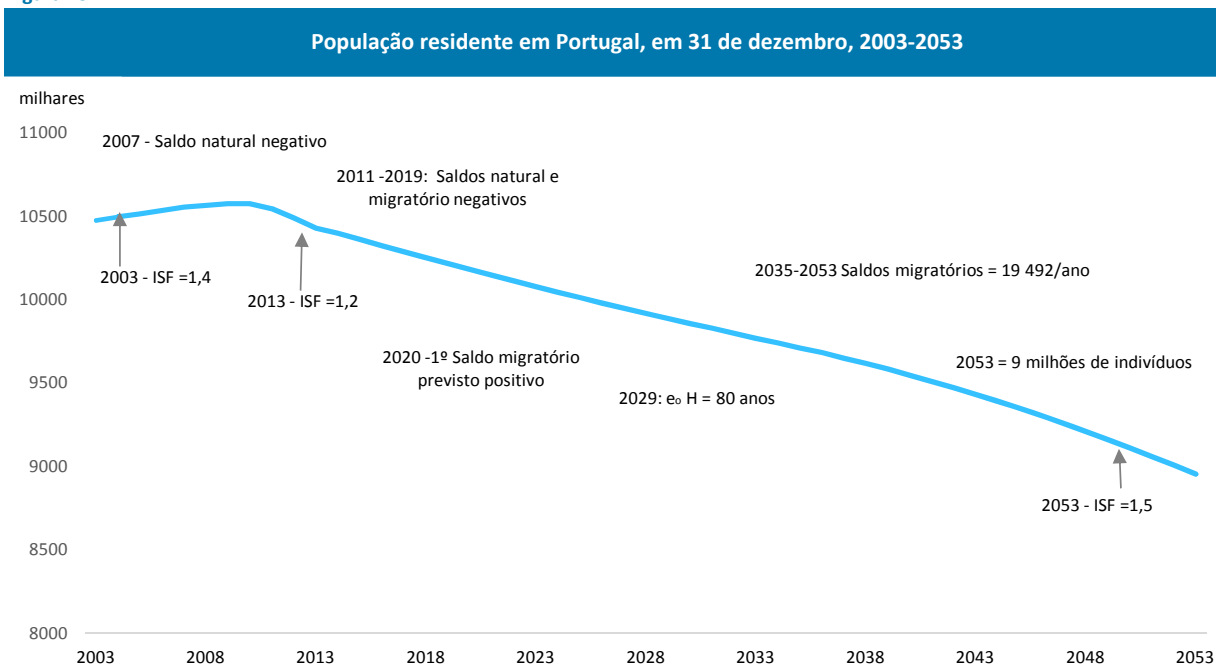
A proporção entre a população em idade ativa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que subiu de 49 dependentes em 2001 para 53 em 2013. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 24 jovens a cargo para 22 e reflete a baixa da fecundidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 25 para 30, em idêntico período, resultante do aumento da esperança de vida.

As projeções de população residente recentemente calculadas pelo INE.I.P. assentes nas estimativas provisórias da população em 31 de dezembro de 2012, nos resultados definitivos dos Censos 2011 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido²⁹.

²⁹ INE, I.P. (2014) DESTAQUE, Informação à Comunicação Social: "Projeções de População Residente – Portugal – 2012 – 2060", Lisboa.

Na presente análise consideram-se os resultados alcançados para Portugal no *cenário central* que conjuga subidas graduais dos níveis atuais de fecundidade (Índice sintético de fecundidade a situar-se em 1,55 crianças por mulher em 2060) e de esperança de vida (à nascença igual a 84,21 anos para homens e a 89,88 anos para mulheres em 2060) com saldos migratórios negativos com tendência para se reduzirem, tornando-se positivos em 2020 e constantes e iguais a 19,5 mil indivíduos a partir de 2035 e até ao final do horizonte de projeção.

Figura 15



Fonte: INE, I.P. Estimativas Anuais da População Residente (2003-2012) e Projeções de População Residente 2013-2053 cenário central (elaboração das autoras)

O cenário central das projeções prevê que a população residente em Portugal em 31 de dezembro de 2053 diminua para 8,9 milhões de indivíduos, face à população de partida que se fixava nos 10,5 milhões ou seja uma perda de 1,3 milhares de indivíduos.

Esta evolução, inversa à deduzida das anteriores projeções, resulta essencialmente dos níveis migratórios serem negativos até 2019 e tornarem-se gradualmente positivos a partir de 2020 e mantendo-se fracos até 2035, ano a partir do qual a hipótese estabelecida fixa saldos migratórios positivos constantes e iguais a 19,5 milhares, quantitativos muito longe dos 36,0 indivíduos previstos nas projeções anteriores para o período compreendido entre 2018 e 2048.

Por outro lado, o agravar recente das tendências em baixa da fecundidade alteraram os pressupostos dos níveis projetados, com efeitos a longo prazo. Assim, as hipóteses escolhidas no referido cenário assentam no crescimento gradual do índice sintético de fecundidade de 1,22 em 2013 para 1,30 em 2025, para 1,40 em 2038, para 1,50 crianças por mulher em 2052 e 2053. No cenário de fecundidade alta, o índice de fecundidade previsto será de 1,80 crianças por mulher, inferior ao previsto nas projeções anteriores e que atingia 1,96 crianças por mulher.

No campo da mortalidade e de acordo com a hipótese adotada a esperança média de vida à nascença cresce entre o momento de partida e 2053 de 77,3 anos para 83,47 anos nos homens e de 83,4 anos para 89,1 anos nas mulheres ou seja, mais 6,1 anos para os homens e 5,7 anos para as mulheres. Em 2029, a esperança de vida dos homens será de 80 anos. No cenário otimista o indicador sobe, em 2053, para 85,6 anos homens enquanto as mulheres ultrapassam os 90 anos e atingem os 91,4 anos, estreitando-se a diferença na esperança média de vida à nascença entre homens e mulheres (5,8 anos).

A revisão das hipóteses adotadas no cálculo das projeções de população, com base nas tendências recentes no campo da fecundidade e, em particular, das migrações, acelerou o declínio da população e modificou a estrutura da mesma. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,3% e a população idosa aumentará para 31,3% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento que subirá de 136 em 2013 para 308 idosos por 100 jovens em 2053.

Mesmo no cenário otimista que alia níveis mais elevados de fecundidade e mortalidade com quantitativos migratórios tendencialmente crescentes, embora fracos, a população situar-se-á em 9,5 milhões de indivíduos em 2053 e o índice de envelhecimento fixar-se-á em 296 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra bem os efeitos no longo prazo da fecundidade e como a imigração pode atenuar o envelhecimento da população de acolhimento.

Conclusões

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 2001-2013, caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural, como do saldo migratório que se tornaram negativos. O progressivo agravamento do envelhecimento demográfico tanto pela base como pelo topo da pirâmide de idades, resultante da diminuição da proporção da população jovem (com menos de 15 anos) e do aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos), respetivamente, é o outro aspeto que marca a dinâmica populacional do período.

Portugal é um país com muito baixa fecundidade (*lowest low fertility*) que não assegura o nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher) há mais de trinta anos e não se prevê que recupere nos próximos quarenta anos.

A diminuição da fecundidade ocorreu mais tarde do que em alguns países europeus, mas com um ritmo rápido e o país detém, atualmente, o nível mais fraco no conjunto da UE28. Os filhos dos imigrantes perderam importância no número anual de nascimentos com vida como consequência do decréscimo da população estrangeira originado pela crise económica que atingiu o país. As mães residentes em Portugal, com nacionalidade brasileira, continuam a ocupar o primeiro lugar na hierarquização dos nascidos vivos de mães estrangeiras. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta anos é a mais frequente e a das adolescentes mantém-se elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente.

A queda de fecundidade repercute-se no número de nascimentos com vida e consequentemente nos efetivos populacionais jovens com menos de quinze anos, recuando a parte que representam na população total. Os efeitos da baixa de fecundidade na dimensão e estrutura da população são de longo prazo.

A longevidade aumenta e os respetivos efeitos na composição etária da população agravam o processo do envelhecimento demográfico, com as pessoas idosas, com idade igual ou superior a 65 anos, a ganharem continuamente importância relativa. A esperança de vida à nascença conhece acréscimos significativos, sobretudo entre os homens, estreitando a diferença da vida média entre homens e mulheres. A população idosa também envelhece e as pessoas com 75 ou mais anos correspondem praticamente a metade da população idosa, proporção que é mesmo ultrapassada no caso das mulheres.

A população em idade ativa (15-65 anos) diminuiu sendo a baixa devida exclusivamente à faixa etária dos 15-24 anos dado que a dos 25-64 anos aumentou.

A significativa redução do número de casamentos, o forte acréscimo dos nascimentos fora do casamento, o reforço da situação de não coabitação dos pais apesar da situação de coabitação dos pais permanecer maioritária, bem como o acréscimo do número de divórcios e da idade média ao casamento comprovam os novos modelos de família.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são fatores que pesam na decisão de ter filhos e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, a que recentemente se juntou o aumento do desemprego neste grupo populacional, com a consequente dependência das gerações mais novas às mais idosas são fatores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social conferiu maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

As taxas de mortalidade por doenças cerebrovasculares, as que mais contribuem para doenças circulatórias, primeira causa de morte em Portugal, diminuíram sendo a baixa mais expressiva nas mulheres ainda que continuem a deter valores superiores aos dos homens. O declínio da taxa foi mais significativo na idade dos 65-74 anos, quer para homens quer para mulheres.

As taxas de mortalidade por tumores malignos, segunda causa de morte, aumentaram no período de 2002-2012, incidem mais nos homens e centram-se no grupo etário dos 55-64 anos.

As doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Portugal, país de emigrantes por tradição, mesmo durante os anos de maior intensidade de fluxos imigratórios continuou a ser um país de emigrantes, situação que se intensificou nos últimos anos a par do recuo do fluxo de chegada de estrangeiros. Os países de destino dos emigrantes diversificaram-se.

A mudança de sentido no saldo migratório, ocorrida ao longo do horizonte temporal 2001-2013, foi provocada pelo efeito conjugado do abrandamento dos fluxos de entrada no país e do incremento dos fluxos de saída, ambos explicados pela crise económica que afeta o país.

O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determina o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível. A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades ativas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adotar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. O impacto da fecundidade dos imigrantes na população depende do volume e da estrutura de idades.

As projeções disponíveis no INE apontam para a diminuição da população, da alteração das estruturas etárias e consequentemente da progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem, mas sem renovarem as gerações, e de os saldos migratórios retornarem a positivos. O envelhecimento demográfico é, assim, como um fenómeno irreversível.

O envelhecimento demográfico permanece como o grande desafio e uma enorme oportunidade para sociedade portuguesa promover a solidariedade entre gerações e garantir uma sociedade inclusiva para jovens, adultos e pessoas idosas.

Referências Bibliográficas

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2010) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 48, pp 101-145, INE, I.P. Lisboa.

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2009) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 46, pp 59-108, INE, Lisboa.

CARRILHO, Maria José (2002) “Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, atas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.

CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.

CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ?, Presses Universitaires de France, Paris.

Eurostat (2013) - *Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 13/2013*, Luxembourg Towards a ‘baby recession’ in Europe? Differential fertility trends during the economic crisis Author: Giampaolo LANZIER

KOHLER, Hans-Peter, BILLARI, Francesco C. Billari and ORTEGA, José A. (2002) “The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s”. *Population and Development Review*, 28 (4): 641– 681.

INE, I.P. (2014), *Estatísticas Demográficas 2013*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE,I.P. (2014), DESTAQUE, Informação à comunicação Social *Projeções de População Residente - 2012 – 2060*, Lisboa, 28 de março de 2014.

INE, I.P. (2013) CENSOS 2011 — XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação- Preparação, Metodologia e Conceitos, Lisboa.

INE,I.P. (2012) DESTAQUE, Informação à comunicação Social *“A População Estrangeira em Portugal 2011”*, Lisboa, 17 dezembro 2012.

INE, I.P. (2012) CENSOS 2011 — XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação- Resultados definitivos Portugal, Lisboa.

INE, I.P. (2007) “Tábuas completas de mortalidade para Portugal: metodologia 2007”, Lisboa.

INE, I.P. (2002) CENSOS 2001 — XIV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação- Resultados definitivos Portugal, Lisboa.

GABINETE dos CENSOS (2014) “Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011” Revista de Estudos Demográficos nº53 pp. 35-76, INE,I.P. Lisboa.

LANZIERI, Giampaolo (2013) *Long-term contribution of migration in ageing populations: Japan compared with Europe*, Statistical working papers, Eurostat, Luxembourg, 2013.

MOREIRA, Humberto (2006) “Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas) ”, Revista de Estudos Demográficos nº 38 pp 47-65; INE,I.P. Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (2009), *Crescer e Envelhecer - Constrangimentos do envelhecimento Demográfico*, Editorial Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.

VALENTE ROSA, Maria João e CHITAS, Paulo (2010) « Portugal: Os Números», Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je ? , 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001- 2013

Indicadores		Anos												
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População Residente Média (milhares)		10 362,7	10 419,6	10 458,8	10 483,9	10 503,3	10 522,3	10 543,0	10 558,2	10 568,2	10 573,1	10 557,6	10 514,8	10 457,3
População Residente em 31.XII (milhares)		10 394,7	10 444,6	10 473,1	10 494,7	10 512,0	10 532,6	10 553,3	10 563,0	10 573,5	10 572,7	10 542,4	10 487,3	10 427,3
Homens		5 019,4	5 037,3	5 047,3	5 053,7	5 058,8	5 064,4	5 069,7	5 066,2	5 063,7	5 053,5	5 030,4	4 995,7	4 958,0
Mulheres		5 375,3	5 407,3	5 425,7	5 441,0	5 453,2	5 468,2	5 483,6	5 496,8	5 509,7	5 519,2	5 512,0	5 491,6	5 469,3
Relação de Masculinidade (%)		93,4	93,2	93	92,9	92,8	92,6	92,5	92,2	91,9	91,6	91,3	91	90,7
Saldo Natural		7 682	8 125	3 720	7 286	1 935	3 459	-1 020	314	-4 943	-4 573	-5 992	-17 757	-23 756
Saldo Migratório		56 213	41 798	24 738	14 336	15 381	17 141	21 771	9 361	15 408	3 815	-24 331	-37 352	-36 232
Variação Populacional		63 895	49 923	28 458	21 622	17 316	20 600	20 751	9 675	10 465	-758	-30 323	-55 109	-59 988
Taxa de Crescimento Natural (%)		0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01	0	-0,05	-0,04	-0,06	-0,17	-0,23
Taxa de Crescimento Migratório (%)		0,54	0,4	0,24	0,14	0,15	0,16	0,21	0,09	0,15	0,04	-0,23	-0,36	-0,35
Taxa de Crescimento Efectivo (%)		0,62	0,48	0,27	0,21	0,16	0,2	0,2	0,09	0,10	-0,01	-0,29	-0,52	-0,57

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Anexo 2

Indicadores sobre a Natalidade e Fecundidade, Portugal, 2001- 2013													
Indicadores	Anos												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nados vivos	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492	104 594	99 491	101 381	96 856	89 841	82 787
Homens	58 365	59 303	58 210	56 212	56 612	54 057	52 683	53 976	50 873	51 535	49 688	46 161	42 219
Mulheres	54 409	55 080	54 305	53 086	52 787	51 392	49 809	50 618	48 618	49 846	47 167	43 680	40 567
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2	105,2	105,8	106,6	104,6	103,4	105,3	105,7	104,1
Nados vivos fora do casamento	26 814	29 117	30 236	31 766	33 633	33 331	34 443	37 854	37 928	41 844	41 489	40 950	39 434
Nados Vivos fora do casamento (%)	23,8	25,5	26,9	29,1	30,7	31,6	33,6	36,2	38,1	41,3	42,8	45,6	47,6
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 062	23 308	24 219	25 408	27 093	26 679	27 685	30 521	30 088	32 471	30 913	29 441	27 289
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,8	80,0	80,1	80,0	80,6	80,0	80,4	80,6	79,3	77,6	74,5	71,9	69,2
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 752	5 809	6 017	6 358	6 540	6 652	6 758	7 333	7 840	9 373	10 576	11 509	12 145
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,2	20,0	19,9	20,0	19,4	20,0	19,6	19,4	20,7	22,4	25,5	28,1	30,8
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	10,9	11,0	10,8	10,4	10,4	10,0	9,7	9,9	9,4	9,6	9,2	8,5	7,9
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,45	1,47	1,44	1,41	1,42	1,38	1,35	1,40	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1	28,2	28,4	28,6	28,9	29,2	29,5	29,7
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9	30,0	30,2	30,3	30,6	30,9	31,0	31,2
Taxa de Reprodução Bruta	-	-	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6
Taxa de Reprodução Líquida	-	-	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001 - 2013

Indicadores	Anos												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Casamentos	58 390	56 457	53 735	49 178	48 671	47 857	46 329	43 228	40 391	39 993	36 035	34 423	31 998
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,6	5,4	5,1	4,7	4,6	4,5	4,4	4,1	3,8	3,8	3,4	3,3	3,1
Idade média ao 1º casamento (anos)													
Homens	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9	29,1	29,4	29,7	30,2	30,8	31,1	31,4	31,7
Mulheres	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3	27,5	27,8	28,1	28,6	29,2	29,5	29,9	30,2
Idade média ao casamento (anos)													
Homens	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3	31,7	32,2	32,6	33,4	34,1	34,6	34,7	35,2
Mulheres	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9	29,2	29,7	30,1	30,8	31,5	31,9	32,3	32,7
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos													
Homens	0,65	0,64	0,63	0,53	0,52	0,51	0,49	0,44	0,42	0,45	0,41	0,40	0,38
Mulheres	0,69	0,67	0,67	0,57	0,56	0,55	0,53	0,49	0,47	0,47	0,43	0,42	0,39
Divórcios	18 851	27 708	22 617	23 161	22 576	22 881	25 120	26 110	26 176	27 556	26 751	25 380	22 525
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4	2,5	2,5	2,6	2,5	2,4	2,2
Idade média ao Divórcio (anos)													
Homens	40,8	40,3	40,5	40,7	41,0	41,4	41,5	42,0	42,4	42,7	43,5	44,0	44,5
Mulheres	38,2	37,8	38,0	38,2	38,6	39,1	39,2	39,6	40,1	40,4	41,2	41,7	42,2
Divórcios/Casamento (%)	32,3	49,1	42,1	47,1	46,4	47,8	54,2	60,4	64,8	69,4	74,9	74,4	71,1
Taxa Bruta de Viuvez (‰)													
Homens	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,5	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,6
Mulheres	6,1	6,1	6,2	5,9	6,1	5,9	6,0	6,0	6,0	6,0	5,8	5,9	5,9

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

(2) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de Maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo.

3) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos entre pessoas do mesmo sexo.

⊥ Quebra de série

Anexo 4

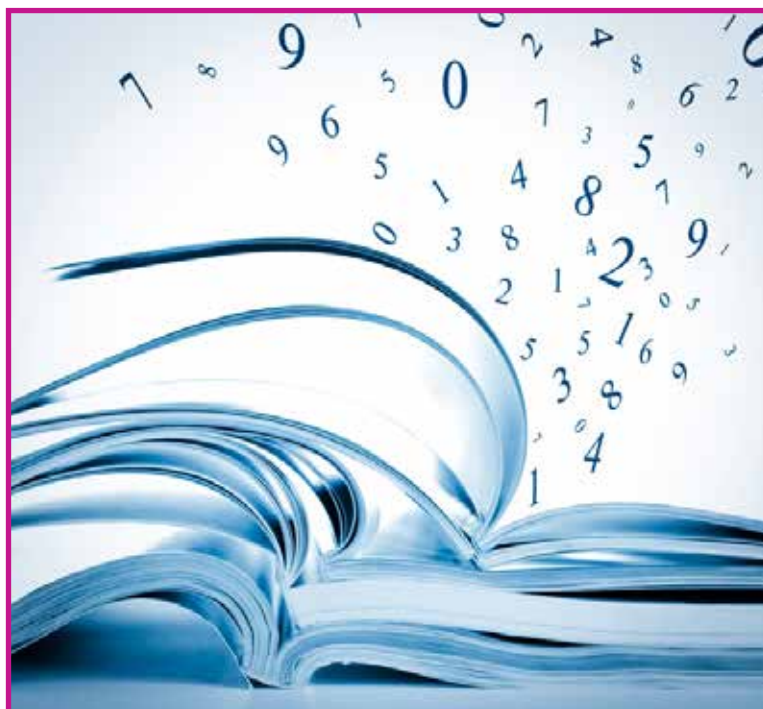
Indicadores sobre a Mortalidade, Portugal, 2001- 2013													
Indicadores	Anos												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Óbitos	105 092	106 258	108 795	102 012	107 464	101 990	103 512	104 280	104 434	105 954	102 848	107 612	106 543
Homens	54 838	55 377	55 966	53 202	55 493	53 471	53 379	53 582	53 310	54 219	52 544	54 473	54 169
Mulheres	50 254	50 881	52 829	48 810	51 971	48 519	50 133	50 698	51 124	51 734	50 301	53 139	52 373
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	108,8	105,9	109,0	106,8	110,2	106,5	105,7	104,3	104,8	104,5	102,5	103,4
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,1	10,2	10,4	9,7	10,2	9,7	9,8	9,9	9,9	10,0	9,7	10,2	10,2
Homens	11,0	11,0	11,1	10,5	11,0	10,6	10,5	10,6	10,5	10,7	10,4	10,9	10,9
Mulheres	9,4	9,4	9,8	9,0	9,5	8,9	9,2	9,2	9,3	9,4	9,1	9,7	9,6
Óbitos com menos de um ano	567	574	466	420	384	349	353	340	362	256	302	303	244
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4	3,3	3,6	2,5	3,1	3,4	2,9
Homens	5,6	5,3	4,0	4,3	3,5	3,9	3,5	3,4	4,1	2,5	3,5	3,4	3,4
Mulheres	4,3	4,7	4,2	3,2	3,5	2,7	3,4	3,1	3,1	2,5	2,7	3,4	2,4
Taxa de mortalidade materna	6,2	7,0	7,1	8,2	2,7	5,7	4,9	3,8	7,0	7,9	5,2	4,4	—

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, Causas de morte e Estimativas Anuais de População Residente

Anexo 5

Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001-2013													
Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População com 0 - 14 anos	16,2	16,1	16,0	16,0	15,9	15,7	15,6	15,4	15,3	15,1	14,9	14,8	14,6
Homens	17,2	17,2	17,1	17,0	17,0	16,8	16,6	16,5	16,4	16,2	16,0	15,9	15,7
Mulheres	15,2	15,1	15,1	15,0	14,9	14,7	14,6	14,5	14,3	14,1	13,9	13,8	13,6
População com 15 - 64 anos	67,3	67,1	67,0	66,8	66,8	66,7	66,7	66,6	66,4	66,2	66,0	65,8	65,6
Homens	68,5	68,4	68,2	68,1	68,0	68,0	68,0	67,9	67,8	67,7	67,5	67,3	67,0
Mulheres	66,1	66,0	65,9	65,7	65,6	65,5	65,5	65,3	65,2	64,9	64,7	64,5	64,3
População com 65 e mais anos	16,6	16,7	16,9	17,2	17,4	17,5	17,7	18,0	18,3	18,7	19,0	19,4	19,9
Homens	14,3	14,5	14,6	14,8	15,0	15,1	15,3	15,5	15,8	16,2	16,5	16,8	17,3
Mulheres	18,7	18,9	19,1	19,4	19,6	19,8	20,0	20,2	20,5	21,0	21,4	21,7	22,2
População com 75 e mais anos	7,0	7,1	7,3	7,5	7,7	7,9	8,2	8,4	8,6	9,0	9,3	9,5	9,7
Homens	5,5	5,6	5,7	5,9	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	7,1	7,4	7,6	7,8
Mulheres	8,4	8,6	8,7	8,9	9,2	9,5	9,7	10,0	10,3	10,7	11,0	11,2	11,5
População com 80 e mais anos	3,6	3,7	3,8	3,9	4,0	4,2	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5
Homens	2,6	2,7	2,7	2,9	3,0	3,1	3,2	3,3	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1
Mulheres	4,5	4,6	4,7	4,9	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,1	6,4	6,6	6,8
Índice de dependência total	48,6	48,9	49,2	49,6	49,8	49,9	49,9	50,2	50,5	51,0	51,4	51,9	52,5
Homens	46,0	46,3	46,5	46,8	47,0	47,0	47,0	47,2	47,4	47,8	48,2	48,6	49,3
Mulheres	51,2	51,5	51,8	52,3	52,5	52,7	52,8	53,1	53,5	54,1	54,5	55,0	55,6
Índice de dependência jovens	24,0	24,0	23,9	23,9	23,8	23,6	23,4	23,2	23,0	22,8	22,6	22,5	22,3
Homens	25,1	25,1	25,1	25,0	24,9	24,7	24,5	24,3	24,1	23,9	23,7	23,6	23,5
Mulheres	22,9	22,9	22,9	22,8	22,7	22,5	22,3	22,1	22,0	21,7	21,5	21,4	21,1
Índice de dependência idosos	24,6	24,9	25,3	25,7	26,0	26,3	26,6	27,0	27,5	28,2	28,8	29,4	30,3
Homens	20,9	21,1	21,4	21,8	22,0	22,3	22,5	22,9	23,3	23,9	24,5	25,0	25,8
Mulheres	28,3	28,6	29,0	29,5	29,8	30,2	30,5	30,9	31,5	32,3	33,0	33,6	34,5
Índice de envelhecimento	102,6	104,0	105,5	107,6	109,3	111,5	113,8	116,4	119,3	123,9	127,6	131,1	136,0
Homens	83,0	84,1	85,4	87,1	88,4	90,1	91,9	94,1	96,6	100,1	103,2	106,0	110,1
Mulheres	123,2	124,9	126,8	129,3	131,4	134,1	136,8	139,8	143,1	148,8	153,2	157,5	163,2
Índice de longevidade	42,2	42,5	42,9	43,4	44,1	45,1	46	46,7	47,2	47,9	48,6	48,9	49
Homens	38,3	38,6	39,0	39,5	40,1	41,2	42,1	42,7	43,2	43,9	44,6	44,9	45,0
Mulheres	44,9	45,3	45,8	46,2	47	47,9	48,8	49,5	50	50,8	51,4	51,7	51,8

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente



Lista dos artigos divulgados

Lista de artigos divulgados nos números 32 a 53 da Revista de Estudos Demográficos

Estrangeiros e nascidos no estrangeiro residentes em Portugal, CPLP em destaque, in Revista de Estudos Demográficos nº53, INE, Lisboa, 2014

Autor: Humberto Moreira

A população de nacionalidade chinesa a residir em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2011, in Revista de Estudos Demográficos nº53, INE, Lisboa, 2014

Autoras: Anabela Delgado e Paula Paulino

Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011, in Revista de Estudos Demográficos nº53, INE, Lisboa, 2014

Autores: Anabela Delgado, Carlota Amorim, Carlos Dias e Paula Paulino

Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender, in Revista de Estudos Demográficos nº53, INE, Lisboa, 2014

Autora: Catarina Reis Oliveira

Caracterização da população e das famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013

Autor: GC - Gabinete dos Censos 2021

Inquérito de Qualidade dos Censos 2011 – Algumas notas sobre independência e metodologia, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013

Autor: João C. Farrajota Leal

A Infraestrutura de Dados Espaciais do Instituto Nacional de Estatística, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013

Autora: Ana Maria Santos

Os Resultados Preliminares dos Censos 2011, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013

Autor: Fernando Simões Casimiro

A População das Regiões Insulares dos Açores e da Madeira em 2011, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013

Autora: Gilberta Pavão Nunes Rocha

2011 SUL: Quantos somos? Onde vivemos?, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013

Autoras: Maria Filomena Mendes e Maria da Graça Magalhães

“PORTUGAL (des)continuidades demográficas - Norte e Centro litoral 2011”, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013

Autora: Maria Cristina Sousa Gomes

PORTUGAL (des)continuidades demográficas - Norte e Centro Interior 2011”, in Revista de Estudos Demográficos nº51-52, INE, Lisboa, 2013

Autora: Maria João Guardado Moreira

A evolução na mortalidade da população idosa portuguesa, por sexos e por causas de morte: Identificação de aglomerados espaço-temporais por NUTSIII, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013

Autoras: Sandra Lagarto, Carla Nunes, Dulce Gomes e Maria Filomena Mendes

Associando a privação socioeconómica e a escassez de recursos locais na Área Metropolitana de Lisboa - estudo e considerações sobre o “modelo de amplificação da privação”, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013

Autora: Helena Nogueira

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013

Autoras: Maria José Carrilho e Lourdes Craveiro

A Freguesia do Smo. Sacramento de Lisboa no 1º Quartel do Séc. XVIII - Ensaio de Demografia Histórica, in Revista de Estudos Demográficos nº50, INE, Lisboa, 2013

Autores: Jorge Borges de Macedo Maria, Lourdes Akola da Cunha Meira do Carmo da Silva Neto e Maria Margarida Rodrigues Remédio

O fenómeno da migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011

Autores: Duval Fernandes, Carolina Nunan e Margareth Carvalho

Crescimento da População em Angola; “*Um olhar sobre a situação e dinâmica populacional da cidade de Luanda*”, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011

Autor: João Baptista LUKOMBO Nzatuzola

A Comportamento Demográfico e desafios de Desenvolvimento sócio-económico em Moçambique, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011

Autores: Carlos Arnaldo e Ramos Muanamoha

A Natureza Incipiente da Transição Demográfica em Moçambique, in Revista de Estudos Demográficos nº49, INE, Lisboa, 2011

Autor: António Alberto da Silva Francisco

Casar na Lisboa do séc. XIX – Duas freguesias em análise, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: Maria Helena Santos; Maria Isabel Baptista; Sónia Cardoso; Susana Clemente

Primeira Reflexão Sobre a Fecundidade, as Condições de Trabalho e as Políticas de Apoio à Maternidade Numa Perspectiva Regional, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: Maria Luís Rocha Pinto; Maria Cristina Sousa Gomes

Mortalidade: Compressão, Deslocamento e Causas de Morte (Portugal 1950-2005), in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

O papel dos Espaços Verdes Urbanos no bem-estar e saúde das populações?, in Revista de Estudos Demográficos nº48, INE, Lisboa, 2010

Autoras: Paula Santana; Cláudia Costa; Rita Santos; Adriana Loureiro

Mulheres, homens e usos do tempo – quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: Helóisa Perista

Nos 15 anos da Plataforma de Pequim, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: Maria do Céu da Cunha Rêgo

A situação das mulheres no mundo: que progressos no caminho da igualdade 15 anos depois da Plataforma de Acção de Pequim?, in Revista de Estudos Demográficos nº47, INE, Lisboa, 2010

Autora: Maria Regina Tavares da Silva

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

A situação económica e social na União Europeia: análise de alguns indicadores, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: Patrícia Pereira

O Adiamento da Fecundidade em Portugal (1980-2008), in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

Impact of parental ages at childbearing on infant morbidity and mortality. An overview of epidemiologic and demographic evidence, in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, Lisboa, 2009

Autora: Catherine Gourbin and Guillaume Wunsch

A População 15 anos após o Cairo, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: Maria José Carrilho

Pessoas pobres, lugares pobres, saúde pobre. Territórios amplificadores do risco na Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: Helena Nogueira

Pessoas Migrantes, in Revista de Estudos Demográficos nº45, INE, Lisboa, 2009

Autora: Maria do Céu da Cunha Rêgo

Immigrant women's labour force participation. The cases of Italy and France, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autora: Giovanna Tattolo

Polarização Demográfica e Densificação Urbana no Município de Ponta Delgada, entre 1981 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autor: Eduardo Costa Duarte Ferreira

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

O poder da estatística e a estatística do poder. Apontamentos sobre o contributo de António de Almeida Garrett para os estudos de população em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autora: Rosalina Costa

The impact of different migratory scenarios in the demographic ageing in Portugal, 2009-2060, in Revista de Estudos Demográficos nº44, INE, Lisboa, 2008

Autores: Maria Magalhães e João Peixoto

Vulnerabilidades do ambiente local – impactes no estado de saúde auto-avaliado da população residente na Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autora: Helena Nogueira

Panorama das populações estrangeiras nos estados-membros da União Europeia (*composição por nacionalidades*), in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autor: Humberto Moreira

Padrões de Casamento entre os Imigrantes em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº43, INE, Lisboa, 2008

Autoras: Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos

Estrutura do saldo migratório na Região Alentejo de 1991 a 2001 e sua influência na dinâmica populacional, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autora: Maria Filomena Mendes

O Recasamento: Tendências Actuais, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autoras: Ana Cristina Ferreira, Cristina Lobo, Isabel Tiago de Oliveira e Madalena Ramos

União Europeia: um espaço partilhado por diferentes populações (*convivência das diversidades*), in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autor: Humberto Moreira

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº42, INE, Lisboa, 2008

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

A contribuição da imigração na natalidade: a experiência italiana, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autor: Antonio Cortese

Sinistralidade rodoviária: contextualização e análise, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autores: Cunha, G.; Brito, B.; Leal, A. e Torgal, J.

Comportamentos de Saúde de Adolescentes Migrantes e o Efeito Protector da Relação com os Avós, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: Tania Gaspar e Margarida G. Matos

Medidas de Discriminação Étnica em Portugal: uma análise exploratória, in Revista de Estudos Demográficos nº41, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: Maria José Carrilho e Maria Cidália Mesquita Figueiredo

Seminário Homens e Mulheres em Portugal – Comentários Finais, 23 de Novembro 2005, in Revista de Estudos Demográficos nº41, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2007

Autor: Paulo Machado

Fecundidade e Educação, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

Envelhecimento crescente mas espacialmente desigual, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: Maria José Carrilho e Cristina Gonçalves

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº40, INE, Lisboa, 2007.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Estatísticas Demográficas – Acção desenvolvida no âmbito do Conselho Superior de Estatística, in Revista de Estudos Demográficos nº40, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2007

Autor: Humberto Moreira

Dinâmicas escolares: um exemplo de análise transversal da escolarização em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Mário Leston Bandeira

Liberdade de escolha, autonomia de escola e indicadores de desempenho “*If you don’t have data, you’re just another person with an opinion*” [Andreas Schleicher (OCDE)], in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Rodrigo Eiró de Queiroz e Melo

Mobilidade internacional no Ensino superior, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Humberto Moreira

Educação e Formação: uma perspectiva de género, in Revista de Estudos Demográficos nº39, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Carla Silva

A população feminina e as transições familiares através da demografia, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: Piedade Lalanda

Imigrantes de Leste em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autores: Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis

Emigração Portuguesa (*Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas*), in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autor: Humberto Moreira

A mortalidade por VIH/SIDA em Portugal: alterações da estrutura etária, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: Maria dos Anjos Leitão de Campos

Fecundidade e nupcialidade em Moçambique: análise de calendários, in Revista de Estudos Demográficos nº38, INE, Lisboa, 2006.

Autora: Sónia Cardoso

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2006.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Indicadores Demográficos nas Regiões Portuguesas entre 1890 e 1981, in Revista de Estudos Demográficos nº38, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2006.

Autora: Isabel Tiago de Oliveira

Metodologias de cálculo das projecções demográficas: aplicação em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autora: Maria José Carrilho

O Método de Lee-Carter para Previsão da Mortalidade, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autora: Edviges Coelho

A contagem dos estrangeiros em 2001: algumas reflexões sobre os resultados recenseamento italiano da população, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005.

Autor: Antonio Cortese

Eurostat Population Projections 2004-based: main results from the Trend scenario, in Revista de Estudos Demográficos nº37, INE, Lisboa, 2005

Autor: Giampaolo Lanzieri

Projecções de Famílias para Portugal: que viabilidade?, in Revista de Estudos Demográficos nº37, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2005

Autora: Sofia Leite

O ESTADO DE SAÚDE DOS PORTUGUESES. Uma perspectiva espacial, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autores: Paula Santana

A mortalidade por tuberculose em Portugal, no período de 1985 a 2002 - I Parte, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Maria dos Anjos Leitão de Campos

Tábuas de mortalidade em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Caracterização da População Residente em Alojamentos não Clássicos, nos Censos de 1991 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Cristina Gonçalves

A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autores: Jorge Mcacaísta Malheiros e Francisco Vala

A tuberculose: concepção de um modelo econométrico para a taxa bruta de mortalidade, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autor: José Henrique Dias Gonçalves

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº36, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Estimativas provisórias de população residente por estado civil, sexo e idades, Portugal, 2001-2003, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Sofia Leite

Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Cristina Gonçalves e Maria José Carrilho

Movimentos Pendulares e Organização do Território Fronteiriço: Portugal 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº36, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2004.

Autores: INE Auditoria Ambiental e Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes Habitação

O país e a família através das crianças – ensaio exploratório, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Ana Nunes de Almeida e Isabel Margarida André

Núcleos familiares monoparentais, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Maria da Graça Magalhães

Breve sociografia sobre as famílias reconstituídas portuguesas, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Sofia Leite

Os encargos e as rendas das famílias com a habitação, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Maria dos Anjos Campos

Padrões de consumo das famílias numerosas em Portugal - caracterização com base no inquérito aos orçamentos familiares, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autoras: Rute Cruz e Carla Machado

Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº35, INE, Lisboa, 2004.

Autora: Cristina Gonçalves

Os censos de 1991 e 2001 na perspectiva do utilizador - algumas reflexões globais, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Teresa Rodrigues Veiga e Filipa de Castro Henriques

Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991- 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: João Ferrão

Censos 2001 versus Recenseamento Eleitoral, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autores: Fernando Simões Casimiro e Paula Paulino

As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Cristina Gonçalves

Migrações inter NUTS II e projecções regionais de População Residente, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Maria da Graça Magalhães

Evolução da pobreza e da desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: Teresa Bago d'Uva e Paulo Parente

Consistência entre os Censos 2001 e o Inquérito ao Emprego e entre os Censos e o respectivo Inquérito de Qualidade: uma análise comparativa, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autor: Jorge Manuel Garcia Mexia Pinheiro

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº34, INE, Lisboa, 2003.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

A população de nacionalidade espanhola residente em Portugal: uma caracterização com base nos Censos 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº34, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Paula Paulino

Metodologias de cálculo do saldo migratório interno anual: Três metodologias e a sua aplicação ao caso português, in Revista de Estudos Demográficos nº34, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2003.

Autor: José Henrique Dias Gonçalves

Os Conceitos de Família e Núcleo Familiar nos Recenseamentos da População em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autor: Fernando Simões Casimiro

Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Sofia Leite

A actividade e inactividade económica nas famílias, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Maria dos Anjos Leitão de Campos

Quem vive só em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003

Autora: Maria da Graça Magalhães

Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001, in Revista de Estudos demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Cristina Gonçalves

A União de Facto em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº33, INE, Lisboa, 2003.

Autora: Sofia Leite

População Presente e População Residente segundo o Sexo e Idades através dos Censos, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: Sofia Leite

Projeções de População Residente, Portugal, 2000/2050 - Que tendências de base para a construção de hipóteses?, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: Maria da Graça Magalhães

Projeção das taxas de fecundidade específicas por idades no horizonte de longo prazo (2001-2050): Estudo de um modelo de previsão com séries temporais, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: Filipa Silva

O Suicídio em Portugal nos Anos 90, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autoras: Maria dos Anjos Campos e Sofia Leite

A Mortalidade “evitável” em Portugal Continental, 1989 a 1993, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa, 2002.

Autora: Paula Santana

A Situação Demográfica Recente em Portugal, in Revista de Estudos Demográficos nº32, INE, Lisboa, 2002.

Autoras: Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Previsões demográficas para o ano 2002, in Revista de Estudos Demográficos nº32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

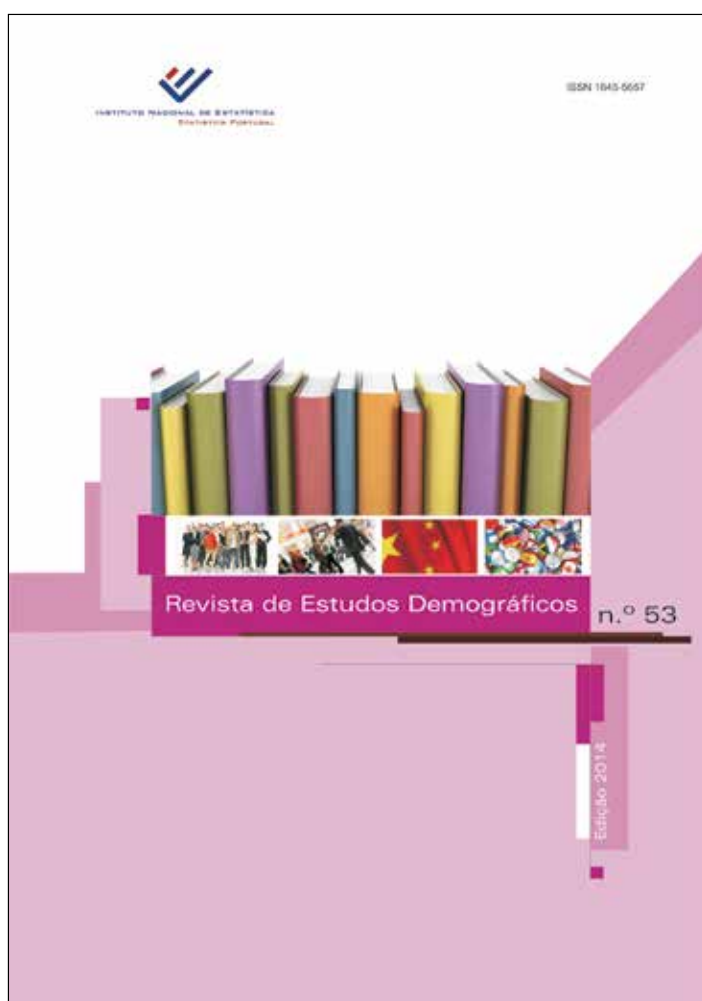
Autor: Departamento de Estatísticas Censitárias e de População

O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas, in Revista de Estudos Demográficos nº 32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

Autor: Departamento de Estatísticas Censitárias e de População

Estimativas mensais de população residente, segundo o sexo e por NUTS III - Aspectos Metodológicos, in Revista de Estudos Demográficos nº32, Notas e Documentos, INE, Lisboa, 2002.

Autores: Maria dos Anjos Leitão de Campos e Francisco Covas



DIVULGAÇÃO DA RED 53

O número 53 da Revista de Estudos Demográficos (RED) é dedicado à População Estrangeira residente em Portugal e tem como fonte de informação os quatro últimos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação realizados pelo Instituto Nacional de Estatística. Caracteriza o aumento do empreendedorismo estrangeiro em Portugal, evidenciando o contributo das diferentes nacionalidades e a forma desigual como os municípios atraem os empregadores estrangeiros. Aborda os aspetos demográficos, sociais e económicos das nacionalidades mais representativas residentes no país e retrata a população de nacionalidade chinesa. Analisa, ainda, a população estrangeira em geral e, em particular, os nacionais provenientes dos Países Membros da Comunidade de países de Língua portuguesa (CPLP), segundo as vertentes da naturalidade e da nacionalidade.